



Plano Diretor **UFRJ 2020**

Aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de novembro de 2009

Cidade Universitária, Rio de Janeiro
Abril / 2011

Plano Diretor UFRJ 2020 - produzido pelo Serviço de Mídias Impressas, Virtuais e de Produção Editorial da Superintendência Geral de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante o segundo semestre de 2010.

Gabinete do Reitor da UFRJ
Superintendência Geral de Comunicação Social (SGCOMS)
Serviço de Mídias Impressas, Virtuais e de Produção Editorial (SIVP)
Avenida Pedro Calmon, 550/térreo - Prédio da Reitoria - Cidade Universitária
Rio de Janeiro - RJ - CEP 21941-901.

Reitor: Aloisio Teixeira
Vice-reitora: Sylvia da Silveira de Mello Vargas
Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Carlos Antonio Levi da Conceição
Chefe do Gabinete do Reitor: João Eduardo Fonseca
Coordenador da SGCOMS: Fortunato Mauro

Equipe de Produção da SGCOMS
Supervisão Editorial: João Eduardo Fonseca
Coordenação Editorial: Fortunato Mauro
Supervisão de Produção: Fortunato Mauro
Projeto Editorial: Fortunato Mauro e João Eduardo Fonseca
Edição de Textos: Fortunato Mauro e João Eduardo Fonseca
Projeto Gráfico: Patrícia Perez e Joyce Matos
Editoração Eletrônica: Patrícia Perez, Joyce Matos e Anna Carolina Bayer
Capa: Joyce Matos e Anna Carolina Bayer

COMITÊ TÉCNICO DO PLANO DIRETOR - Portaria nº 2168 de 18/08/08

Carlos Bernardo Vainer
Carlos Frederico Leão Rocha
Francisco de Rezende Lopes
Hélio de Mattos Alves
Ivan do Carmo
Pablo Cesar Benetti - Presidente
Ricardo Iglessias Rios
Waldyr Mendes Ramos

ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Equipe Técnica do Plano Diretor
Escritório Técnico da Universidade (ETU)
Prefeitura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Atelie universitário da FAU-UFRJ

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Prefeitura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escritório Técnico da Universidade (ETU)

Sumário

Apresentação Reitor	5
Introdução	6
Antecedentes	8
Diretrizes Gerais	16
Plano de Desenvolvimento da Cidade	
Universitária – PDCIDUNI 2020	26
Plano de Ocupação: Uso da Praia Vermelha e Unidades Isoladas	72
Prédios Tombados e Preservados da UFRJ	84
Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária	96
UFRJ 2020 - Relação de Projetos e Obras	102



UNIVERSIDADE INTEGRADA QUE SE INTEGRA À CIDADE

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ chega aos seus 90 anos demonstrando grande vitalidade, assim como enormes disposição e capacidade para se renovar, reciclar e reconfigurar. Assim deve ser uma universidade pública que pretende e precisa se manter contemporânea do seu momento histórico, integralmente solidária com o seu povo e fortemente comprometida com os melhores e maiores ideais das tradições universitárias.

O novo Plano Diretor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PD UFRJ-2020, aprovado pelo Conselho Universitário em outubro de 2010, reflete de forma emblemática estas perspectivas e traduz expectativas que a UFRJ reservou para o seu horizonte de futuro próximo.

O desenvolvimento do PD UFRJ-2020 coincide com um período dominado por circunstâncias bastante singulares da história recente das universidades públicas federais. Neste momento, um significativo aporte de recursos materiais e humanos está sendo disponibilizado para sustentar programas de reestruturação nas nossas instituições federais de ensino superior. O PD UFRJ-2020 nasce, portanto, sob o signo de uma expansão sustentada dos nossos cursos, sobretudo de graduação, e de estímulos concretos a mecanismos de democratização do acesso.

Para dar conta do aumento planejado das vagas oferecidas pela UFRJ e, ao mesmo tempo, buscar reverter distorções que foram se acumulando desde a sua fundação, o PD UFRJ 2020 se move ao longo de três eixos direcionadores e indutores:

- dupla integração: interna e externa (à cidade do Rio de Janeiro, ao Estado e ao país);

- administração integrada dos espaços e edificações;

- planejamento de longo prazo, definido como horizonte o ano de 2020, com dois momentos intermediários: 2012 e 2016.

A partir dessas diretrizes, o conjunto de ações e iniciativas contido no PD UFRJ- 2020 pretende prover as condições infra-estruturais e logísticas que priorizassem a realização das atividades acadêmicas concentradas nos amplos espaços da nossa Cidade Universitária. Esse planejamento explorou as sinergias possíveis com os projetos da cidade e do estado, tendo em vista a realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Em síntese, estamos engajados na criação de um ambiente acadêmico estimulante, confortável e acessível. A urbanização dos espaços e as novas edificações estão sendo projetadas para atender as demandas requeridas pelas expansões acadêmicas, mas sem perder de vista seus compromissos com a oferta de serviços urbanos, lazer e qualidade ambiental. Ao mesmo tempo, os espaços da Cidade Universitária servirão de vitrina para a experimentação e demonstração de inovações científicas e tecnológicas, e projetos artísticos e culturais desenvolvidas pela UFRJ.

O PD UFRJ -2020 representa mais do que tudo a possibilidade concreta de manifestarmos, de forma planejada e organizada, para a comunidade UFRJ e para a sociedade as transformações e mudanças que nos aproximarão do futuro e das expectativas em nós depositadas por estudantes, professores, técnico-administrativos e, sobretudo, aquele que financia e a quem deve servir uma universidade pública como a nossa: o povo brasileiro.

Aloisio Teixeira
Reitor



Introdução

O Plano Diretor UFRJ-2020 é o resultado de um longo e rico processo de discussão que envolveu o conjunto da comunidade universitária. Em 1º de setembro de 2008, o Conselho Universitário aprovou as Diretrizes Gerais para a elaboração do novo Plano Diretor da UFRJ (Resolução No 10/2008). Em 27 de novembro deste mesmo ano, o CONSUNI determinou ao Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD) que lhe apresentasse, até 12 de março de 2009, data posteriormente prorrogada para 9 de abril de 2009, proposta integrando o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – PD-CIDUNI 2020 –, o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUPV 2020 – e o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas – POUUI 2020. Em 11 de dezembro de 2008, foi aprovada resolução constituindo o Conselho Participativo do Plano Diretor UFRJ 2020 e os grupos de trabalho para a elaboração de propostas para o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV) e para o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI).

A última etapa iniciou-se em 16/04/2009, quando o CONSUNI encaminhou para nova rodada de debates, sugestões e emendas, a Proposta Preliminar do Plano Diretor UFRJ-2020, elaborada pelo CTPD. As discussões se intensificaram.

Nos seis meses seguintes, a imprensa universitária acolheu múltiplas visões e propostas, repercutiu divergências e polêmicas, transformando-se em efetivo instrumento de informação e exercício da democracia interna. Foram mais de 66 matérias no boletim Olhar Virtual, 43 matérias no sítio do Plano Diretor UFRJ-2020, 29 reportagens na Web-TV da UFRJ, 225 notícias no Portal UFRJ. Os jornais de sindicatos e associações, assim como várias listas de discussões de nossa comunidade, também dedi-

caram expressivo espaço ao debate da proposta de Plano Diretor UFRJ 2020.

Além disso, o Comitê Técnico do Plano Diretor promoveu 6 Oficinas Temáticas, a saber:

- I Oficina Temática: “Estudar na Cidade Universitária, Morar na Cidade Universitária – Política de Residência Universitária”, no Salão Azul, Prédio da Reitoria, 10/06/2009;
- II Oficina Temática: “Cidade Universitária. Cidade Responsável em Energia e Meio Ambiente”, no Salão Nobre do CT, 17/06/2009;
- III Oficina Temática: “Cidade Universitária, Cidade da Inovação e Experimentação”, no Salão Nobre do CT, 24/06/2009;
- IV Oficina Temática: “Cidade Universitária, Cidade do Conhecimento e da Arte”, no Auditório da Casa da Ciência, 1/07/2009;
- V Oficina Temática: “Cidade Universitária, Cidade Saudável e Esportiva”, no Auditório Hélio Fraga/CCS, 26/08/2009;
- VI Oficina Temática: “Cidade Universitária, Cidade Acessível”, no Auditório G122/COPPE, 3/09/2009.

O Conselho Participativo do Plano Diretor UFRJ 2020, reuniu-se 5 vezes no período, oferecendo oportunidade antes inexistente para o diálogo sistemático da UFRJ com órgãos governamentais e representações da sociedade civil. As reuniões foram as seguintes:

- 1ª Reunião: Instalação do Conselho Participativo, Apresentação do Plano Diretor, Sala do CONSUNI, 5/02/2009;
- 2ª Reunião: “Mobilidade e Acessibilidade”, Salão de Sessões do Conselho do CT, 15/05/2009;
- 3ª Reunião: “Cultura, Esporte e Lazer”, Auditório Moniz Aragão/Palácio Univer-

sitário, 19/06/2009;

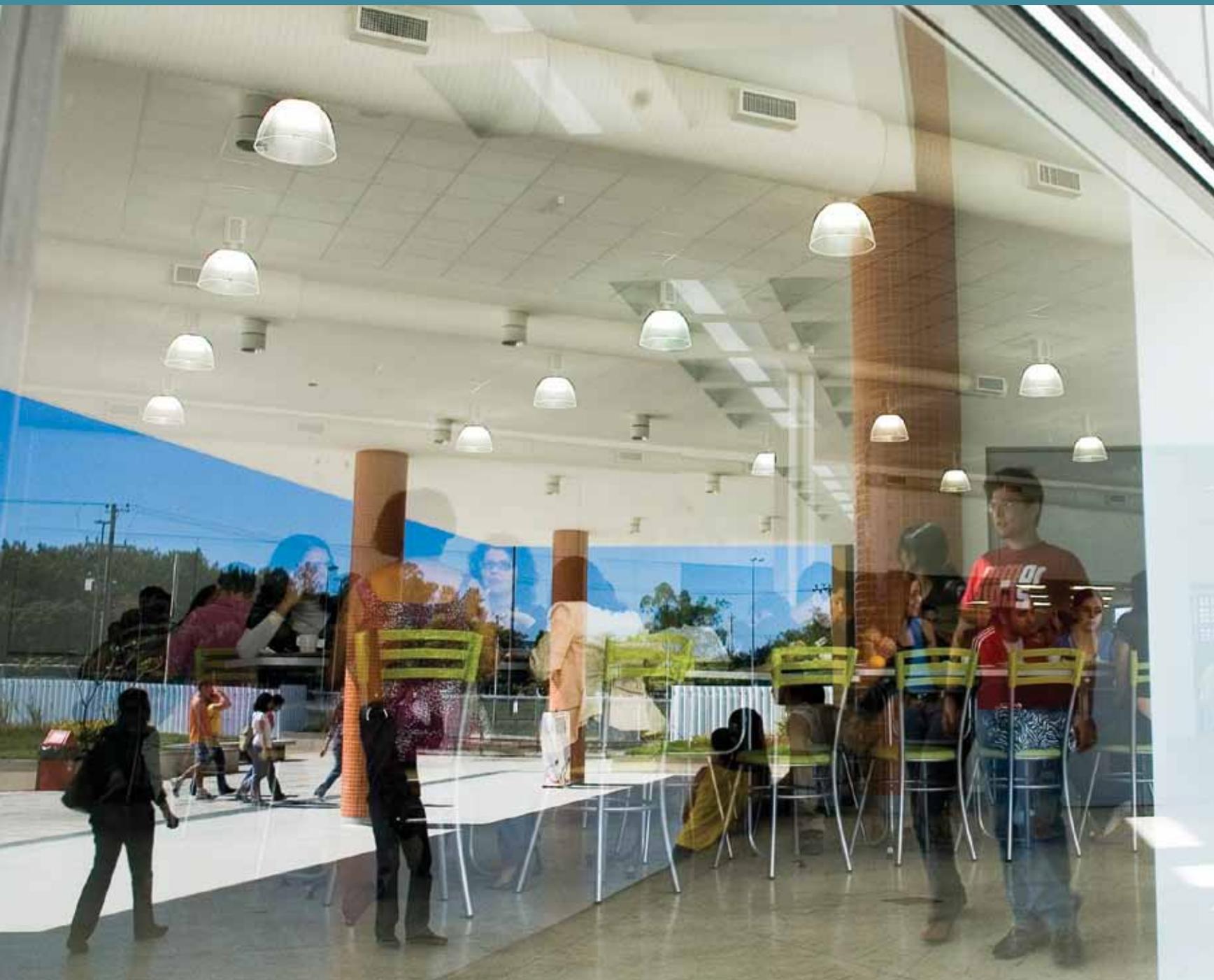
■ 4ª Reunião: “Habitação, Alimentação, Comércio e Serviços”, Salão Nobre da Decania do CCMN, 17/07/2009;

■ 5ª Reunião: “Energia, Meio Ambiente e Inovação”, Sala do CONSUNI, 21/08/2009.

Ao longo destes debates, emergiram valiosas contribuições à Proposta Preliminar. Muitas foram as idéias e sugestões aproveitadas. A maioria das emendas formalmente encaminhadas foram acolhidas e incorporadas à versão final aprovada pelo CONSUNI.

Mas o processo de elaboração coletiva lança suas raízes, lança suas raízes em 2005, como relatado na seção II – Antecedentes. Na seção seguinte são retomadas, de maneira sintética, as Diretrizes Gerais para o PDUFRJ 2020, aprovadas pelo CONSUNI em 2008. As seções IV a VI apresentam a Proposta do Plano Diretor UFRJ 2020 propriamente dita, que articula seus 3 vetores: PDCIDUNI 2020, POUVPV 2020 e POUUI 2020.

A discussão e deliberação final do Plano Diretor UFRJ 2020 pelo CONSUNI certamente culminou os esforços consagrados a pensar a universidade de maneira integrada e numa perspectiva de longo prazo. Mas estamos, ainda, e apenas, dando os primeiros passos para reinventar nossa Universidade, de modo a aprofundar seu compromisso com o papel histórico que se espera de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A UFRJ que estamos construindo será também espaço e instrumento de luta pela justiça social e pela construção de um projeto nacional, simultaneamente enraizado na soberania nacional e voltado para a inserção do Brasil numa América Latina e num mundo mais igualitários e solidários, social e ambientalmente responsáveis. ■



Restaurante Universitário, Marco Fernandes, 2008.



Antecedentes



2005 Plano de Desenvolvimento Institucional

Em 2005, o Prof. Aloisio Teixeira, magnífico reitor, encaminhou ao debate da comunidade universitária proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) contendo diagnóstico geral da UFRJ que apontava a fragmentação como um dos principais óbices à superação do cientificismo positivista predominante ao longo de boa parte do século XX, assim como à ruptura com a universidade elitista e bachaleresca dos anos 40, no essencial reforçada pela modernização imposta da reforma tecnocrática autoritária dos anos 70.

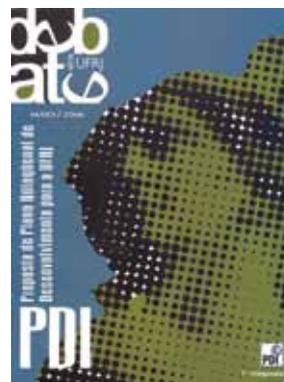
O diagnóstico também destacava as conquistas históricas, muitas delas decorrentes de maneira direta das lutas dos movimentos docente, estudantil e de servidores técnico-administrativos, desde os anos 60, como, entre outras:

- a preservação do caráter público e gratuito;
- a preservação, como valores intocáveis, das liberdades de cátedra, de organização e expressão;
- os avanços expressivos, embora ainda insuficientes, na democratização dos processos internos de deliberação e escolha dos dirigentes;
- a alta qualificação dos corpos docente e técnico-administrativo, selecionados pelo mérito em concursos públicos;
- o volume e relevância da produção científica, tecnológica, cultural e artística;
- a relevância dos serviços prestados à sociedade, sob a forma de extensão universitária e difusão científica, cultural e artística.

Não obstante tais virtudes, a ideia de inte-

gração universitária surgia de maneira central no PDI, como caminho a priorizar tanto na estruturação institucional e, quanto nas concepções pedagógicas, que deveriam avançar na direção de uma incorporação dos conceitos de integração e articulação entre diferentes disciplinas e campos do saber. Como horizonte, uma formação universalista e humanista, comprometida não apenas com a qualificação de profissionais especializados competentes, mas também com a formação de cidadãos, aptos a criticar e aprender ao longo de sua vida ativa.

Apesar de expressar uma clara consciência acerca de muitos de nossos desafios, o PDI ainda era pouco claro quanto aos caminhos para empreender a reconstrução institucional, acadêmica e administrativa que nossa realidade interna e o contexto em que atuamos estão a exigir de nós.



Revista Debate nº2,
Proposta de Plano
Quinquenal de
Desenvolvimento
para a UFRJ - PDI

A) Diagnóstico do PDI - 2005

A elevada qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFRJ não oculta dificuldades e problemas que a instituição enfrenta para cumprir sua missão institucional e tornar-se uma verdadeira “construtora de futuros”.

Alguns desses problemas decorrem de políticas governamentais equivocadas das últimas décadas, como, por exemplo: as restrições à plena aplicação do princípio da autonomia universitária; a insuficiência crônica dos recursos orçamentários; a inadequação dos mecanismos públicos de financiamento e apoio institucional à pesquisa; a desqualificação do serviço público. Outros fatores resultam de sua estrutura peculiar e de seu próprio processo de constituição. Dentre esses, podem-se destacar sua organização federativa; a compartimentalização das carreiras profissionais; o caráter instrumental e profissionalizante do ensino; a limitada variedade de carreiras oferecidas; a estruturação inadequada dos currículos; o caráter “elitista” dos mecanismos de ingresso; o isolamento entre as unidades da universidade e entre esta e as demais instituições e instâncias da sociedade, pela falta de mecanismos integradores e de instrumentos de comunicação internos e externos.

Nunca antes, talvez, portanto, a UFRJ tenha estado tão urgentemente diante do imperativo de pensar, debater e decidir seu futuro, renovando-se criticamente pelo esforço comum e participativo de sua comunidade. (Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento Institucional para a Universidade Federal do Rio de Janeiro – PDI, 2006, p.7)

2007

Programa de Reestruturação e Expansão

Em outubro de 2007, após amplos e acesos debates na comunidade, o Conselho Universitário aprovou o Programa de Reestruturação e Expansão (PRE). Escorado no mesmo diagnóstico, o PRE começava a indicar caminhos mais claros para a reconfiguração de nosso projeto institucional. Dentre os passos para a reestruturação e expansão, o **PRE** destacava:

- “1. *Expansão e reestruturação, ampliando vagas com garantia de qualificação crescente das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, estimulando a difusão de uma cultura humanística e crítica e fortalecendo, enriquecendo e multiplicando as possibilidades de formação profissional, científica e cultural dos estudantes;*
2. *Criação de novos mecanismos de acesso à Universidade, alternativos e complementares ao processo seletivo atual;*
3. *Redefinição da estrutura de organização e de administração acadêmica, para tornar a UFRJ mais comprometida com os processos de geração e difusão de conhecimentos e mais apta a enfrentar os desafios que se colocam para a sociedade brasileira;*
4. *Atualização do Plano Diretor de Ocupação da Ilha da Cidade Universitária e reordenamento espacial das unidades acadêmicas e administrativas, compatíveis com o conjunto de objetivos do Programa e adequados à indução das transformações planejadas (Resolução CONSUNI 09/2007).”*

O PRE consolidou entre nós a convicção de que o enfrentamento dos desafios sociais, científicos, pedagógicos, administrativos e institucionais impunha-nos uma reflexão aprofundada sobre as bases físico-territoriais e infraestruturais de nossa Universidade. Indo mais além, alinhou um conjunto de objetivos e prioridades:

“XV. Definir as seguintes prioridades para a alocação dos recursos destinados a despesas de capital:

- 1. Consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do campus da Ilha da Cidade Universitária.*
- 2. Expansão das atividades acadêmicas de graduação, mediante instalações de uso compartilhado e comum a várias unidades (salas de aula, laboratórios, equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas).*
- 3. Infraestrutura destinada à melhoria e ampliação da assistência estudantil.*

XVI. Definir as seguintes ações com o objetivo de promover o reordenamento espacial das unidades e órgãos da UFRJ:

- 1. Elaborar, com vistas a uma ampla discussão e posterior aprovação, política geral de preservação, uso e gestão do patrimônio imobiliário da Universidade, construído e não construído, preservando sua integridade e inalienabilidade*
- 2. Autorizar imediata revisão do Plano Diretor de Ocupação do campus da Cidade Universitária, com prazo de oito meses para sua elaboração, discussão e aprovação por esse Conselho, ouvidos os colegiados de unidades e centros.*
- 3. Determinar a realização de estudos com vistas a definir usos e vocações dos vários espaços ocupados pela UFRJ.*
- 4. Constituir grupos de trabalho específicos, nos quais haverá a participação das unidades da UFRJ, em especial, daquelas situadas em prédios fora do campus da Cidade Universitária, para atender ao disposto no item 3 acima.*

XVII. Definir as seguintes ações com vistas à melhoria da infraestrutura geral do campus da Cidade Universitária:

a. Dar continuidade aos estudos técnicos necessários à ampliação das vias de acesso à Ilha da Cidade Universitária, à melhoria da administração do tráfego no interior da Ilha e à ampliação e diversificação da oferta de transporte público, inclusive em diferentes modalidades, proporcionando subsídios à ação pública na região.

b. Reforçar iniciativas em curso destinadas à melhoria dos serviços de segurança, iluminação, saneamento e escoamento de águas pluviais.

c. Implementar iniciativas que levem à redução das despesas de energia elétrica, telefonia e outros serviços de utilidade pública.

XVIII. Intensificar entendimentos com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com os órgãos da administração federal sediados no Rio de Janeiro, para a discussão de um plano de inserção territorial da UFRJ e do campus da ilha da Cidade Universitária, que redefina e desenvolva sua interação logística, físico-territorial e urbanística com os espaços municipal, metropolitano e estadual, notadamente no que concerne a:

- 1. Acesso e transporte: novas vias e meios de transporte coletivo (metroviário, rodoviário e aquaviário);*
- 2. Segurança pública;*
- 3. Uso pela sociedade dos espaços universitários de difusão da ciência, tecnologia, cultura e arte;*
(Resolução CONSUNI 09/2007).



Revista Debate nº3,
Programa de
Reestruturação e
Expansão
da UFRJ - PRE

B) PRE – 2007

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido em sessões de 18 e 25 de outubro de 2007, tendo em vista o processo de discussão ocorrido na Universidade e as inúmeras críticas, emendas e sugestões encaminhadas por unidades, centros e entidades de representação do corpo social, a partir da divulgação pela Reitoria do Anteprojeto de Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, e considerando a necessidade de:

(i) Reestruturação e Expansão da UFRJ, mediante democratização e ampliação das vagas oferecidas em seus processos seletivos de ingresso e ocupação das vagas ociosas;

(ii) Criação de novos mecanismos de acesso à Universidade;

(iii) Redução dos índices de evasão e garantia da permanência dos estudantes da Universidade, através de investimentos e políticas ativas de assistência e de promoção da cidadania acadêmica para os estudantes, possibilitando-lhes enriquecimento científico e cultural;

(iv) Integração crescente entre atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas de conhecimento e formação profissional, ampliação da mobilidade estudantil e busca de novas formas de convergência e articulação entre as áreas de conhecimento e de formação profissional, de modo a permitir uma formação universitária universal, crítica, humanista e comprometida com a construção de uma sociedade justa e ambientalmente responsável;

(v) Consolidação e ampliação das atividades de extensão, parte integrante das atividades acadêmicas de formação dos estudantes;

(vi) Ampliação do intercâmbio e da cooperação técnico-científica e acadêmica em âmbito nacional e internacional, com vistas à difusão da produção científica, tecnológica, cultural e artística da UFRJ e à afirmação do caráter universalista da atividade universitária;

(vii) Elevação do grau de comprometimento social da Universidade, de articulação com as organizações representativas da sociedade civil, de interação com os diversos níveis de governo, de relacionamento autônomo com o sistema produtivo do país e, principalmente, de integração com o sistema de ensino em todos os níveis;

(ix) Continuação e aprofundamento das discussões sobre o Programa de Reestruturação e Expansão, bem como de outras medidas voltadas para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFRJ, de modo a favorecer a formação de consensos e a tomada de decisões com base em processos com ampla e democrática participação da comunidade.

(Resolução CONSUNI 09/2007).

2008

Diretrizes Gerais do Plano Diretor

.....
1 - Integraram a comissão os profs. Carlos Bernardo Vainer, Ivana Bentes Oliveira, Luiz Pinguelli Rosa, Pablo Cesar Benetti, Roberto Lent e o saudoso prof. João Ferreira da Silva Filho.

Em 15 de janeiro de 2008, o magnífico reitor constituiu uma Comissão com o objetivo de elaborar proposta de “diretrizes para a execução do Plano Diretor da UFRJ”¹. O documento elaborado pela Comissão foi ao Conselho Superior de Coordenação Executiva, que, após emendá-lo, encaminhou-o ao exame do CONSUNI e da comunidade universitária. Após amplo debate na comunidade, o CONSUNI aprovou, em 1º de setembro de 2008, as Diretrizes Gerais para a Elaboração do Novo Plano Diretor da UFRJ. Abria-se um novo ciclo de estudos, reflexões e discussões.

Em 28 de novembro de 2008, o Conselho Universitário aprovou encaminhar para o debate da comunidade o “Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária – Proposta preliminar para discussão”, elaborado pelo CTPD, que, embora de modo ainda parcial, buscou dar os primeiros passos para detalhar e concretizar as orientações e concepções emanadas das diretrizes gerais. ■



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

Vista geral da expansão acadêmica do
Instituto de Matemática





Imagem: Atelier Universitário da FAU.



Dirertrizes Geraris



1. O **PD UFRJ-2020** é expressão e projeção, no tempo e no espaço, de uma vontade coletiva, democraticamente construída, de fazer da UFRJ uma universidade contemporânea de seu próprio tempo, consciente dos desafios que lhe são lançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, assim como por uma sociedade que traz as marcas tanto da condição periférica à globalização, quanto de perversas e inaceitáveis desigualdades e injustiças. Não queremos apenas uma universidade de qualidade e democrática, nem apenas que ela seja aberta a setores mais amplos de nossa juventude; queremos também uma universidade engajada na construção de um projeto de país que contemple a autonomia científico-técnica, a justiça social e a responsabilidade ambiental.

2. Três idéias básicas ou princípios fundamentam o **PD UFRJ-2020** e suas diretrizes gerais:

- o **princípio da dupla integração**, segundo o qual a integração interna da UFRJ é inseparável da integração da UFRJ à cidade (e também, ao Estado e ao país);
- o **princípio da administração integrada dos espaços e edificações**, contemplando uma visão de conjunto de nosso patrimônio fundiário e edificado, “preservando sua integridade e inalienabilidade” (Resolução Nº 09/2007, do Conselho Universitário, XV.1);
- o **princípio do planejamento de longo prazo**, definindo como horizonte o ano **2020**, com dois momentos intermediários: 2012 e 2016.

Dupla integração: uma universidade integrada que se integra à cidade

3. Desde as discussões levadas a cabo quando dos debates acerca do **PDI**, em 2005, consolidou-se o consenso de que a fragmentação constitui uma

das principais características da UFRJ, com graves consequências para o cumprimento de seus objetivos – tanto acadêmico-científicos quanto sócio-educativos e político-institucionais.

O exame da fragmentação da UFRJ indica, entre outras coisas, que:

- A fragmentação não é apenas persistente resíduo de nossas origens (universidade resultante da reunião de escolas e faculdades), mas algo que se tem produzido, reproduzido e, mesmo, aprofundado ao longo da história;
- Se a fragmentação expressava a concepção originária de universidade consagrada exclusivamente à formação, mais que nada, de profissionais liberais (advogados, médicos e engenheiros, em primeiro lugar), somaram-se à herança histórica das corporações profissionais outras tendências fragmentadoras, expressas em muitas dualidades nossas conhecidas: graduação x pós-graduação, ensino x pesquisa, pesquisa x extensão, ciência básica x ciência aplicada, humanidades x ciências “duras” etc.;
- A fragmentação também se manifesta nos modos de organização de nossa administração acadêmica, em que as carências e duplicações de funções retratam trajetórias totalmente independentes das diferentes unidades e programas, assim como de diferentes serviços;
- Embora inspirada em modelos que apontavam para maior integração, a reforma universitária da ditadura militar apenas veio consolidar a fragmentação, introduzindo-lhe novas modalidades, ao promover: a) a pesquisa e a pós-graduação, em detrimento da graduação; b) as engenharias e ciências biológicas em detrimento das ciências sociais e humanas, letras e artes; c) um sistema de créditos truncado, que nunca realizou plenamente o projeto de integração dos institutos básicos e escolas profissionais, ao mesmo tempo em que desmontava as estruturas anteriores (algumas das quais contri-

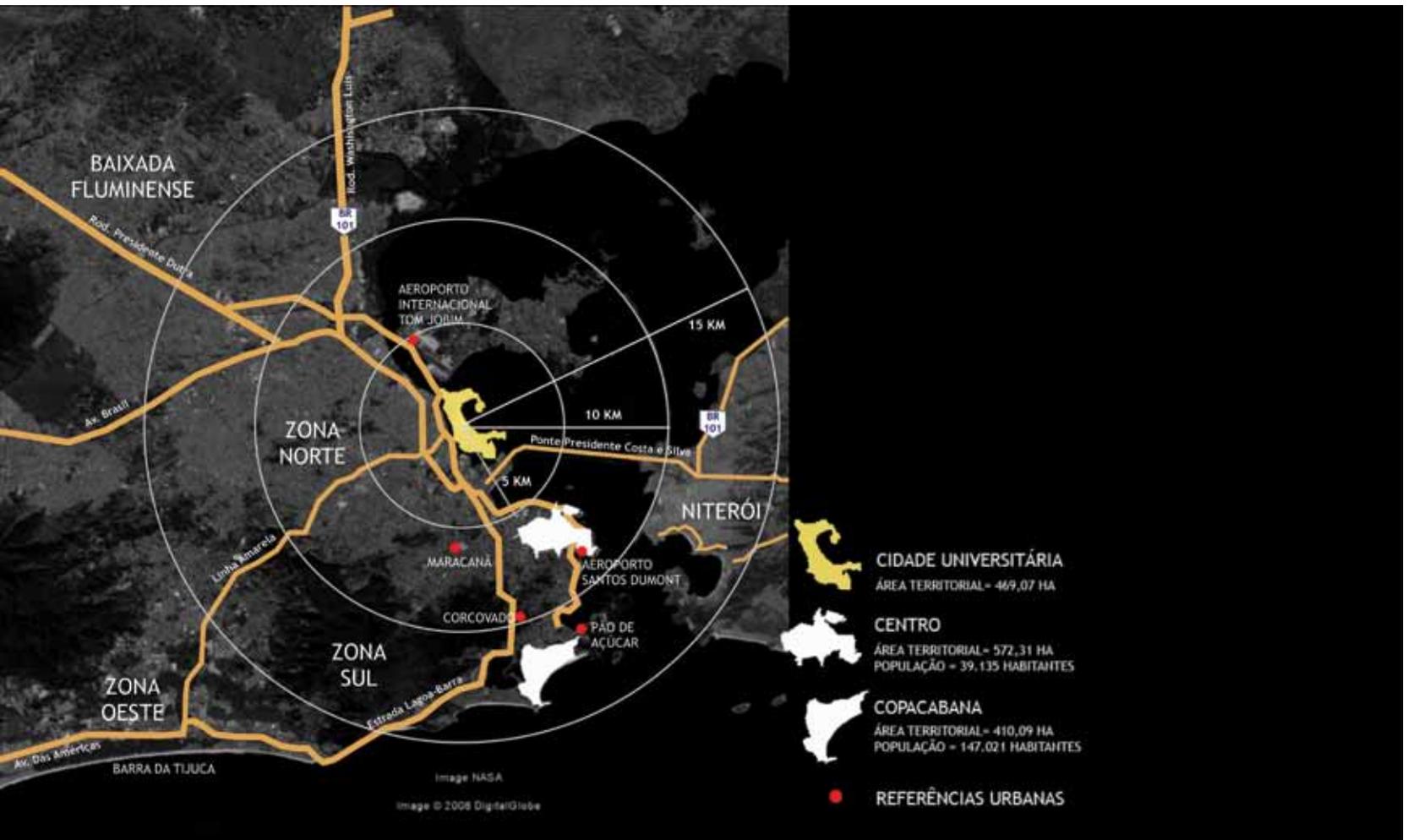


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

Localização da ilha da Cidade Universitária na cidade do Rio de Janeiro

buíam, de certo modo, para reunir estudantes em turmas²); d) uma departamentalização à outrance que favoreceu, muitas vezes, a desagregação das velhas escolas profissionais, não raro para constituir, em substituição às velhas cátedras, “feudos” de novo tipo.

■ O processo de fragmentação recebeu também a contribuição do projeto de transferência das unidades para a Ilha da Cidade Universitária, cuja concepção, politicamente autoritária e urbanisticamente fiel aos cânones de um modernismo acrítico, projetou: a) o isolamento urbano da

.....
 2 - O retalhamento da Faculdade Nacional de Filosofia permanece como marco da violência ditatorial que se abateu sobre a Universidade do Brasil e que não teve paralelo em outras universidades. As sequelas daquela violência perduram entre nós até hoje.



Foto: Acervo CoordCOM/UFRJ

Após o aterramento e a união das ilhas, surgiu a Cidade Universitária - 1953

A construção da Cidade Universitária

A decisão de erguer, conforme a Lei nº 447, de 20/10/1948, uma monumental Cidade Universitária em área ser formada a partir da unificação de nove ilhas, sendo uma delas a do Fundão, foi o capítulo final de uma série de discussões travadas desde a década de 1930. Não se tratava apenas de oficializar a localização geográfica do campus universitário, mas de detalhar seu funcionamento e as unidades que comporiam a “ilha universitária”. A escolha pelo arquipélago aterrado, próximo ao bairro de Manguinhos, à época uma região com baixa densidade populacional, deu por encerrado debate que se arrastava havia pelo menos dez anos, desde a reforma de Gustavo Capanema.

Descartado o bairro da Urca, na Zona Sul da cidade, o projeto de construção da Cidade Universitária voltou-se para os arredores da Quinta da Boa Vista, área mais ampla e localizada na região central da cidade. Arquitetos do exterior foram convidados a elaborar o plano, dentre eles Marcello Piacentini, responsável pela construção do campus da Universidade de Roma durante o governo de Benito Mussolini, e Le

Corbusier (nome profissional de Charles Edouard Jeanneret-Gris), cujas obras influenciaram diretamente os arquitetos brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Eles vieram ao Brasil, respectivamente, em agosto de 1935 e julho de 1936. O próprio Lúcio Costa chegou também a elaborar projetos de criação da Cidade Universitária na região da Quinta.

Outras áreas foram cogitadas para abrigá-la: Lagoa Rodrigo de Freitas, Gávea, Niterói, Manguinhos e Vila Valqueire. A definição pela Ilha do Fundão foi alvo de questionamentos por parte de professores, políticos, engenheiros e arquitetos. O trabalho do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (Etub), sob a coordenação do engenheiro Luiz Hildebrando de Horta Barbosa, concluiu que a “ilha universitária” era o local mais adequado em razão da área disponível – em torno de 5 milhões de metros quadrados –, da localização e dos custos de desapropriação, dentre outras variáveis.

Inaugurada em 1946, a avenida Brasil era um importante pólo de desenvolvimento. Além disso, a Ilha do Governador passava por transformações urbanas importantes, como a construção da infraestrutura aeroportuária.



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

Centros de Convergência
propostos

universidade, situando-a, metafórica e materialmente, numa ilha; b) uma Cidade Universitária que isolava entre si as várias unidades dentro da ilha. A consequência foi um conjunto de unidades isoladas da cidade numa ilha e, ao mesmo tempo, isoladas umas das outras dentro da ilha.

A fragmentação acadêmica e físico-territorial se consolidou com a interrupção das obras para a transferência de unidades para a Cidade Universitária, sendo a “última mudança” a da Faculdade de Letras, que data de mais de 20 anos.

4. As múltiplas dimensões e facetas de nossa fragmentação tornam-se tanto mais nefastas

quando se sabe que, nos últimos 30 anos, as ciências e o conhecimento, no sentido mais pleno e amplo das palavras, passaram pelo que alguns epistemólogos têm classificado de revolução científica, redefinindo paradigmas, fronteiras e relações entre as várias, velhas e novas, disciplinas, assim como as relações entre múltiplas formas de produção e difusão de saberes³. As sólidas e rígidas muralhas construídas pelo positivismo entre as várias disciplinas desmoronam como castelos de cartas, ao mesmo tempo em que se redesenham progressivamente os campos de exercício profissional, com a emergência de novas profissões

3 - Assim, por exemplo, vários são os campos e sub-campos científicos que descobrem a riqueza de conhecimentos e saberes tradicionais, produzidos e transmitidos de geração a geração por grupos sociais e culturas não letradas.

e especialidades, resultantes tanto de mudanças dramáticas nos processos produtivos, quanto da pressão de novas e relevantes demandas do setor público e da sociedade em geral.

5. Finalmente, haveria que mencionar a expansão territorial e demográfica, bem como as reconfigurações socioeconômicas e funcionais da cidade do Rio de Janeiro⁴ nos últimos 40 anos, que vieram reposicionar tanto a Cidade Universitária quanto as demais implantações da UFRJ que so-

brevem na malha urbana, esparsas, retalhos de uma universidade dispersa e fortemente compartimentada.

6. Resultante de um projeto inacabado – a unificação da UFRJ na Cidade Universitária – e de sobrevivências decorrentes antes da inércia e da incapacidade de planejar-se que de opções conscientes e refletidas, a atual configuração físico-territorial da UFRJ expressa uma outra, e poucas vezes discutida, dimensão de nossa fragmentação:

4 - A Cidade do Rio de Janeiro ultrapassa largamente os limites do município de mesmo nome, desdobrando-se em direção a Niterói e São Gonçalo, do outro lado da Baía de Guanabara, e em direção à Baixada Fluminense e Região Serrana. Assim, ao falarmos de Cidade do Rio de Janeiro, estamos nos referindo ao que é chamado de Região Metropolitana e seu entorno imediato — Região Serrana — envolvendo um grande número de municípios.

A democratização institucional nos anos 1980

A partir de 1977, a resistência democrática que levou à derrocada da ditadura promoveu a abertura de novos espaços de liberdade, permitindo o restabelecimento e a criação de diversos movimentos organizados na sociedade.

No campo da Educação, o processo de democratização vivido pelas universidades públicas na década de 1980 constitui importante capítulo na história da instituição universitária brasileira. Renascia, com intensidade, o debate acerca do lugar e do papel do Ensino Superior, assim como as lutas pela reforma universitária, protagonizadas pelo movimento estudantil na década de 1960, brutalmente interrompidas pela ditadura militar. Foram os docentes e suas associações que, no período, tomaram a dianteira da luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, assim como pela democratização interna. Logo se juntariam os servidores técnico-administrativos e estudantes, que reconstruíam suas entidades de representação. O nascimento da Associação Nacional de Docen-

tes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) assim como o renascimento da UNE foram o resultado das mobilizações e organização nas universidades.

Na UFRJ, 1978 marca a refundação do Diretório Central dos Estudantes, o DCE Mário Prata. Os professores e os técnico-administrativos inauguraram novas formas de ação e debate coletivos no interior da UFRJ, criando e reorganizando suas próprias entidades: em 1979, é criada a Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj) e, em 1982, a então Associação dos Servidores da UFRJ (Asufrj), fundada em 11 de junho de 1960, passa a exercer papel importante na orientação da intervenção política dos técnico-administrativos da UFRJ. Esses movimentos deram relevante contribuição à democratização da Universidade e constituem hoje, juntamente com a Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFRJ, criada em 1984, importantes agentes da vida acadêmica – em suas múltiplas dimensões científica, cultural, artística, institucional e política.

o fato de que a universidade constitui um fragmento pouco integrado, ou incompletamente integrado, à cidade.

7. Isso significa que estamos desafiados a levar adiante, simultaneamente, dois processos de integração: integração intrauniversitária e inte-

gração universidade-cidade. Não seremos capazes de integrar acadêmica e físico-territorialmente a UFRJ se não formos capazes de integrar a Universidade, em primeiro lugar a Cidade Universitária, à Cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a integração físico-territorial a ser buscada pelo **PD UFRJ-2020** deve contemplar de maneira decidida questões como acessibilidade, segurança, densificação da nova Cidade Universitária, usos universitários e usos urbanos de seus espaços e edificações, integração social, democratização do acesso com incorporação mais expressiva de estudantes de camadas populares. Deve, igualmente, projetar no espaço e no tempo os usos que serão dados aos imóveis que, progressivamente, terão suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em parte ou no todo, transferidas para a nova Cidade Universitária.

Administração integrada dos espaços e edificações disponíveis

8. A UFRJ é detentora de um extenso e valioso, embora heterogêneo, patrimônio fundiário e edificado. Parte expressiva das edificações, mesmo daquelas mais recentes, defronta-se com graves problemas resultantes de deficiências de manutenção. É crítica a situação de alguns prédios mais antigos, dispersos na cidade, alguns dos quais de grande valor arquitetônico e histórico.

Enfrentamos custos crescentes de manutenção à medida que os prédios envelhecem e avança a deterioração decorrente da escassez dos recursos de manutenção. Nos prédios mais antigos, *a fortiori* aqueles tombados, as restrições de uso e de reforma limitam severamente as possibilidades de ampliação das atividades e de melhorias expressivas das condições de trabalho e estudo. Essa situação tem contribuído para que pensemos esse patrimônio antes como passivo que como ativo, antes como um

peso que como conjunto de recursos a serem mobilizados e colocados à disposição das atividades-fim da Universidade.

9. O princípio estruturante de nossa gestão patrimonial e destinação de ocupações e uso será, como estabelecido na Resolução nº 09/2007, do Conselho Universitário, que instituiu o **Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ**, a manutenção e inalienabilidade do patrimônio.

A aplicação do princípio deve articular-se a outras diretrizes gerais, a saber:

- Como proprietária de grandes glebas estrategicamente localizadas, em particular na Ilha da Cidade Universitária e na Praia Vermelha, a UFRJ tem grandes responsabilidades com o desenvolvimento urbano da Cidade do Rio de Janeiro;

- Como proprietária de importante acervo edificado, a UFRJ tem responsabilidade na preservação, conservação e uso compatível das edificações e espaços que constituem parte do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade e da nação.

10. No caso de concessões ou permissões de uso, deverão ter seus prazos claramente determinados e respeitarão os critérios seguintes:

- obrigatoriamente: incorporação ao patrimônio da UFRJ de todas edificações e benfeitorias, ao final do prazo de concessão;

- alternativamente e segundo ordem de prioridades abaixo;

- atendimento direto ou indireto às atividades fim da UFRJ-ensino, pesquisa e extensão;

- complementaridade com atividades fim da UFRJ;

- atendimento aos objetivos de segurança, acessibilidade e bem-estar da comunidade universitária;

- atendimento a usos compartilhados de interesse da cidade e/ou das comunidades vizinhas, com primazia para atividades culturais e esportivas;

- atendimento aos objetivos de integração da UFRJ à cidade;

- retornos financeiros compensadores, respeitados critérios de compatibilidade de usos com as atividades-fim da Universidade.

Tabela I. Terrenos da UFRJ e sua ocupação

LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	TERRENO M2
Arraial do Cabo	Terreno	334,00
Av. Mem de Sá, 78	Terreno	205,72
Av. Rui Barbosa, 762	Casa do Estudante Universitário	2.753,90
Av. República do Chile, 300	Salas comerciais	8.550,00
Av. Pasteur, 250	Campus da Praia Vermelha	100.976,90
Av. Presidente Vargas, 2.863	Hospital São Francisco Assis	7.531,00
Ilha da Cidade Universitária	Cidade Universitária	5.238.337,87
Estrada dos Bandeirantes	Terreno	10.000,00
Itaguai	Loteamento	149.869,18
Ladeira Pedro Antônio, 49	Observatório Valongo	8.209,00
Largo de São Francisco	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	4.117,68
Macaé	Nupem	15.735,24
Praça da República, 22	Prédio Desocupado	831,80
Quinta da Boa Vista	Museu Nacional	53.276,40
Rua das Laranjeiras, 180	Maternidade Escola	4.599,00
Rua Moncorvo Filho, 88	Faculdade de Direito	1.569,14
Rua Afonso Cavalcanti, 275	Escola Enfermagem Ana Nery	1.393,00
Rua do Passeio, 98	Escola de Música	1.796,00
Rua Luiz de Camões, 68	Cedido Município/RJ	835,00
Santa Teresa - ES	Reserva Biológica	1.560.000,00
Pólo de Xerém, Duque de Caxias	Prédios acadêmicos (a serem construídos)	38.536,00
TOTAL		7.209.456.83

Fonte: PR3/UFRJ

Plano de longo prazo: horizonte 2020

11. A dupla integração anteriormente definida não se realiza de um dia para outro. Ela será resultado de uma estratégia de longo prazo, que se afirmará na continuidade de um projeto amadurecido que ultrapassa o horizonte de uma administração e de algumas gerações de estudantes. De outro lado, a concepção e a implementação deste projeto também ultrapassam as fronteiras da Universidade, devendo envolver e engajar os governos federal, estadual e dos municípios da Região Metropolitana, assim como outros municípios que já acolhem, ou vierem a acolher, unidades da UFRJ.

Igualmente importante serão a articulação e o diálogo com organizações da sociedade civil e com movimentos e organizações populares, de modo que a UFRJ, embora permanecendo uma instituição federal, seja de fato assumida como uma universidade da nossa cidade e do nosso estado.

12. A definição do horizonte 2020 oferece a possibilidade de superarmos, de uma vez por todas, a cultura do “puxadinho”, das decisões *ad hoc* e imediatistas. Dessa forma, novas decisões acerca de investimentos e destinação de terrenos e edificações estarão orientadas por um planejamento de longo prazo.

O horizonte 2020 contempla e ultrapassa al-

gumas datas relevantes para o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, tais como os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016.

Nos marcos do horizonte 2020, dever-se-á trabalhar com os horizontes intermediários 2012 e 2016.

Desenho geral do PD UFRJ-2020 e seu desdobramento no tempo

13. O **PD UFRJ-2020**, em conformidade com a Resolução Nº 10//2008, é constituído de três vetores articulados, inseparáveis tanto na concepção quanto nos processos de implantação, a saber:

- o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária (**PDCIDUNI 2020**);
- o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (**POUPV 2020**);
- o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (**POUI 2020**).

Todas as deliberações referentes à ocupação e ao uso de terrenos e edificações, a inves-

timentos em novas construções e a eventuais concessões ou permissões de uso deverão compatibilizar-se com o PD UFRJ-2020.

14. A fim de afirmar o princípio da integração universitária, o **PDCIDUNI 2020** **deverá destinar espaços e edificações para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de todas as unidades da UFRJ.**

15. Embora afirmando o princípio e objetivo central da integração universitária, o processo de implantação do **PD UFRJ-2020** deverá respeitar as decisões das unidades no que se refere a sua transferência, ou não, para instalações na Cidade Universitária, ou, se for o caso, na definição e negociação de condições e prazos para tal transferência.

16. O **POUPV 2020** e o **POUI 2020** deverão estabelecer propostas de ocupação e uso para todos os terrenos e edificações da UFRJ fora da Cidade Universitária. Aqueles espaços e edificações que, em razão da transferência de atividades para instalações na Cidade Universitária, forem desocupados deverão ser destinados a novos usos, não podendo ser utilizados para atividades de unidades remanescentes na Praia Vermelha ou em edificações isoladas. ■

C) Prioridades de Investimento - Resolução CONSUNI Nº 09/2007

Foram definidas as seguintes prioridades para a alocação dos recursos destinados a despesas de capital:

1. Consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do Campus da Ilha da Cidade Universitária.
2. Expansão das atividades acadêmicas de graduação, mediante instalações de uso compartilhado e comum a várias unidades (salas de aula, laboratórios,

equipamentos, instalações administrativas, unidades de serviço e bibliotecas).

3. Infraestrutura destinada à melhoria e ampliação da assistência estudantil.
4. Infraestrutura geral destinada à melhoria das condições de acesso, transporte, segurança, manutenção e conservação e iluminação e à racionalização do consumo de energia e telefonia.



Foto Aérea: Cidade Universitária e adjacências, Marco Fernandes, 2010.



Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária



1 Introdução

5 - Este e outros estudos que subsidiaram a elaboração do PDUUFRJ 2020 podem ser obtidos no Portal da UFRJ.

6 - Esta tabela apresenta os somatórios das informações prestadas por todas as unidades em formulário da PR-3. Como as unidades não operaram com critérios comuns ao elaborarem suas projeções de expansão e como ainda é recente a prática do planejamento de longo prazo entre nós, estes números devem ser tomados com cautela, indicando, mais que nada, uma ordem de grandeza.

1.1. O **PDCIDUNI 2020** apoia-se, de um lado, em um conjunto de diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CONSUNI N° 09/2007 e 10/2008, e, de outro lado, nas projeções de expansão projetadas pelas unidades e órgãos da administração central.

1.2. Pesquisa realizada junto às unidades permitiu estabelecer uma primeira estimativa da ex-

pansão de nossa Universidade no horizonte 2020, conforme Tabela II.

Também constituíram subsídios para o PDCIDUNI 2020 estudos e levantamentos realizados pelo Laboratório de Diagnósticos de Opinião (LADO), em particular a pesquisa “Vida Universitária – Hábitos e Anseios”, que entrevistou 3.600 docentes, discentes e técnico-administrativos.⁵

Tabela II – Estimativas de Evolução do Corpo Social da UFRJ 2008/2020⁶

CENTRO	ANO	DISCENTES	DOCENTES	TÉC-ADM	TOTAL
CCJE	2020	13.017	432	276	13.725
	2016	10.087	379	246	10.712
	2012	8.222	327	227	8.776
	2008	5.175	261	155	5.591
CCMN	2020	11.156	1.171	879	13.206
	2016	9.368	984	777	11.129
	2012	6.957	824	644	8.425
	2008	4.623	471	531	5.625
CCS	2020	21.174	2.087	8.762	32.023
	2016	19.281	1.860	8.296	29.437
	2012	16.352	1.691	7.832	25.875
	2008	8.981	1.192	5.126	15.299
CFCH	2020	12.664	865	497	14.026
	2016	10.804	763	461	12.028
	2012	9.621	680	409	10.710
	2008	6.785	508	303	7.596
CLA	2020	12.748	781	440	13.969
	2016	11.917	736	418	13.071
	2012	10.847	628	387	11.862
	2008	7.009	509	332	7.850
CT	2020	12.748	781	440	13.969
	2016	11.917	736	418	13.071
	2012	10.847	628	387	11.862
	2008	7.009	509	332	7.850
ADM. CENTRAL	2020	412	191	2.478	3.081
	2016	412	191	2.418	3.021
	2012	412	191	2.352	2.955
	2008	412	191	1.409	2.012
TOTAL	2020	88.530	6.287	14.493	109.310
	2016	76.804	5.578	43.649	96.031
	2012	65.120	4.923	12.763	82.806
	2008	41.007	3.613	8.428	53.048

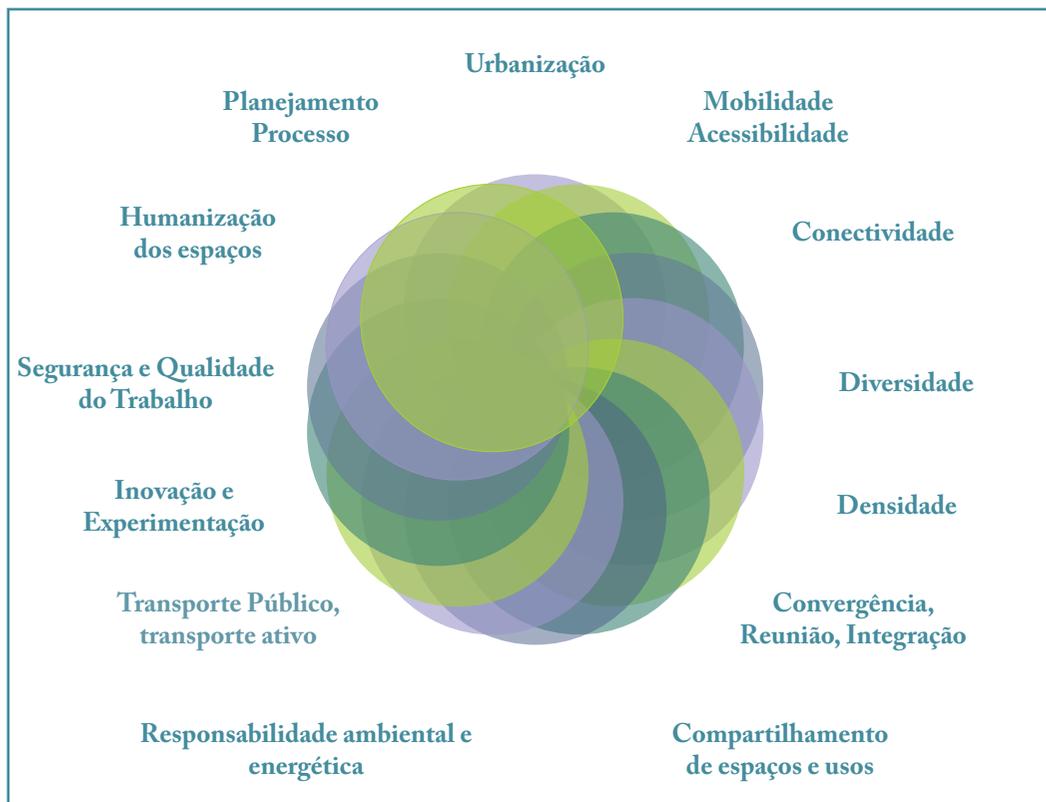
Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Plano Diretor 2020. Áreas e Infraestruturas das unidades da UFRJ. Situação atual e projeções – 2008-2012. PR-3

2 Partido Urbanístico-Ambiental

2.1. O diagnóstico da configuração atual da Cidade Universitária evidencia a inspiração direta das concepções modernistas prevaletentes nos anos 40 e 50, marcadamente rodoviaristas e funcionalistas, que acabaram produzindo um espaço desintegrado, em que se distribuem edificações em lotes generosos, com pouca ou nenhuma interconexão, separados por grandes espaços com função meramente paisagística/

contemplativa. A ruptura com o paradigma original não pode desconhecer, porém, o ambiente construído, ponto de partida inescapável.

Sobre a base do ambiente construído herdado, das Diretrizes Gerais, das projeções de expansão e demais estudos realizados, formulou-se um conjunto de ideias-força, objetivos e princípios que constituem o **Partido Urbanístico-Ambiental** adotado.



2.2. Urbanização

- Criação de um ambiente urbano na Cidade Universitária
- Integração com a cidade
- Usos compartilhados Universidade-Cidade
- Equipamentos culturais, exposições, feiras
- Equipamentos esportivos e de lazer
- Comércio e serviços
- Residências e restaurantes universitários

2.3. Mobilidade e Acessibilidade Universal

- Acessibilidade à Cidade Universitária
- Mobilidade interna – circulação
- Espaços e equipamentos acessíveis a portadores de necessidades especiais

2.4. Conectividade

- Nexos e conexões entre vários equipamentos e edificações
- Caminhos e trajetos agradáveis
- Redes de comunicação e transmissão de dados
- TV e rádio universitárias

2.5. Diversidade

- Diversidade de usos próximos
- Diversidade na tipologia construtiva, nos gabaritos
- Diversidade tipológica e espacial

2.6. Densidade

- Maiores densidades, mais contatos
- Diversidade densa
- Combinação de espaços com diferentes densidades

- Áreas pouco densas – reserva ambiental e reserva fundiária (para expansões futuras, após 2020)

2.7. Convergência – Reunião – Integração

- Centros de convergência
- Integração com a cidade
- Integração com a vizinhança da CIDUNI (Complexo da Maré, Ilha do Governador, Ramos, Bonsucesso, FIOCRUZ)
- Uso de espaços abertos para atividades coletivas
- Caminhos, trajetos
- Combinação de espaços amplos e espaços “íntimos” e acolhedores

2.8. Compartilhamento dos espaços e usos

- Equipamentos acadêmicos de uso coletivo
 - Bibliotecas, auditórios de grande porte, equipamentos especiais
 - Salas de teatro e cinema
 - Museus, centros de memória, acervos
 - Restaurantes, clubes, associações/sindicatos
 - Espaços esportivos e de lazer
 - Outros equipamentos de uso coletivo
- Compartilhamento com a cidade e a vizinhança

2.9. Transporte Ativo e Transporte Coletivo

- Prioridade do transporte coletivo público
- Prioridade do transporte metro-ferroviário
- Transporte hidroviário
- Transporte ativo na circulação interna
 - Deslocamentos pedestres
 - Ciclovias e parque de bicicletas
- Complementaridade intermodal

2.10. Responsabilidade ambiental e energética

- Densidades – uso econômico das superfícies
- Conforto ambiental nas edificações
- Uso econômico e eficiente de energia
- Fontes alternativas de energia – Energia solar – placas foto-voltaicas
- Usina de lixo
- Parque Minerva e preservação ambiental
- Redução de poluição atmosférica e emissões de gases efeito-estufa
- Gestão resíduos sólidos: coleta seletiva, destinação de resíduos

2.11. Inovação e experimentação

- Cidade Universitária, vitrine da produção científica
 - Cidade-Modelo
- Mag Lev, ônibus de hidrogênio
- Usina de lixo
- Política ambiental
- Cidade comunicativa
- Acessibilidade universal
- Escola Superior da Cidadania

2.12. Segurança pública

- Densidade e diversidade de usos – vida urbana
- Cidade Universitária aberta
- Vigilância

2.13. Qualidade do trabalho

- Segurança do trabalhador
- Salubridade
- Identificação e controle dos riscos
- Espaços de formação e lazer

2.14. Humanização dos espaços

- Diversidade tipológica
 - Espaços amplos – Espaços “íntimos”
 - Espaços livres
 - Espaços acolhedores
- Arborização e paisagismo
- Circulação a pé e de bicicleta

2.15. Residências e restaurantes universitários

- Residência universitária para estudantes, professores e técnico-administrativos
- Restaurantes universitários
- Controle dos serviços de alimentação concedidos

2.16. Cidadania

- Espaços e iniciativas voltados para a sociedade civil
- Edificação para sediar sindicatos e associações universitárias
- Escola Superior da Cidadania, NIACS, CRM

2.17. Planejamento como processo

- Flexibilidade
- Planejamento como processo permanente
- Gestão
- Mecanismos institucionais de monitoramento, revisão, ajuste, atualização

2.18. O PDCIDUNI 2020 deve expressar a combinação e sinergia desses princípios, objetivos e ideias-força. A combinação e a sinergia se fazem presentes num conjunto de políticas, que se apresentam a seguir.

3 Cidade Universitária, Cidade Acessível

7 - A opção prioritária dos governos estadual e municipal concentrou-se nos ônibus rápidos em vias segregadas (BRT), mas não estão eliminadas as hipóteses de alternativas metro-ferroviárias. Essas últimas são, do ponto de vista da UFRJ, preferenciais, tanto por serem ambientalmente mais amigáveis, quanto por sua capacidade de transporte, assim como por contornarem problemas de trânsito e segurança de circulação.

3.1. Acessibilidade e mobilidade são os objetivos centrais da nova Política de Transporte, baseada na prioridade ao transporte ativo e ao transporte público coletivo, assim como na responsabilidade ambiental.

3.2. O acesso à Cidade Universitária deverá privilegiar o transporte de massa sobre trilhos e hidroviário. Com a confirmação de que o Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014, as perspectivas de fortes investimentos no transporte público se confirmam, abrindo um promissor campo de possibilidades para a implementação das ligações propostas⁷. São extraordinárias as perspectivas de que consigamos uma solução de fundo para nosso crônico problema de acessibilidade. Todos os esforços deverão ser consagrados a assegurar um sistema multimodal integrado, contemplando por ordem de prioridade:

- ligação metro-ferroviária;
- BRT – ônibus rápido com vias segregadas –, caso esta venha a ser a opção escolhida pelos governos estadual e municipal para o transporte público de massa nos grandes eixos de circulação da cidade;
- ligação hidroviária;
- ligação por ônibus convencionais, sempre que possível integrados ao metrô e, se for o caso, BRT.

3.3. Na atual circunstância, não é possível esperar 2016. A situação atual é gravíssima. Estão em colapso total, ou quase, os acessos rodoviários de que somos totalmente dependentes. Os grandes eixos que deviam nos conectar à cidade – Avenida Brasil, Linhas Vermelha e Amarela – não são suficientes ao fluxo crescente de veículos e, de maneira cada vez mais recorrente, aparecem-nos como barreiras e não como

UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO NO ACESSO À CIDADE UNIVERSITÁRIA CONSTITUI CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA A VIABILIDADE DO PD UFRJ-2020

Uma grande preocupação de estudantes, professores e técnico-administrativos que hoje estudam e trabalham na Praia Vermelha ou em unidades isoladas diz respeito às condições de acesso à Cidade Universitária. Esta é uma preocupação totalmente justa e compreensível. Nas condições atuais, a Cidade Universitária oferece condições precaríssimas de acesso aos que lá estudam e trabalham, e o aumento da população universitária tornaria a situação totalmente insuportável (na verdade, ela já o é). Isto significa que a transferência de atividades de ensino, pesquisa e extensão deverá ocorrer em compasso com a implantação progressiva de novos e eficientes meios de acesso, em particular, transporte público confortável, eficiente e barato.

vias. Os engarrafamentos tornam-se quotidianos e têm custos crescentes – ambientais, financeiros, psicossociais.⁸

A consciência de que a solução de médio e longo prazo nos impõe uma combinação intermodal que priorizará o transporte metro-ferroviário e hidroviário não nos exime de buscar soluções, ainda que reconhecidamente mitigadoras e paliativas, para a situação atual. Essas serão, ainda, predominantemente, rodoviárias.

3.4. Uma nova ponte ligando a CIDUNI à Linha Vermelha no sentido centro, com saída após o entroncamento com a Linha Amarela, deverá contribuir em curto e médio prazos para amenizar os problemas de trânsito.

As linhas de ônibus cujos trajetos tan-

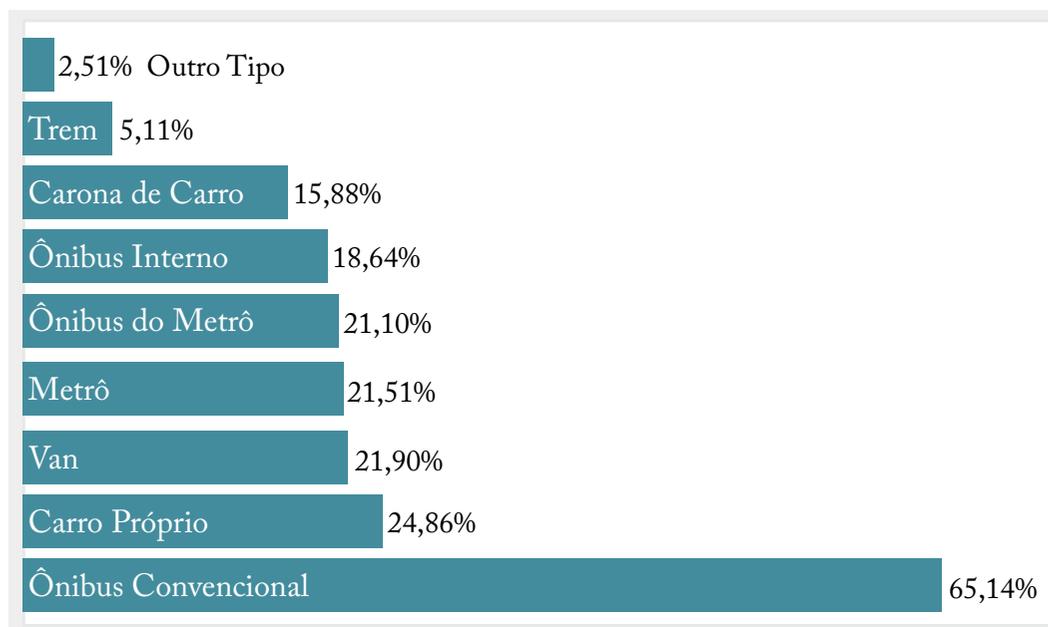
genciam a Cidade Universitária continuarão constituindo, por um certo período, importante meio de acesso. O Terminal de Integração Rodoviária, que também é parte da política de curto prazo, ainda e inevitavelmente tributária da predominância do transporte rodoviário, contribuirá para dar mais racionalidade e eficiência a esse tipo de acesso. No horizonte 2012, devemos prosseguir no esforço de aumentar o número e qualidade das linhas de ônibus que fazem a integração com o metrô.

3.5. Impõe-se, desde já, encaminhar soluções de fundo. Além das negociações relativas a linhas metro-ferroviárias e BRT, há que investir seriamente em linhas hidroviárias. Somos um ilha, numa cidade banhada por uma baía de

8 - Engarrafamentos também provocam perdas e problemas para outros “moradores” da CIDUNI. Assim, por exemplo, o Instituto de Engenharia Nuclear sofre perdas expressivas sempre que engarrafamentos alongam o tempo de transporte dos fármacos radioativos (enviados também para outros estados através de transporte aéreo), cujo efeito ativo reduz-se quando submetido a longos intervalos entre produção e uso. A distribuição de produtos saídos da Fundação Bio-Rio sofre problemas análogos.

9 - Foi dada ao entrevistado a possibilidade de escolher mais de uma alternativa em resposta à pergunta constante do questionário: “Quais os tipos de transporte que normalmente usa para chegar a UFRJ?”. Por esta razão, o total ultrapassa 100%.

Tipo de Transporte Utilizado

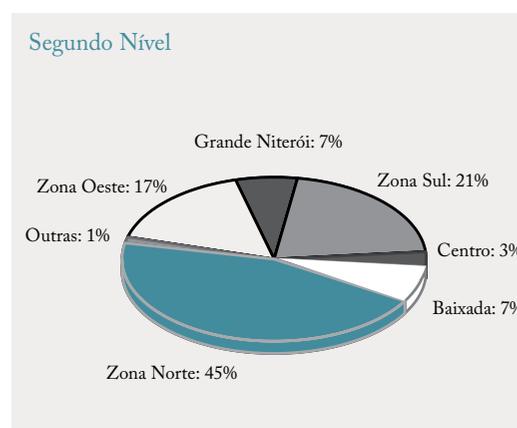
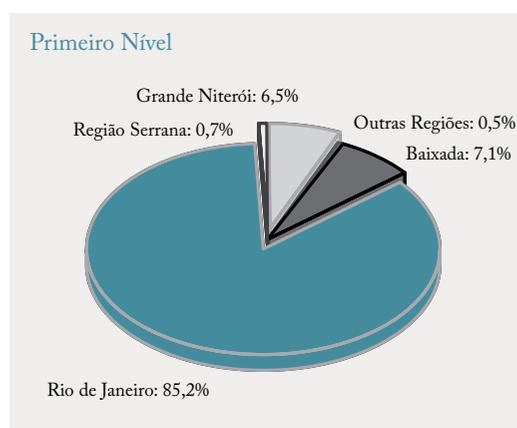


Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008⁹

águas calmas, propícia ao transporte aquaviário. A prioridade será a ligação CIDUNI-Universidade Federal Fluminense (Gragoatá)-Praça XV-Praia Vermelha. Essa linha de integração universitária oferecerá também uma opção

complementar para aqueles que buscam nossa Universidade desde o outro lado da Baía de Guanabara e do Centro da Cidade, além de propiciar maior integração entre as duas maiores universidades federais do estado.

Região do Início da Viagem



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Ansios, 2008

GALEÃO X SANTOS DUMONT: POR UMA PERSPECTIVA INTEGRADA

A imprensa tem repercutido o embate entre a Agência Nacional da Aviação Civil e o Governo do Estado acerca dos destinos dos dois grandes aeroportos de nossa cidade – o Antonio Carlos Jobim e o Santos Dumont.

O Governo Estadual defende que o Santos Dumont continue servindo apenas a voos Rio-São Paulo-Rio, de modo a reservar ao Galeão uma demanda capaz de torná-lo atraente para a privatização - para a qual já haveria o aval do governo federal. Já a ANAC defende que o Santos Dumont opere também com outros destinos, crítica a

criação de “reservas de mercado” e defende a “concorrência” entre os dois aeródromos. A convicção parece ser a de que, sob concessão privada ou controle público, o regime ideal de relacionamento entre diferentes equipamentos que prestam o mesmo serviço é a concorrência no mercado – neste caso, o mercado de serviços aeroportuários. Esta polarização reflete apenas as perspectivas mais imediatas e diretas das autoridades envolvidas e das companhias aéreas; é chegado o momento de olhar para os dois aeroportos do ponto de vista da cidade.

Ora, a cidade do Rio de Janeiro, por sua incomparável geografia e pelo engenho das gerações anteriores, é dotada de valiosa infraestrutura aeroportuária. Dois grandes aeroportos, no entorno da bela Baía de Guanabara, oferecem uma vantagem rara em grandes cidades: proximidade do centro urbano. É mais: entre os dois aeroportos uma distância de menos de 14 km.

Os dois aeroportos podem e devem ser pensados e administrados como equipamentos urbanos, que na realidade são, partes de um mesmo e único serviço urbano. Precisamos adotar uma gestão integradora, ao invés de uma postura estrita e estreitamente mercantil, da qual deriva o falso e pernicioso antagonismo.

A cidade tem sofrido as consequências da fragmentação de alguns serviços, com graves danos para seus habitantes e visitantes. O melhor exemplo é o dos transportes públicos, em que um processo de privatização sem critérios colocou trens, metrô, ônibus, barcas e, agora, vans em uma guerra sem quartel, sem vencedores, em que todos perdemos.

Um olhar e uma administração integrados para os nossos dois aeroportos recomendariam a criação de uma interligação rápida, confiável, segura e eficiente. Tal conexão os transformaria num único grande complexo aeroportuário, integrado também à malha urbana, e o Santos Dumont seria o 3º terminal do Galeão.

Tecnologias inovadoras e adequadas estão disponíveis. O Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parte do Plano Diretor UFRJ 2020, ora em elaboração, deverá optar pelo Sistema Maglev-Cobra, que pesquisadores da UFRJ vêm desenvolvendo. O Maglev-Cobra, pequeno trem de levitação magnética, opera com energia solar, não gera qualquer poluição, nem gases de efeito estufa. Sua viabilidade técnica e suas vantagens ambientais já foram comprovadas. Outra boa notícia: comparado ao metrô a céu aberto, oferece custos de operação e implantação muito favoráveis (1/3 do custo por quilômetro de linha). Se fizermos essa opção, o Rio de Janeiro e seus aeroportos se

colocarão na vanguarda tecnológica em termos de transporte público eficiente e ambientalmente amigável.

A ligação Galeão-Santos Dumont poderá também contemplar estações intermediárias na Cidade Universitária, Terminal Rodoviário Novo Rio, na Zona Portuária – cujo processo de revitalização será bastante enriquecido – e na Praça XV. O trajeto direto entre os dois aeroportos, sem paradas intermediárias, poderá ser realizado em menos de 10 minutos, tempo inferior ao necessário para deslocamento entre terminais de grandes aeroportos, algumas vezes também realizados sobre trilhos.

Um serviço aeroportuário de qualidade é indispensável para uma cidade que ostenta o título de principal destino turístico do país (40% do total nacional). A proximidade dos terminais ao centro e à Zona Sul confirmaria o Rio de Janeiro como grande receptor internacional de convenções, congressos científicos e encontros profissionais e como lugar privilegiado para reuniões empresariais, científicas e governamentais de âmbito nacional.

É necessário incorporar a perspectiva urbana ao tratamento de nossos aeroportos, rompendo com visões e percepções que vislumbram na concorrência a principal, quando não a única, regra de gestão dos equipamentos públicos. Mais que necessário, tornou-se urgente, quando se aproxima a realização da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). A Prefeitura do Rio de Janeiro também precisa ter um papel mais ativo e central nesta discussão.

O momento exige a ampliação do debate sobre nossos aeroportos. Reunamos autoridades federais, estaduais, municipais, Universidade e representações da sociedade civil para, juntos, encontrarmos os melhores caminhos para transformar nossos dois admiráveis aeroportos em um grande e eficiente complexo aeroportuário integrado.

Carlos Vainer e Carlos Levi
(Comitê Técnico do Plano Diretor)
Jornal do Brasil, 1/02/2009

3.6. A UFRJ deverá defender junto às autoridades governamentais a necessidade de conexão metroviária – , de preferência, utilizando a tecnologia de levitação magnética em desenvolvimento na COPPE – para fazer a conexão Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim - Aeroporto Santos Dumont. A ligação Galeão-Santos Dumont poderá também contemplar estações intermediárias na Cidade Universitária, Terminal Rodoviário Novo Rio, na Zona Portuária – cujo processo de revitalização será bastante enriquecido – e na Praça XV. O trajeto direto entre os dois aeroportos, sem paradas intermediárias, poderá ser realizado em menos de 10 minutos, tempo inferior ao

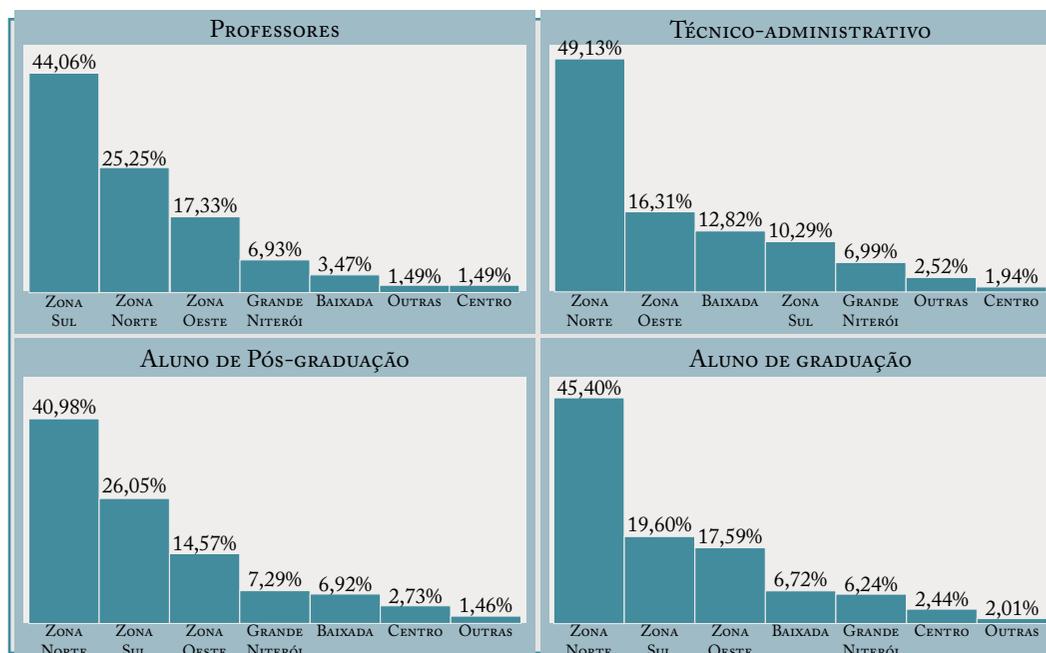
necessário para deslocamento entre terminais de grandes aeroportos, algumas vezes também realizados sobre trilhos.

3.7. Na Circulação Interna, a política aponta para a prioridade do transporte ativo, nos deslocamentos de curta e média distâncias, e para o transporte coletivo na média e longa distâncias¹⁰.

O princípio do Transporte Ativo se impõe cada vez mais, mesmo em grandes cidades, como Paris, Montreal, Amsterdã e outras. Deslocamentos a pé, de bicicleta, de skate, patins e patinete se generalizam nas grandes metrópoles, com admiráveis benefícios tanto para a qualidade da vida urbana quanto para a

10- Perguntados se usariam bicicleta em deslocamentos no campus, mais de 40% dos usuários dos ônibus internos responderam afirmativamente (Laboratório de Diagnóstico em Opinião/UFRJ. Relatório Levantamento de Dados e Pesquisa de Opinião. Prefeitura da UFRJ: Contagem e Satisfação de Usuários do Ônibus Interno no Fundão, maio/2008, mimeo.

Região onde Mora - Por Categoria



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008

saúde da população. Trata-se, pois, de assegurar na CIDUNI, cuja topografia plana convida ao transporte ativo, as vias adequadas e sua indispensável proteção. Caminhos amenos e arborizados, mobiliário urbano e outros eventos urbanos ao longo dos trajetos, tudo isso contribui para tornar mais agradáveis os deslocamentos.

3.8. Internamente, os grandes eixos de circulação serão progressivamente reservados aos meios coletivos e às vias de transporte ativo (ciclovias, calçadas). O transporte motorizado individual deverá ser canalizado para uma via periférica e os estacionamentos deverão ser devidamente redimensionados e realocados, banindo o domínio do automóvel individual sobre as vias de circulação e a ocupação de áreas nobres¹¹. Impõe-se superar uma situação na qual o transporte automobilístico

individual, responsável por apenas ¼ do total de deslocamentos, domina, de maneira absolutamente irracional e antisocial, a estrutura viária e extensas áreas da CIDUNI¹².

3.9. Haverá que assegurar, no conjunto das edificações, serviços e equipamentos universitários, acessibilidade universal, garantindo os plenos direitos dos portadores de necessidades especiais.

3.10. Metas da Política de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte nos Horizontes de Planejamento¹³.

2012

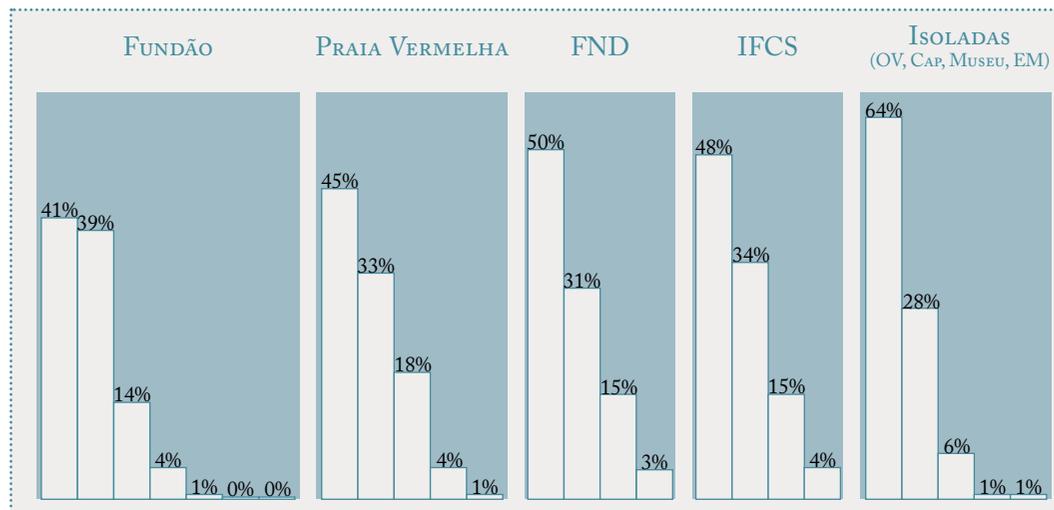
- Terminal de Integração Rodoviária
- Viaduto Linha Vermelha/Centro
- Mag-lev – trecho CT-CCS
- Ciclovias e parque de bicicletas
- Redesenho e implantação do novo desenho dos eixos principais – ciclovias, calçadas, esta-

11 - Nos marcos da concepção rodoviária que imperou nos anos 50 e 60, no contexto do qual o automóvel individual dominava a totalidade dos espaços, os estacionamentos assenhorearam-se de grandes superfícies em localizações nobres, como o comprovam os estacionamentos nas áreas frontais do CT, do CCMN e do CCS.

12 - Não se trata de punir os que, na ausência de alternativas adequadas de transporte público confortável, seguro e rápido, optam pelo carro; trata-se, porém, de, progressivamente, à medida que as alternativas forem sendo oferecidas, induzir o uso de alternativas mais racionais, seguras, baratas, ambientalmente amigáveis que o automóvel particular.

13 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

Tempo Médio de Viagem: Ida e Volta



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008

cionamentos, construção de anel viário em torno das áreas universitárias

■ Redesenho e adequação das edificações e equipamentos já existentes, de modo a assegurar acessibilidade universal aos portadores de necessidades especiais.

2016

■ Conexão ferroviária/Supervia – Central-Bonsucesso-CIDUNI-Galeão-Ilha do Governador

■ Expansão Mag-lev para toda a CIDUNI

■ Conexão Galeão-Santos Dumont passando pela CIDUNI (2014)

■ Ligação hidroviária UFRJ-Praça XV-UFF-Praia Vermelha.



Fonte: Vídeo - Ponte do Canal. Arquiteto Alexandre Chan.

4 Cidade Universitária, Cidade de Convergência e Integrações

4.1. Tomando como ponto de partida as edificações já implantadas e tendo como objetivo a reversão de sua dispersão, que gerou um espaço fragmentado e sem conexões, identificaram-se três caminhos para reverter o quadro presente: implementação dos Centros de Convergência, a implantação da Área Central e a ênfase nas edificações e espaços de uso coletivo.

4.2. Os **Centros de Convergência** constituem uma unidade básica de planejamento, cujos atributos são: densidade, diversidade, convivência de usos e usuários, conectividade, ambiência urbana. Os Centros de Convergência funcionarão como **bairros** da Cidade Universitária.

Assim como os bons bairros urbanos, os Centros de Convergência se caracterizam pela oferta de um conjunto de atividades, serviços e comércio que lhes conferem alguma autonomia, afirmando, dessa forma, uma certa multidentalidade (que pode ser lida também como descentralização) da CIDUNI.

Por serem, porém, parte de uma cidade especial, que é **universitária**, esses bairros caracterizam-se por **se articularem em torno da atividades-fim da universidade e a suas unidades de ensino, pesquisa e extensão**.

4.3. Os Centros de Convergência devem integrar:

- **Superfícies e áreas construídas estritamente acadêmicas**, destinadas a edificações e usos voltados às atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativas e de apoio, como: salas de aula, laboratórios, gabinetes, espaços e equipamentos administrativos, bibliotecas, instalações e infraes-

trutura para novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas, estúdios de TV e rádio, auditórios de pequeno porte etc.;

- **Superfícies e áreas construídas de apoio e de convivência acadêmicas**, como: residências e restaurantes universitários, espaços e instalações para formação e desenvolvimento de recursos humanos, outros espaços de convivência, auditórios de médio e grande porte; quadras poliesportivas etc;

4.4. A **Área Central** integra também a política de centralidades e integrações, pois reunirá instalações e serviços que interessam ao conjunto da Universidade, tais como: Administração Central, Centro de Ensino à Distância e Centro de Formação e Produção Audiovisual, Rádio e TV Universitárias, Centro de Formação de Técnico-Administrativos, Escola Superior da Cidadania (cursos de extensão para organizações da sociedade civil e movimentos populares), Museu do Conhecimento, Arquivo Central e Centro da Memória da UFRJ, sedes das associações e sindicatos, Prefeitura da Cidade Universitária etc.

4.5. **Parque da Minerva, Clube Universitário, Equipamentos Esportivos** completam a política de centralidades e integrações, oferecendo outros tantos espaços e atividades que constituirão lugares possíveis de encontro ativo, em torno de atividades culturais, esportivas e de entretenimento. Tais espaços também desempenharão importante papel na integração Universidade-Cidade.

4.6. **Metas da Política de Centralidades e Integrações nos Horizontes de Planejamento**¹⁴

14 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

2012

- Centro de Convergência do CCS
 - Restaurante universitário central (2009)
 - Bloco J – Prédio CCS (expansão acadêmica)
 - Terminal de integração rodoviária (2009)
 - Recuperação da ala sul do Hospital Universitário
 - Reorganização do comércio e serviços
- Centro de Convergência CCMN-CT
 - Biblioteca Central Bloco A – Frente-CT
 - Residência universitária
 - Bloco A – Fundos do CT (expansão acadêmica)
 - Bloco F – Prédio do CCMN (expansão acadêmica)
 - Prédio CCMN (expansão acadêmica)
 - Pólo Químico
 - Reorganização de comércio e serviços
- Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA
 - Colégio de Aplicação (relocação acadêmica)
 - Prédio CFCH (relocação acadêmica)
 - Residência universitária
 - Espaço integrado das Bibliotecas IPPUR-FAU-EBA
 - Prédio do CCJE (relocação acadêmica)
 - Prédio do CLA (expansão acadêmica)
 - Reorganização de comércio e serviços

2016

- Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA
 - Residência universitária

- Restaurante universitário
- Comércio e serviços
- Prédio CFCH (relocação acadêmica)
- Prédio CCJE (relocação acadêmica)

■ Centro de Convergência CCS

- Edificação de novas unidades de saúde no Complexo do Hospital Universitário

■ Área Central

- Administração Central – Reitoria
- Associações/Sindicatos
- Complexo de auditórios de grande porte
- Museu do Conhecimento
- Centro de Ensino a Distância/Centro de Formação e Produção Audiovisual
- Rádio e TV universitárias
- Centro de Formação de Técnico-Administrativos
- Escola Superior de Cidadania
- Hotel de passagem

2020

■ Áreas de Convergência

- Expansão e conclusão
- Relocalização de atividades acadêmicas na CIDUNI

■ Área Central

- Centro de Comércio e Serviços (2016)
- Expansão e conclusão

Perspectiva Centro de Convergência

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



5 Política de Residência Universitária Viver na CIDUNI, morar na CIDUNI

5.1. São conhecidos os ganhos em termos de aproveitamento escolar que podem alcançar estudantes que contam com residência e alimentação no campus universitário onde estudam. Isso é tanto mais válido quando se fala de estudantes com renda familiar mais baixa. Uma política decidida de residência universitária pode, em curto espaço de tempo, propiciar:

- rápida e expressiva redução da evasão escolar;
- rápida melhoria no rendimento escolar dos estudantes residentes, mormente daqueles integrantes de famílias de baixa renda;
- rápida melhoria do rendimento escolar médio;
- possibilidades de implementar efetivamente

uma política de mobilidade acadêmica nacional e internacional.

5.2. Por outro lado, a expansão da residência universitária se coaduna com a opção por uma política de urbanização da CIDUNI, que será cada vez mais caracterizada pela convivência de usos múltiplos e usuários diferenciados, atividades variadas, densidades, propiciando uma rica e permanente sociabilidade universitária.

5.3. Em certa medida, é possível afirmar que a concepção que orientou o tratamento dado à moradia estudantil na UFRJ padeceu dos mesmos e conhecidos equívocos que marcaram a política habitacional da época da ditadura militar.

Tabela III – Demanda Potencial de Moradia Estudantes por faixa de renda (Classificados Vestibular de 2008/2009)

FAIXA DE RENDA	VALORES ABSOLUTOS		% SOBRE APROVADOS	
	QUANT.	ACUM.	%	% ACUMULADO
Até 1 salário mínimo	171	171	2,34	2,34
De 1 até 3 SM	935	1.106	12,77	15,11
De 3 até 5 SM	262	1.368	3,58	18,69
De 5 até 10 SM	34	1.402	0,46	19,15
De 10 até 20 SM	158	1.560	2,16	21,31
De 20 até 30 SM	46	1.606	0,63	21,94
Total Aprovados	7.320			

Nas faixas até 3 SM estão incluídos todos os estudantes; nas faixas acima, só aqueles que moram fora da RMRJ - Fonte: PR1/UFRJ

Assim, o conceito que se impôs foi o de “edifício-depósito”, a exemplo dos grandes conjuntos habitacionais dos anos 60 e 70, eles também implantados nas periferias distantes das grandes e médias cidades.

Nesse aspecto, o primeiro passo a ser dado é o da superação da concepção segregadora e redutora do “alojamento” e do “alojado”, o que depende da adoção de uma política ampla de residência universitária.

A Política de Residência Universitária deverá fundar-se nos princípios seguintes:

- Residência para os diferentes segmentos da comunidade universitária – estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos;
- Integração dos edifícios residenciais no conjunto do tecido da CIDUNI, nos diferentes Centros de Convergência;

■ Integração, em cada edifício residencial, de moradores de diferentes tipos e segmentos da comunidade, de modo a evitar processos segregadores;

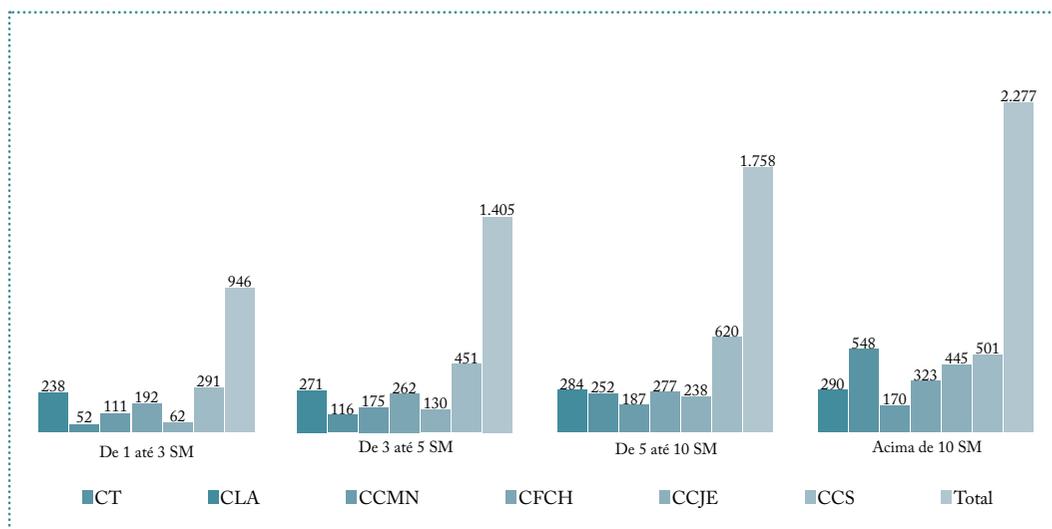
■ Prioridade à residência estudantil com subsídio total.

5.4. Tendo como meta, no horizonte 2020, oferecer residência para 10% dos integrantes da comunidade universitária, a Política de Residência Universitária pretende multiplicar por 18 a oferta de moradia estudantil, passando de 500 para 9.000 o número de estudantes residentes.

Todas as residências estudantis serão subsidiadas, segundo as modalidades seguintes:

- Residência com Subsídio Total, isto é, moradia totalmente gratuita, no total de 6.000;
- Residência com Subsídio Parcial, num total de 3.000.

Renda Familiar dos Estudantes Classificados por Centro Vestibular 2008/2009



Fonte: PR1/UFRJ

5.5. Docentes e técnico-administrativos também poderão acessar residências universitárias, compatíveis com suas necessidades e tamanho da família, mediante locação.¹⁵

5.6. Nos edifícios residenciais deveremos ter unidades de diferentes tipologias (apartamentos com sala, cozinha, área, 1 a 4 quartos), para atender diferentes tipos de demanda. A residência estudantil (4 quartos individuais por apartamento) será única e padronizada, assegurando condições dignas, saudáveis e adequadas à vida de um(a) estudante universitário(a).

5.7. A opção pela vizinhança de diferentes usuários – docentes, técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós – expressa a preocupação de evitar a constituição de guetos sociais ou de categorias específicas e em assegurar um espaço residencial característico de cidades e ambientes integrados, em que a coexistência da diferença é fator de riqueza de interações, aprendizado democrático e modo de evitar a constituição de espaços segregados e degradados habitados pelos mais pobres.

5.8. Os edifícios deverão contemplar espaços de uso coletivo – sala de televisão e vídeo, laboratórios de computação, salas de estudo, salas de estar e recreação, equipamentos esportivos. Esses últimos incorporam-se ao Centro de Convergência em que estiver localizado o edifício, podendo ser utilizados também por aqueles que não residem na CIDUNI. Os primeiro e segundo andares dos edifícios residenciais deverão ser destinados ao pequeno comércio e serviços de bairro, assim como a restaurante universitário.

5.9. É necessário, e mesmo urgente, levar adiante a incorporação da Vila Residencial ao espaço e convívio da CIDUNI. Nesta direção, dever-se-á promover a regularização fundiária e fazer deste núcleo um bairro da Cidade Univer-

sitária. Uma atenção particular deve ser destinada para assegurar que todas as redes de infraestrutura e serviços – transporte público, ciclovia, saneamento básico, transmissão de dados etc – atendam de maneira integral e integrada à Vila Residencial. Como parte da CIDUNI, a Vila Residencial deverá ter acesso a equipamentos culturais e esportivos, assim como a comércio e serviços em geral.

5.10. Finalmente, há que se destinar espaço, na área central, para a construção de um hotel de trânsito para recepção de professores ou outros que nos visitem para períodos curtos (bancas, palestras etc), bem como de funcionários das estatais e das empresas localizadas no campus em serviço ou de passagem pelo Cidade Universitária.

5.11. Metas da Política de Residência Universitária nos Horizontes de Planejamento¹⁶

2012

- 1.000 unidades residenciais estudantis, todas com subsídio total
- Regularização fundiária e rede de infraestrutura urbana da Vila Residencial

2016

- 5.000 unidades residenciais, das quais 3.000 unidades residenciais estudantis com subsídio total, 1.000 unidades residenciais estudantis com subsídio parcial e 500 unidades residenciais para docentes e técnico-administrativos
- Hotel de passagem (2014)

2020

- 11.000 unidades residenciais, das quais 9.000 unidades residenciais estudantis (6.000 com subsídio total) e 2.000 unidades residenciais para docentes e técnico-administrativos.¹⁷

15 - Foram dados os primeiros passos, junto à Caixa Econômica Federal, Secretaria Municipal de Habitação e Ministério das Cidades, para desenhar um programa de locação de Residência Universitária, inclusive para docentes e técnico-administrativos.

Desde 1964, as políticas habitacionais governamentais de moradia social priorizaram a “casa própria”. Mais recentemente, seguindo o exemplo de vários países, há forte tendência a adotar políticas de habitação social voltadas para a locação. Discute-se, no momento, no âmbito do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica, a criação de linhas de financiamento especiais para moradia social por locação. Um programa universitário nesta direção seria pioneiro.

16 - As metas são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados. Negociações iniciais com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades sinalizam perspectivas favoráveis à elaboração e implementação de um programa de residência universitária, embora sejam numerosos os desafios institucionais e financeiros para um programa deste tipo, que seria pioneiro no Brasil.

17 - O CTPD recebeu proposta da Comissão de Aposentados do SINTUFRJ solicitando cessão de área para a construção de uma Casa do Servidor Técnico-Administrativo Aposentado. O CTPD solicitou mais informações sobre o projeto, bem como manifestação formal do SINTUFRJ e da ADUFRJ a respeito da proposta.

A VILA RESIDENCIAL – HISTÓRIA VIVA

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde*

*Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.
(Bertold Brecht, "Perguntas de um operário letrado")*

A Vila Residencial da UFRJ é testemunha viva da história da Cidade Universitária. A maioria de seus primeiros moradores vivia nas ilhas de Sapucaia e do Catalão, que, juntamente com outras seis ilhas (Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Baiacu, Fundão, Bom Jesus), viriam constituir a Ilha da Cidade Universitária. As obras iniciaram-se em 1949 e a realização desse megaempreendimento mobilizou expressivo contingente de operários. Suas vidas e suas trajetórias não comparecem em nossos documentos oficiais, mas estão presentes e se atualizam de forma permanente na memória e na luta diária das famílias residentes.

Com o aterro e unificação das ilhas, o grupo originário de moradores foi engrossado por outros tantos operários que vieram construir a Universidade do Brasil. Ao fim das obras, foram integrados ao quadro funcional da universidade e receberam terrenos para construir suas moradias.

Durante a construção da Ponte Rio-Niterói, a Vila Residencial foi usada como depósito. Barracos de madeira construídos para abrigar os operários da construção da ponte começaram a ser ocupados pelos moradores que viviam espalhados pelos mais diversos pontos da então Cidade Universitária, sendo a sua maioria de funcionários da UFRJ.

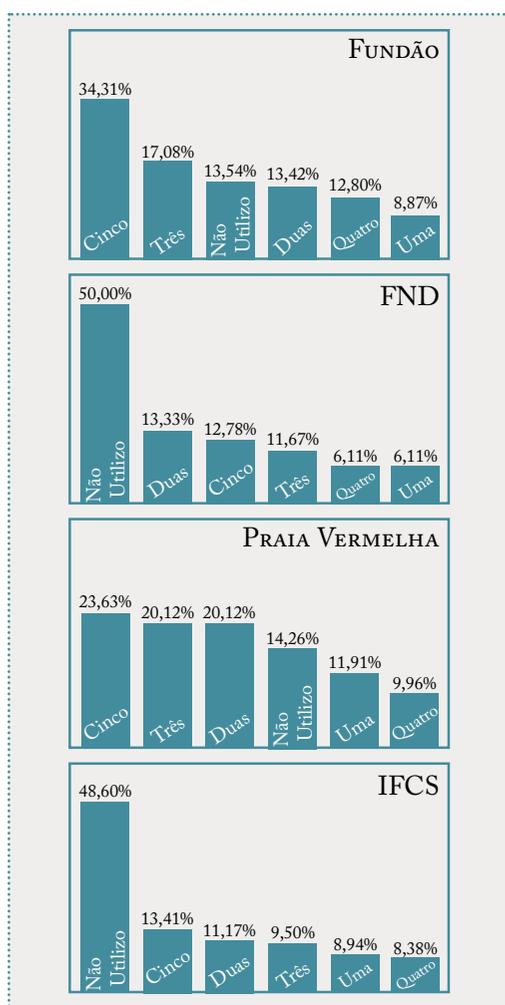
Os anos passaram, e os problemas se acumularam, em decorrência da falta de manutenção das

já precárias instalações implantadas pelos próprios moradores e pelo aumento populacional. Para fazer face a estas dificuldades, foi fundada, em 02/08/1980, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA). Organizar a luta pelo direito de moradia em condições de salubridade e dignidade tem sido seu objetivo. Em documento encaminhado ao Comitê Técnico do Plano Diretor, a AMAVILA manifesta suas expectativas e adverte: “[...] o não atendimento das nossas reivindicações mantendo o *status quo*, o Plano Diretor se desvirtuará do seu propósito, não alcançará a plenitude dos seus objetivos, pois não haverá de forma integral a proposta de humanização de espaços dentro da Ilha da Cidade Universitária, continuará a fragmentação e a desagregação presente hoje na Vila Residencial, já que a distância imposta pela sua posição geográfica e com o não atendimento das intervenções necessárias do Plano Diretor na Vila manteremos a fraca vitalidade urbana do seu espaço”.

Impõe-se, pois, assegurar a efetiva integração da Vila Residencial às redes de circulação e infraestrutura previstas pelo PDUFRJ 2020, de modo a promover “as transformações necessárias para uma Vila saudável e sustentável e fazendo justiça corrigindo o passivo social acumulado por muitos e dolorosos anos.” (AMAVILA, Proposta da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Residencial UFRJ para o Plano Diretor UFRJ 2020, 24/09/2009).

6 Política de alimentação

Frequência Semanal de Serviços de Alimentação por Sede



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008

6.1. A Política de Alimentação deve concretizar a vontade de garantir efetivas oportunidades de formação integral ao conjunto dos estudantes, em particular àqueles de famílias de baixa e média renda. Oferecer uma alimentação de qualidade, equilibrada e acessível, como sabido, é da maior importância para favorecer a permanência dos estudantes no espaço universitário, dedicando-se integralmente aos estudos. É, igualmente, importante meio de combate à evasão.

6.2. Suplementarmente, os restaurantes universitários estarão atendendo a técnico-administrativos e docentes.

6.3. Entende-se a necessidade de operar com diferentes restaurantes, implantados nos diferentes Centros de Convergência, restringindo a necessidade de deslocamento nos horários de refeições.

6.4. A Política de Alimentação completa-se com uma visão integrada do conjunto de serviços de alimentação permitidos, como podem ser restaurantes, lanchonetes e cafés, quiosques etc. A política de permissões deverá atender aos objetivos de alcançar diversidade de oferta, qualidade nutricional e sanitária, preços razoáveis e horários de funcionamento compatíveis com os horários escolares (inclusive noturno).

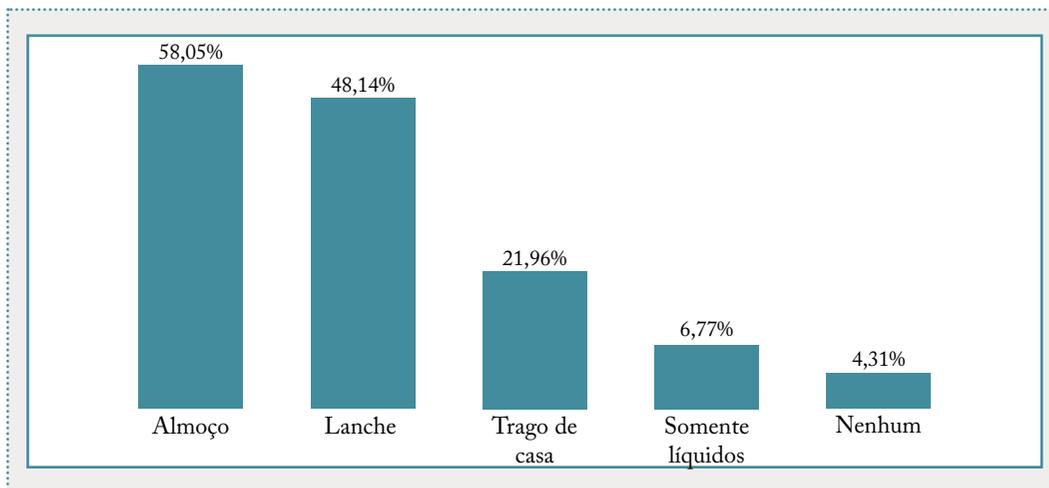
Também se deveria estudar a pertinência e interesse de instalar, em acordo com o SENAC e apoio do Instituto Nutrição, um restaurante-escola, para formar pessoal qualificado¹⁸.

6.5. Metas da Política de Alimentação nos Horizontes de Planejamento¹⁹

18 - O SENAC mantém, hoje, quatro restaurantes-escola na cidade do Rio de Janeiro, voltados para a formação não apenas na área de Gastronomia e Nutrição, mas também para a valorização de aspectos culturais e de expressão étnica que caracterizam a alimentação com fato social. A formação de pessoal graduado e técnico nas áreas de Gastronomia e serviços de restauração atenderia a demanda do setor de restauração e hotelaria, que operam na indústria do turismo, de grande relevância na vida econômica da cidade.

19 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

Tipo de Alimentação que faz regularmente na UFRJ



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Ansios, 2008

2012

■ 8.200 refeições diárias

- Restaurante próximo à Faculdade de Letras (já em operação) – 800 refeições
- Restaurante Edson Luiz (2009) – 4.000 refeições (atualmente em operação parcial, servindo 1.200 refeições)
- Restaurante próximo ao CT (2009) – 1.000 refeições

- Restaurante próximo ao CCMN (2012) – 2.400 refeições

2016

■ 15.000 refeições

- Restaurante Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA

2020

■ 30.000 refeições

Foto: Restaurante Universitário, Marco Fernandes, 2010.



7 Cidade Universitária, Cidade Ambiental e Energeticamente Responsável

7.1. Preliminarmente, para efeitos do **PDCIDUNI 2020**, define-se como Responsabilidade Ambiental e Energética o compromisso em assegurar que nossas práticas estejam permanentemente buscando:

- uso responsável e econômico dos recursos ambientais;
- economia e eficiência energéticas;
- busca de fontes alternativas de energia;
- economia e eficiência no uso de recursos hídricos;
- tratamento e destinação adequadas de efluentes líquidos;
- recuperação, reciclagem, gestão e destinação adequada de resíduos sólidos;
- redução da poluição atmosférica e de emissões de gases de efeito-estufa;
- recuperação e preservação de biomas relevantes, expressivos da bacia da Baía da Guanabara;
- modos de vida saudáveis, implicando disseminação da prática de exercícios físicos e hábitos alimentares saudáveis (produtos orgânicos).

Alcançar tais objetivos no horizonte 2020 significa fazer da CIDUNI, enquanto complexo urbano, um campo de experimentação e modelo da Responsabilidade Ambiental e Energética.

7.2. Essa ambiciosa proposta exige um entendimento de que a questão ambiental e energética atravessa e deve ser contemplada no conjunto do PDCIDUNI 2020 e em cada

um dos projetos que o integram. Assinalam-se abaixo, de forma ainda preliminarmente ilustrativa, a multiplicidade de aspectos e dimensões a serem consideradas.

■ Ambiente construído:

- Criar espaços de trabalho e estudo ambientalmente confortáveis, que assegurem segurança e salubridade, com adequado controle dos riscos;
- Promover a conservação, economia e eficiência energéticas.

■ Mobilidade e Transporte:

- Desenvolver e implementar estratégias para reduzir uso de combustíveis fósseis, poluição atmosférica e emissões de carbono, favorecendo meios de transporte ambientalmente amigáveis, em particular o transporte coletivo e o transporte ativo.

■ Vida saudável:

- Promover, nos restaurantes universitários e demais serviços de permissionários, alimentação saudável e orgânica;
- Prática esportiva e modos de vida que incorporem atividades físicas;
 - Oferecer equipamentos esportivos e espaços internos e externos que favoreçam o exercício físico.

■ Gestão responsável dos recursos hídricos:

- Dragagem e recuperação dos canais do Cunha e do Fundão;
- Reabertura, onde possível, dos canais que separaram as ilhas originais que deram origem

à ilha da Cidade Universitária, de modo a favorecer a circulação e qualidade das águas;

– Uso econômico e reciclagem da água.

■ **Economia e eficiência energética:**

– Implantação da Usina de Lixo;

– Implantação de placas solares;

– Utilização de energia solar para alimentar o Mag-lev.

■ **Efeito estufa – CIDUNI Emissões Zero:**

– Redução das emissões;

– Prioridade ao transporte coletivo, inclusive com unidades movidas a hidrogênio;

– Prioridade ao transporte sobre trilhos;

– Captura de carbono;

– Reserva ecológica do Catalão;

– 20.000 árvores na CIDUNI.

■ **Gestão e Controle de riscos:**

– Segurança do trabalho;

– Salubridade dos locais de trabalho e estudo.

■ **Certificação ambiental:**

– Certificação ambiental das edificações;

– Certificação ambiental da CIDUNI.

7.3. Uma Política de Responsabilidade Ambiental e Energética também terá impactos

positivos do ponto de vista do orçamento da UFRJ, uma vez que as opções ambientalmente mais adequadas costumam ter efeitos financeiros positivos. Assim, por exemplo, estima-se que a implantação de uma usina térmica que queime lixo pode reduzir em até 50% nossas contas de energia. A implantação do Mag-lev deve pagar os investimentos em 4 a 5 anos, redundando numa economia de 3 a 4 milhões anuais dispendidos com os ônibus, desconfortáveis e poluidores, que hoje respondem pela circulação interna. Ambientes de trabalho adequados, ambientalmente confortáveis, podem contribuir para melhor desempenho no trabalho e no estudo.

Via de regra, medidas de responsabilidade ambiental e energética exigem investimentos superiores, mas que tendem a se amortizar rapidamente posto que reduzem expressivamente os orçamentos de custeio e manutenção, gerando, no médio e longo prazos, ganhos ambientais e em qualidade de vida, de um lado, e ganhos financeiros, de outro lado.



8 Cidade Universitária, Cidade do Conhecimento e das Artes

8.1. Embora nem sempre devidamente aproveitada, nossa Universidade tem uma extraordinária vocação como polo de difusão cultural, artístico e científico. Assumir essa vocação é reafirmar nosso compromisso com o conjunto da cidade, mas também com nossa missão de instituição educacional, em que a difusão cultural, artística e científica constitui um dos objetivos centrais.

Nessa instância, pode-se interagir com um conjunto de instituições científicas e culturais. Com adequada Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica a

Instituição será capaz de articular com as redes de ensino fundamental e médio, colaborando para a formação continuada de professores e a iniciação científica e artística de seus alunos. A contribuição de nossa universidade para a Educação de 1º e 2º graus estará inscrita no espaço universitário e será parte tanto do nosso cotidiano quanto do cotidiano das escolas, professores e alunos das escolas de nossa cidade e estado.

8.2. A UFRJ estará no circuito cultural da cidade e, simultaneamente, fazendo com que os estudantes de primeiro e segundo graus



Faixa da EEFD - Escola de Dança

Imagem: Atelier Universitário da FAU.

conheçam a universidade desde seus primeiros passos no sistema educacional, através de visitas guiadas a nossos museus, exposições, eventos culturais etc.

8.3. São três os vetores de uma nova Política de Acervos, Centros de Memória e Museus.

■ **Levantamento, qualificação, sistematização, registro de acervos**, que deverá fornecer uma ideia exata de quais são os acervos, centros de memória e museus existentes, situação de conservação e condições de guarda de material, bem como seu valor histórico, documental, científico, cultural, pedagógico.

■ **Preservação, conservação e desenvolvimento de acervos**, que terá como foco assegurar adequadas instalações e condições de preservação e guarda dos acervos, bem como, ali onde for o caso, de seu desenvolvimento.

■ **Disponibilização dos acervos para usos de vários tipos**, entendendo que espaços de guarda e exposição não devem ser vistos como “coleções de objetos” ou “gabinetes de curiosidades” a serem conservados,

expostos e admirados, mas como espaços dinâmicos de produção e difusão do conhecimento, integrando passado e futuro. São, e permanecerão, várias e diferenciadas as formas de disponibilizar para utilização pública, interna ou externa à UFRJ, o acesso ou consulta aos acervos, da mesma forma que são diferenciados os usuários potenciais e públicos-alvo, cabendo reconhecer que nem todos deverão/poderão acessar todos os acervos, em iguais condições e nas mesmas modalidades. Haverá, pois, que se considerar as múltiplas formas de disponibilização para consultas e visitas.

8.4. A Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica se completa com atenção particular para as artes cênicas, música e produção audiovisual. Igualmente relevante é o entendimento da CIDUNI como espaço que não se limita a expor e difundir a produção universitária, mas que se oferece à cidade como espaço que acolhe iniciativas e práticas culturais, artísticas e científicas que estão presentes na vida da metrópole.

Palácio Universitário: de hospício à Universidade do Brasil

O Palácio Universitário, localizado na esquina da avenida Pasteur com a avenida Venceslau Braz, no bairro de Botafogo, foi construído para ser o Hospício Pedro II, inaugurado em 1852 para abrigar doentes mantidos no Centro da cidade pela Santa Casa da Misericórdia. Em 1890, um decreto deu-lhe novo nome: Hospício Nacional de Alienados (HNA), instituição que, em 1944, seria transferida para o bairro de Jacarepaguá.

O projeto arquitetônico do edifício foi desenvolvido por três dos mais expressivos arquitetos do Brasil à época, que priorizaram os princípios da composição classicista na construção, de propor-

ções harmônicas, apuro construtivo e decoração austera.

A Reitoria da Universidade do Brasil (UB) ocupou o prédio em 1949, promovendo a restauração e o resgate do estilo arquitetônico original. Com a conclusão das obras, em 1953, algumas unidades acadêmicas foram instaladas no local. Com a construção da Cidade Universitária, a Reitoria transferiu-se, deixando no prédio de Botafogo algumas dessas unidades.

O Palácio Universitário foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1972.

Tabela IV Equipamentos Culturais nas Regiões Administrativas Vizinhas à CIDUNI

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	REGIÃO ADMINISTRATIVA			TOTAL
	I.DO GOVERNADOR	MARÉ	RAMOS	
Bibliotecas (Livros)	2 (15.606)	1 (1.457)	-	3 (17.063)
Salas de cinema	4	-	-	4
Salas de teatro	3	1	2	6
Escolas de música	1	-	-	1
Feiras de arte	1	-	-	1
Casas de artesanato	-	-	-	-
Espaços e centros culturais	5	1	-	6
Clube sociais e esportivos	4	-	-	4
Escolas de Samba	3	-	-	3

20 - Esta questão será retomada na seção consagrada ao Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha – POUV 2020.

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> (em 24/02/2009).

Polo e caminhos do conhecimento: Reunir, articular, irradiar

8.5. A concepção geral da Cidade do Conhecimento e das Artes articula:

- atividades e espaços que combinam um grande espaço expositivo, espaços múltiplos e formas de difusão para além dos muros da Cidade Universitária;
- atividades e espaços para a produção e difusão de artes cênicas em geral e música;
- atividades e espaços voltados para formação, produção e difusão audiovisual;
- atividades e espaços que façam da Cidade Universitária um espaço de encontros urbanos.

8.6 Uma Cidade do Conhecimento e das Artes não apenas acolherá visitantes, como também irradiará conhecimento para fora de seus muros. Assim, há que implementar políticas ativas de exposições e atividades culturais itinerantes, isto é, fora da CIDUNI.

Em primeiríssimo lugar, exposições e ativida-

des culturais privilegiarão espaços universitários que já desempenham papel relevante na difusão cultural, artística e científica em nossa cidade: o Museu Nacional, a Casa da Ciência, o Observatório do Valongo, a Escola de Música, entre outros.

Em segundo lugar, há que considerar os espaços culturais e artísticos, bem como de difusão cultural-científica, que irão ocupar as edificações que serão progressivamente liberadas pela transferência das atividades de ensino e pesquisa para a Cidade Universitária. A Praia Vermelha, em primeiro lugar, e seu admirável Palácio Universitário prestam-se de maneira inigualável a este objetivo²⁰.

8.7. A concepção que se pretende imprimir ao conjunto da Política de Cultura, Arte e Difusão Cultural-Científica, assim como sua projeção espacial, recomendam um leque variado de intervenções e projetos físico-territoriais. Em princípio, deve-se dar prioridade a estruturas flexíveis, móveis, montáveis e desmontáveis sempre que

possível, aptas a usos múltiplos. Esse tipo de equipamento expressa e sustenta uma concepção em que arte, cultura e difusão cultural-científica aparecem antes como atividade permanente, feita de ações e intervenções, que como lugar, edificação, estrutura fixa.

Isso, não obstante, será indispensável combinar este tipo de equipamento leve e flexível, com algumas edificações de maior porte, adequadas a determinados tipos de atividades artísticas, exposições etc.

8.8. No que diz respeito a **Museus, Centros de Memória e Acervos**, será necessário contemplar as seguintes edificações e equipamentos:

■ **Museu do Conhecimento.** Edificação de grande porte ou conjunto de edificações de porte variado, contemplando grande espaço expositivo e espaços/equipamentos de apoio. Deve ser projetado de modo a contemplar a vizinhança ou conexão físico-arquitetônica com aqueles museus, centros de memória e acervos da UFRJ que optarem por se realocizarem na proximidade do equipamento central. Também deverá prever espaços para serviços internos aos museus, centros de memória e acervos da UFRJ, como: oficinas de recuperação e restauração, serviços de digitalização, encadernação etc. Devem ser previstos laboratórios públicos de informática, salas de consulta audiovisual, salas de cinema, auditórios para eventos e palestras etc.

■ **Arquivo Central da UFRJ.** Tendo em vista os avanços propiciados pela legislação federal (Lei n. 8.159, de 8/01/2002 e Decreto nº 4.073, de 3/01/2002), parece recomendável a constituição de um Arquivo Central da UFRJ. Nesse caso, uma edificação específica deverá ser considerada, na Área Central, conformando o Centro de Memória da UFRJ.

■ **Caminhos do Conhecimento, articulando o Museu do Conhecimento e demais Museus,**

Centros de Memória e Acervos. Faz-se referência aqui àqueles museus, centros de memória e acervos que já existem em unidades da CIDUNI, embora em diferenciadas etapas de consolidação, e que optarem por não se congregarem ao **Museu do Conhecimento**, nem por se instalarem em edificação vizinha. Para esses, o Plano Diretor UFRJ 2020 deverá prever:

- Espaços acessíveis e adequados para a guarda e preservação dos acervos;
- Espaços adequados e acessíveis para a visitação, que poderão ser de diversos tipos, conforme a natureza do acervo e o tipo de usuário potencial;
- Caminhos propriamente ditos, como podem ser indicações adequadas, sinalização etc.

8.9. No que diz respeito às **Artes Cênicas e Música**, deverá ser implantado:

■ **Complexo de Artes Cênicas e Música**, reunindo:

- sala com capacidade de 500 a 800 lugares;
- espaço externo que constituirá grande espaço cênico ao ar livre;²¹
- pequeno teatro (80 a 100 lugares) de estrutura interna modulável (palco à italiana e arena);
- salas de cinema e vídeo, bem como pequenos auditórios para conferências e cursos;

■ **Complexo Cenográfico e de Indumentária**, que deverá abrigar oficina de marcenaria, ateliê de costura, salas adequadamente climatizadas para guarda e conservação de acervo relevante de cenografia e indumentária, acervo climatizado e catalogado.

■ **Teatro desmontável (palco sobre rodas)**, com todo o aparato necessário à realização de espetáculos teatrais de pequeno e médio portes, para pequenas e médias plateias.

21 - Um modelo possível é o do espaço projetados por Oscar Niemeyer em Caxias.

8.10. No que concerne ao **audiovisual**, deveremos implantar:

■ **Centro de Formação e Produção Audiovisual**, que deverá ter salas, laboratórios adequados a seus fins. Talvez seja recomendável que este centro venha a compartilhar uma edificação de médio porte com o Centro de Ensino à Distância e a futura sede da Rádio e TV da UFRJ²².

8.11. No que diz respeito à afirmação da CIDUNI como **espaço de encontros e eventos urbanos**, devemos projetar:

■ **Tendas para a realização de feiras** de colecionadores, de produtos orgânicos, de exposições de vários tipos. De tamanho variável, estas tendas também poderão acolher formaturas, celebrações, festas, shows e espetáculos diversos. Sua localização no Parque da Minerva parece recomendada, tanto pela natureza do espaço quanto pela necessidade de impedir que os eventos prejudiquem as atividades acadêmicas regulares.

■ **Espaços livres com uso artístico e cultural.**

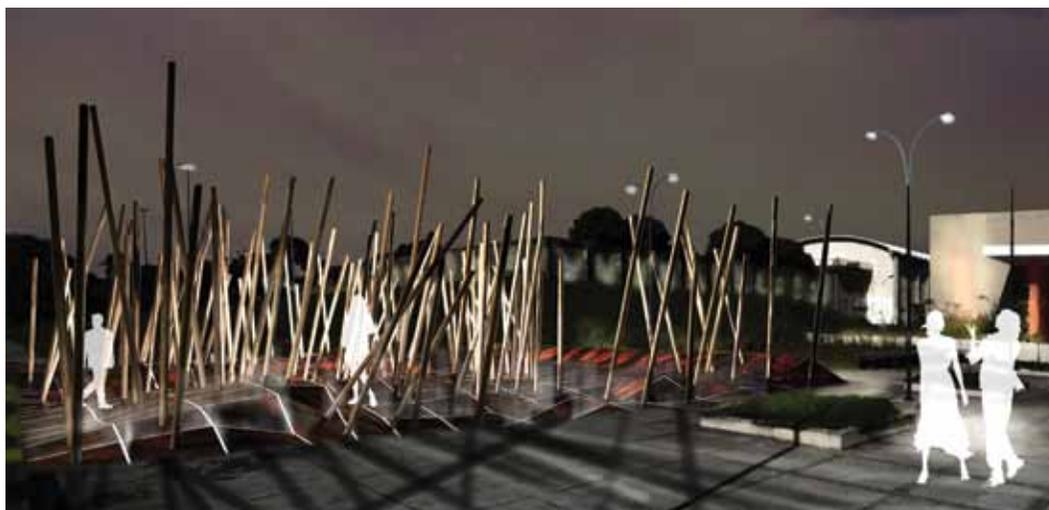
Trata-se, no caso, de pensar o conjunto do espaço da CIDUNI como espaço artístico e cultural, que convida permanentemente o estudante, o professor, o servidor técnico-administrativo, o usuário de nossos serviços e o visitante a gozarem de experiências estéticas ou a entrarem em contato com informações científicas. A colocação de esculturas, de montagens ou instalações ao ar livre, a constituição de espaços especializados, como pode ser um jardim botânico sensorial, reconfiguram o sentido e os usos dos espaços da CIDUNI.

■ **Memorial dos Estudantes Mortos e Desaparecidos pela Ditadura Militar**, que deverá ficar na praça em frente ao recentemente inaugurado Restaurante Universitário Edson Luiz.

■ **Memorial da Ponte Rio-Niterói**, como recuperação da memória do canteiro de obras da ponte Rio-Niterói, em cuja construção muitos, até hoje não se sabe quantos, foram os operários que morreram²³.

.....
22 - Uma edificação mais importante poderia reunir o Centro de Formação e Produção audiovisual, Centro de Ensino à Distância, a Rádio e TV da UFRJ, o Centro de Treinamento de Servidores Técnico-Administrativos.

.....
23 - Restos do material das obras ainda estão por lá e parte do que foi o canteiro é hoje a "Vila dos Funcionários". Como esforço de revalorização da Vila e homenagem aos trabalhadores da ponte, poderia ser construído um Memorial da Ponte Rio-Niterói.



Projeto vencedor do concurso - Memorial dos Estudantes Mortos e Desaparecidos pela Ditadura Militar. Equipe: Alice Matos de Pina, Vitor Halfen Moreira, Fernando Cunha, Natália da Cunha Cidade, Felipe Freire Moulin, Tales de Paula Souza
Orientadora: Beatriz Santos de Oliveira (FAU – Arquitetura e Urbanismo).

Estudantes: o pilar da resistência ao arbítrio

Com o golpe de Estado consumado em 1º de abril de 1964, iniciou-se o mais longo período de regime ditatorial da história do Brasil. Políticos eleitos tiveram seus mandatos cassados, sindicatos e partidos foram colocados na ilegalidade; militantes políticos presos, torturados e mortos.

Como políticas desse regime autoritário para o Ensino Superior e seus estudantes, destacam-se a Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, visando, especialmente, à extinção da autonomia e representatividade do movimento estudantil, colocando suas entidades sob tutela direta do Ministério da Educação, e os acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), que tinham o objetivo de “aperfeiçoar” o ensino brasileiro, institucionalizando a intervenção norte-americana na política educacional nacional, afirmação de uma opção privatista e forte ênfase na formação técnica em prejuízo das Humanidades. Tais políticas acabaram tendo como uma de suas consequências a mobilização e unificação do movimento estudantil, que atravessava uma fase de reorganização após algumas conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual UFRJ).

Assim, a pressão social pela expansão do sistema universitário brasileiro, que já vinha desde a década anterior, se intensificou a partir de 1964. A luta por “vagas e verbas” para as universidades públicas expressava o compromisso dos estudantes com a democratização do Ensino Superior e seu rechaço às políticas ditatoriais. A luta pela autonomia das entidades estudantis, da União Nacional dos Estudantes (UNE) em primeiro lugar, caracterizava o movimento dos estudantes como um dos eixos da luta democrática.

A Universidade do Brasil foi um dos principais focos de resistência democrática. Já em outubro de 1964, poucos meses após o golpe militar, os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND), organizados pelo Centro Acadêmico Candido de Oliveira (Caco), entraram em greve contra o terrorismo cultural. Em 9 de março de 1965, o presidente general

Castelo Branco recebeu ruidosa vaia, na presença do corpo diplomático, durante a aula inaugural na Escola Nacional de Arquitetura (ENA), na Cidade Universitária. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe do governo militar foram presos pela Polícia do Exército (PE). No primeiro aniversário do golpe, em 1º de abril de 1965, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolveu a diretoria do Caco, que promovera a greve.

Os atos de intimidação, violência, prisões se repetiam. Em 22 de setembro de 1966, em manifestação pelo Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura, convocada pela UNE, centenas de estudantes foram cercados e espancados pela polícia, na Faculdade Nacional de Medicina (FNM). O Massacre da Praia Vermelha, como ficou conhecido o episódio, era apenas o início da escalada ditatorial contra a resistência estudantil.

Em 28 de março de 1968, forças da repressão invadiram o Restaurante Calabouço, onde ocorria uma passeata pela reabertura do Serviço de Alimentação Estudantil. Vários estudantes feridos, um estudante secundarista morto: Edson Luís de Lima Souto, 18 anos. As manifestações estudantis tomaram conta do país. Em 26 de junho de 1968, na esteira das manifestações contra a repressão e o assassinato de Edson Luis, a Passeata dos Cem Mil tomou conta da avenida Presidente Vargas e de toda a cidade do Rio de Janeiro.

Em 22 de outubro de 1968, na repressão à manifestação de protesto contra a ditadura em frente ao Hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara (hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Uerj), cerca de 600 estudantes foram atacados a tiros por policiais armados. Dez estudantes feridos, um morto: Luiz Paulo da Cruz Nunes, 21 anos.

Em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (o AI-5) desmascarou a farsa instaurada pela Constituição de 1967. O Congresso Nacional foi fechado. A repressão e a violência ditatorial recrudesceram: mais prisões, mais cassações de mandatos e direitos políticos, mais censura a todas as formas de manifestação. O Estado Ditatorial se consolidava como Estado de Exceção.

9 Cidade Universitária – Cidade Esportiva

9.1. Pensar a Cidade Universitária como um Pólo de Esporte e Lazer implica analisar o campus através de diferentes perspectivas:

- ocupação e uso transitórios por milhares de pessoas que ali permanecem, de segunda a sexta-feira, durante todo o dia e parte da noite;
- ocupação permanente pelos moradores das residências universitárias previstas para estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos, assim como da Vila Residencial;
- ocupação e uso transitórios pelos setores da população da cidade do Rio de Janeiro, em particular das vizinhanças da CIDUNI, que poderão utilizar espaços, serviços e equipamentos de uso compartilhado.

Estamos, pois, desafiados a estabelecer uma Política de Esporte e Lazer para a CIDUNI que ofereça vasto leque de opções capazes, de um lado, de responder, aos interesses e hábitos de nossos usuários, e, de outro lado, de contribuir para a integração social e para a adoção de práticas e modos de vida mais saudáveis.

9.2. Isso significa conceber e projetar a **Cidade Universitária também como um grande espaço, um grande e complexo equipamento múltiplo**, apto a acolher, sediar, estimular e incorporar ao cotidiano das práticas universitárias o exercício físico e do lazer.

Impõe-se, em primeiro lugar, instalar, nos Centros de Convergência, em articulação com os edifícios residenciais, mas não apenas, quadras e equipamentos para a prática de diferentes

esportes. A oferta destes equipamentos próximos aos centros de atividade acadêmica e residências constituirá forte estímulo ao exercício e esporte, sempre que se assegurem igualmente vestiários e banheiros adequados.

9.3. Ao mesmo tempo, há que reconhecer, identificar, explorar e desenvolver o extraordinário potencial existente para práticas de esporte e lazer que atendam à comunidade externa. Em vez de um único e concentrado “quartelão esportivo”, uma **Cidade Esportiva**, com quadras e esportistas por toda parte. É bom não esquecer que o estímulo ao transporte ativo – bicicleta, deslocamentos a pé – constitui ponto de sinergia entre a Política de Mobilidade e Transporte, a Política de Responsabilidade Ambiental e Energética e a Política de Esporte e Lazer.

9.4. A elaboração de uma Política de Esporte e Lazer para a Cidade Universitária exige:

- Entender a complexa rede que sustenta os fenômenos esporte, lazer, atividade física e educação física;
- Identificar as relações da UFRJ e da Cidade Universitária com seu entorno – município do Rio de Janeiro e municípios vizinhos;
- Articular as iniciativas e projetos esportivos com os Jogos Olímpicos 2016, potencializando as contribuições da UFRJ e entendendo a implantação de equipamentos esportivos da CIDUNI como um dos legados do evento;
- Construir e manter um banco de dados participativo e integrado contemplando os vetores

pertinentes a essas relações;

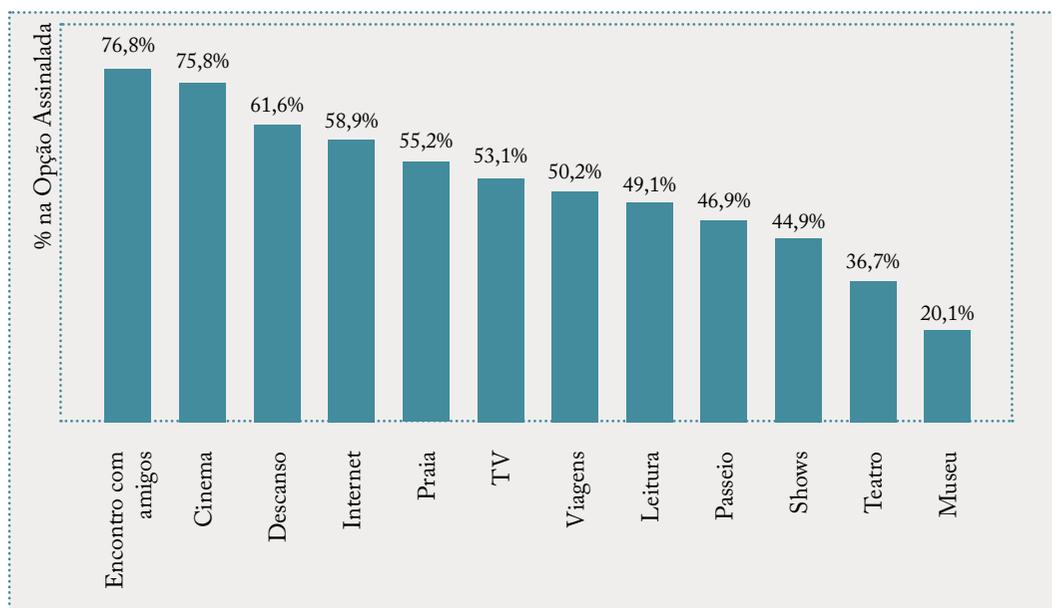
9.5. Os objetivos poderiam ser formulados como segue:

- Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer;
- Fomentar a prática do esporte como fator de identidade cultural;
- Reforçar a complexa rede envolvendo o esporte e

as outras dimensões do desenvolvimento humano;

- Contemplar a prática esportiva como meio de integração e promoção sociais de grupos sociais vulneráveis – idosos, portadores de deficiências, jovens das comunidades carentes, etc;
- Promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Preferências de Lazer



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008.

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



9.6. A concepção do Esporte e das práticas esportivas deve considerar seus diferentes modos: Esporte Escolar, Esporte de Alto Rendimento e Esporte Recreativo/Participativo. Essas diferentes dimensões ou modos deverão estar contempladas no **PDCIDUNI 2020**.

No que concerne ao lazer, há que considerar seu potencial educativo e socialmente inclusivo, e suas múltiplas dimensões ou vertentes: manuais, intelectuais, artísticas, turísticas, sociais e físico-desportivas.

Espaços Conceito

9.7. As dimensões e complexidade da Cidade Universitária, ao lado da necessária pluralidade de uma Política de Esporte e Lazer, sugerem a possibilidade da caracterização de espaços conceitos distintos na forma e integrados na essência, a saber:

- Espaço Fundão;
- Centros de Convergência;
- Parque Minerva;
- Via Fundão;
- Escola de Educação Física e Desportos – EEFD;
- Complexo Integrado de Atividade Física – CIAF.

9.8. **Espaço Fundão.** Trata-se de conceber o conjunto da CIDUNI e seu desenho como um espaço bonito, sinalizado e seguro, acolhedor e estimulante para que a população interna e externa

pratique alguma forma de atividade física espontaneamente, sejam passeios, encontros, caminhadas ou esportes urbanos.

Isso pode ser estimulado por um esforço para atrair e garantir ambiente favorável a grandes eventos esportivos de rua, como competições de ciclismo, corridas, triatlon, entre outros²⁴.

9.9. **Centros de Convergência.** É necessário que cada Centro de Convergência constitua um, espaço acolhedor, com serviços e equipamentos que estimulem a permanência e a interação, as atividades de lazer e esporte sendo concebidas como complementares às atividades estritamente acadêmicas. É também importante que seu desenho contemple alguns equipamentos esportivos leves: quadras poliesportivas, academia ao ar livre, pista de caminhada informativa, brinquedos pedagógicos.

A mesma abordagem deve estender-se à Vila Residencial, a ser dotada de alguns equipamentos para a prática esportiva.

9.10. **Parque Minerva.** Mais além de consolidar algumas áreas de preservação ambiental, o Parque Minerva deverá oferecer espaços públicos abertos para a convivência (piqueniques, comemorações etc), atividades físicas, artísticas e de lazer. Ocupando a faixa litorânea na orla da baía, com aproximadamente 4 km de extensão, indo da ilha do Bom Jesus até a ilha do Catalão, adequadamente planejado, implantado e mantido, o Parque Minerva pode

.....
24 - Um exemplo é a Volta da UFRJ, corrida de rua promovida anualmente pela EEFD em conjunto com inúmeros setores da universidade.

Imagem conceitual do Parque da Orla



constituir uma espécie de “Parque do Flamengo da Leopoldina”, cumprindo papel fundamental para a vida social dessa parte da cidade do Rio de Janeiro.

Concebido com espaço para a atividade física espontânea, o Parque da Orla deve ser considerado também como uma grande sala de aula ao ar livre para as atividades escolares interdisciplinares. Também devem ser projetados espaços, equipamentos e atividades para idosos e grupos especiais, bem como condições para a modalidades esportivas urbanas: skate, patins, parkour etc.

9.11. **Via Fundão.** Inicialmente planejado como uma pista de caminhada, corrida e ciclismo, pedagogicamente sinalizada, o espaço conceito Via Fundão evoluiu, na medida em que ele deve acompanhar o desenho da Cidade Universitária, para se transformar num elemento de interligação dos Centros de Convergência²⁵.

9.12. **Complexo Integrado de Atividade Física (CIAF).** Esse complexo se fundamenta em projeto originalmente elaborado pela Escola de Educação Física e Desporto e contempla seis módulos principais e um número aberto de módulos complementares.

■ **Módulo 1 – Estádio de Atletismo e Futebol:** com capacidade para 3.000 espectadores e estrutura para receber eventos de nível internacional. Esse módulo prevê a implantação de um completo e moderno Centro de Treinamento Olímpico e Pára-Olímpico²⁶.

■ **Módulo 2 – Parque Aquático:** composto por três piscinas (olímpica, de saltos e de educação motora), capaz de receber diferentes atletas, sejam eles portadores de necessidades especiais, profissionais olímpicos ou amadores (certificação FINA).

■ **Módulo 3 – Ginásio Poliesportivo,** desenhado para atender, principalmente, às modalidades coletivas de quadra, com capacidade para 5.000 espectadores.

■ **Módulo 4 – Praia Olímpica,** com a perspectiva de utilizar a orla para atividades esportivas, inclusive modalidades olímpicas (vôlei de praia).

■ **Módulo 5 – Ginásio de Atividades Múltiplas,** com capacidade para 2 mil pessoas, para atender a modalidades de lutas olímpicas (Judô, Luta Greco-Romana, Luta-Livre, Tae-Kwon-Do e Boxe) e às ginásticas (Artística e Rítmica).

■ **Módulo 6 – Clube Sócio-Esportivo da UFRJ,** fundamental área de encontro e convivência, constitui antiga reivindicação de funcionários e professores da Universidade, devendo incluir piscinas, salas de ginástica e musculação, salão de eventos, quadras polivalentes, área infantil, além de área de alimentação e sede administrativa.

9.13. Outros módulos complementares se articulam para compor o CIAF, a saber:

■ **Espaço Tendência:** Área destinada a práticas esportivas em voga, mas ainda não reconhecidas pelo movimento olímpico, como Le Parkour, Escalada, Skate, Patins In Line, BMX, entre outras.

■ **Espaço Comunitário de Livre Acesso:** Áreas de uso livre, abertas à comunidade para prática espontânea de atividades físicas.

■ **Espaço Criança e Movimento:** Área destinada à atividade infantil, orientada ou não, que se diferencia por permitir que a criança decida de forma autônoma com o quê e como brincar.

■ **Espaço Náutico:** Raia para prática de iatismo, remo e caiaque, a ser criada quando da despoluição de nossa área litorânea, indo da Escola de Educação Física e Desportos ao atual prédio da Reitoria.

■ **Alojamento de Trânsito:** Diretamente ligado à demanda gerada pelos espaços esportivos construídos, esse alojamento receberá não só delegações esportivas em treinamento, mas também professores e alunos em congressos e cursos.

25 - Ao mesmo tempo, essa via associa-se à política de promoção do transporte ativo.

26 - O projeto do COB prevê em Centro de Treinamento na Cidade Universitária. Trata-se de acelerar sua implantação, de modo que possa atender, já em 2014, à necessidade de treinamento de equipes concorrentes da Copa de Mundo de Futebol.

9.14. Metas da Política de Esporte e Lazer nos Horizontes de Planejamento²⁷

2012

- Parque Minerva;
- Espaço Fundão;
- Praia Olímpica;
- Espaço Tendência;
- Espaço Comunitário de Livre Acesso;
- Espaço Criança e Movimento.

2016

- Estádio de Atletismo e Futebol;
- Parque Aquático;
- Ginásio Poliesportivo;
- Ginásio de Atividades Múltiplas;
- Espaço Náutico;
- Alojamento de Trânsito.

2020

- Clube Sócio-Esportivo da UFRJ.

27 - As metas para 2012 e 2016 são, por ora, meramente indicativas, devendo ser objeto de estudos mais detalhados.

10 Cidade Universitária, Cidade Comunicativa

10.1. A dupla integração que inspira o **PD UFRJ-2020** e o **PDCIDUNI 2020** remete às múltiplas e diferenciadas formas e meios de integração possíveis e necessárias. No momento em que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação revolucionam as mais diversas esferas da vida social, esta questão ganha, necessariamente, centralidade.

Uma Cidade Comunicativa é aquela em que operam, de maneira eficiente, múltiplos canais e meios de comunicação para dentro – na própria universidade e entre os integrantes da comunidade universitária – e para fora – nas relações com a cidade, o país e o mundo.

10.2. Tendo em vista a comunicação interna, caberia contemplar programas e projetos voltados para:

- Conformação de toda a CIDUNI como espaço de livre conexão sem fio a redes informatizadas;
- Implantação de redes internas de rádio e TV, com telões nos principais espaços públi-

cos (restaurantes, pátios e pilotis dos edifícios etc.), que poderão, em diferentes canais, informar sobre eventos previstos ou em curso. Tais redes poderão também transmitir diretamente alguns eventos, como palestras, encontros científicos, partidas do campeonato de futebol dos servidores técnico-administrativos, assembleias de associações de categoria etc.

- A futura TV UFRJ, além de constituir um campo de pesquisa e formação profissional, oferecerá programas que poderão ser captados no interior da ilha, inclusive nas residências de estudantes, professores e técnicos-administrativos moradores da CIDUNI.

10.3. Assim como se concebe a Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica como voltada para os públicos interno e externo, a mesma orientação deverá presidir a atividade comunicativa de modo geral. Através da internet, do rádio e da TV, a UFRJ poderá integrar-se ainda mais à cidade.

11 Cidade universitária, cidade da cidadania²⁸

28 - A inclusão deste capítulo foi proposta pela Pró-Reitoria de Extensão, PR-5.

29 - Muitas são as demandas para este tipo de atividade encaminhadas à PR-5, normalmente não atendidas em virtude da inexistência de instalações e capacidade operacional.

30 - À medida que novos edifícios residenciais forem construídos, poder-se-ia estudar a hipótese de transformar o atual Alojamento Estudantil, após as devidas reformas, em Albergue da Cidadania.

11.1. O papel social da Universidade não se esgota na formação de profissionais qualificados, de professores, de cientistas e pesquisadores; ela tem o compromisso igualmente de formar cidadãos, aptos a pensarem criticamente e a serem agentes de transformação de nossa sociedade, marcada por profundas desigualdades, pela injustiça social e ambiental.

É conhecido o papel historicamente desempenhado pelos movimentos universitários, em primeiro lugar, pelo movimento estudantil, nas lutas pela democracia e pela justiça social em nosso país. Tais movimentos, suas organizações sindicais e associativas, são espaços de iniciação e formação permanente para a ação política, entendida como exercício inseparável da cidadania plena.

Ao invés de desvio ou disfunção, a luta e o debate políticos são ingredientes da vida universitária e nela ocupam lugar central.

11.2. Tal compreensão deve projetar-se no espaço da CIDUNI. Assim, deve-se projetar a construção, na Área Central, de edificação para sediar as entidades de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes. Esta edificação deverá contar com auditórios, salas de reunião, escritórios e outros equipamentos para atender às necessidades do dia a dia de uma vida sindical e associativa intensa. Igualmente, deverá estar dotada de meios para acolher congressos e reuniões sindicais e estudantis de nível regional e nacional²⁹.

11.3. Mas o compromisso com a formação e a prática cidadãs não se completa na comunidade intramuros, desdobrando-se em direção a movimentos e organizações da sociedade civil de modo geral. São

já numerosas as experiências, no âmbito da Pró-reitoria de Extensão (PR-5), unidades e centros, de cursos de vários níveis que oferecem formação e treinamento para militantes de movimentos populares, cooperativas populares, organizações da sociedade civil de modo geral. Muitas vezes, porém, iniciativas desse teor ficam inviabilizadas pela inexistência de espaços adequados para acolher e abrigar este tipo especial de estudante.

Nesta direção, a implantação de uma **Escola Superior da Cidadania**, com auditórios, salas de aula e laboratórios contemplará um anseio de muitos universitários e organizações sociais que veem a universidade como aliada em suas lutas cidadãs.

Em apoio à **Escola Superior da Cidadania** deverá ser construído um **Albergue da Cidadania**, onde poderão hospedar-se, por tempo limitado, tanto os alunos destes cursos quanto participantes de reuniões associativas e sindicais de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes³⁰.

11.4. As atividades da Escola Superior da Cidadania integram-se ao conjunto de atividades de extensão já desenvolvidas pela PR-5 em direção a movimentos populares, organizações de defesa de direitos humanos, organizações não governamentais e outras.

11.5 O PD UFRJ-2020 deverá prever espaços que abriguem atividades permanentes de extensão universitária, consolidando e ampliando os núcleos interdisciplinares acadêmicos já existentes na Vila Residencial da UFRJ, no Centro de Referência da Mulher e no Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC).

12 Política de Serviços Urbanos e Espaços Comerciais

12.1. Com base nas estimativas de expansão das unidades, o PDCIDUNI 2020 projeta mudança profunda na escala da UFRJ e da Cidade Universitária. Nossa comunidade estará próxima de 110.000 pessoas, às quais cabe agregar os usuários de serviços universitários, o pessoal dos centros de pesquisa não universitários e os visitantes, cujo número deve aumentar expressivamente em razão da oferta crescente de equipamentos compartilhados com a cidade. No horizonte 2020 está prevista uma população residente em torno de 15.000³¹. É possível estimar que a população total, nos dias úteis,

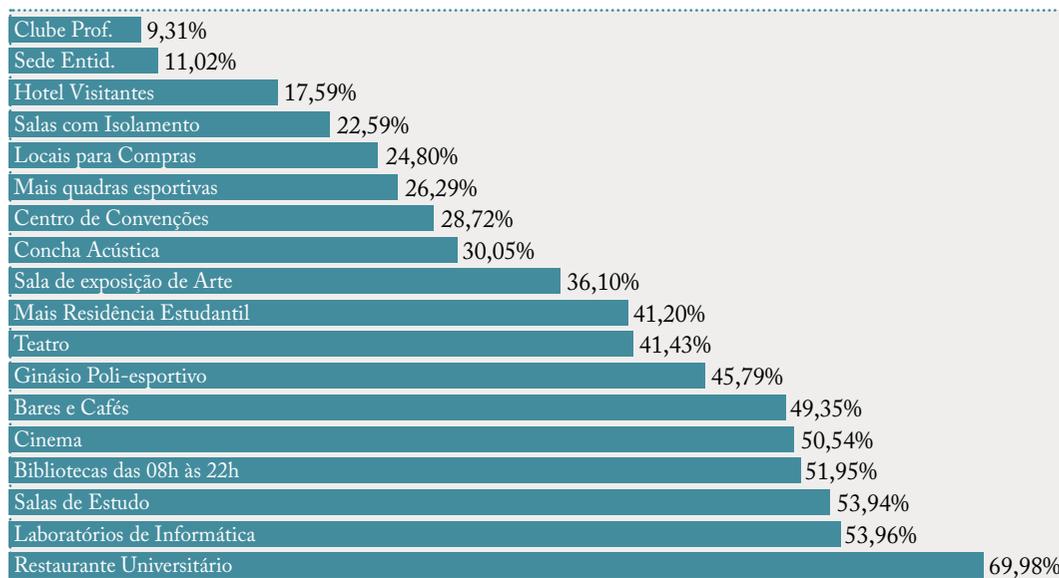
passará dos atuais 65.000 para cerca de 130.000 a 150.000 pessoas em 2020.

A oferta de comércio e serviços deve atender quantitativa e qualitativamente à demanda representada por essa população. Também será necessário distribuir a oferta no espaço, de modo a servir adequadamente à totalidade da malha da CIDUNI e reduzir deslocamentos desnecessários.

12.2. Os serviços e comércios atualmente existentes na Cidade Universitária são considerados quase unanimemente como escassos e precários. Uma nova concepção de comércio e serviços deverá

31 - A oferta de unidades residenciais prevê a moradia de 11.000 estudantes, docentes e técnico-administrativos. Ora, como a maioria dos docentes e servidores técnico-administrativos, assim como alguns estudantes, estarão morando com suas famílias (no caso de estudantes que forem casados), o número de 15.000 residentes parece conservador. Projeções mais finas deverão ser produzidas.

Espaços a Disponibilizar



Fonte: Laboratório de Diagnóstico em Opinião, UFRJ, Vida Universitária: Hábitos e Anseios, 2008.

ser adotada, superando a pobre e tradicional política que se restringe a distribuir permissões. Diretamente ou, quando for o caso, através de permissionários, deverão ser oferecidos aqueles serviços, inclusive comerciais, que respondam às demandas e anseios da comunidade. Esta nova política estará ancorada em dois vetores.

12.3. **Pequeno Comércio e serviços “de bairro”**, composto de papelarias, lanchonetes, padarias/pequenos armazéns gerais, barracas de frutas, serviços de fotocópia, livrarias-cafés, farmácias, agências bancárias, academias de ginástica, restaurantes entre outros, que atenderão à comunidade do Centro de Convergência, inclusive os moradores das Residências Universitárias;

Tais unidades de comércio e serviços deverão ocupar o térreo e o primeiro andar dos edifícios

residenciais dos Centros de Convergência, como é comum em bairros urbanos de boa qualidade de vida de nossa cidade, como são Leblon, Ipanema, Laranjeiras, Tijuca etc. Também poderá haver a permissão para tendas ou quiosques, para povoar e animar espaços abertos.

12.4. **Centro Comercial**, que deverá prever áreas para teatro e cinemas, bem como instalações comerciais e serviços mais qualificados. Pela sua natureza, deverá ser localizado na Área Central, vizinho à Administração Central e ao novo Canal, servido pelas conexões metro-ferroviárias e rodoviárias. Pesquisas mais finas junto à comunidade universitária e às populações vizinhas potencialmente usuárias deverão apurar e qualificar melhor as demandas e o potencial desse tipo de equipamento³².

O detalhamento do projeto deverá explorar as complementaridades do Centro Comercial com o Ginásio Poliesportivo e demais equipamentos esportivos de uso compartilhado com a cidade.

12.5. O crescimento expressivo da população residente e circulante aumentará a demanda também por serviços especializados. Em particular, há que atentar para a necessidade de serviços de atendimento médico ambulatorial e de emergência, cuja implantação deverá ser objeto de discussão com o CCS.

12.6. Outros serviços à população deverão ser ampliados ou implantados. A eventual vinda da Faculdade de Direito poderia propiciar negociações com o Poder Judiciário para estudar a implantação de um Juizado na Cidade Universitária, tendo em vista as políticas vigentes de descentralização dos serviços judiciais, a enorme demanda nos bairros vizinhos e os objetivos de qualificação e estágios de nossos estudantes. Nesses casos, as interações com o conceito de Cidade Universitária, Cidade da Cidadania são evidentes.

32 – Como ilustração, vale registrar que metade dos entrevistados para a pesquisa “Vida Universitária: Hábitos e Anseios” manifestou vontade de que haja salas de cinema no espaço universitário. 40% e 36%, respectivamente, referiram salas de teatro e salas para exposições de arte.

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



Biblioteca Unificada do Centro de Tecnologia.

13 Cidade Universitária, Cidade da Inovação e Experimentação

13.1. A inovação envolve, em várias etapas e de múltiplas formas, diferentes atores. A Universidade, e a Universidade Pública em particular, no Brasil e na maioria dos países, ainda e sempre é instituição líder na produção e difusão de inovações.

13.2. A UFRJ reúne condições excepcionais para levar adiante processos de inovação, graças a seus cerca de 10.000 alunos de pós-graduação, 1.700 alunos de iniciação científica, 3.300 professores pesquisadores e cerca de 1.000 técnicos em atividade nos mais de 300 laboratórios.

Na interface com a sociedade, a Universidade conta com inúmeros canais, que

vão desde os programas de extensão e convênios de cooperação até a Agência UFRJ de Inovação. Esta Agência tem como objetivos: a proteção da propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, a difusão da inovação, a difusão da inovação social, o estímulo e capacitação empresas juniores.

13.3. Temos, porém, muito a realizar nessa área, a começar pela aplicação dos conhecimentos que produzimos em nosso próprio cotidiano – na Cidade Universitária e em todas as nossas atividades. O compromisso com a inovação e experimentação, portanto, vai além dos muros dos laboratórios, para encontrar na própria Cidade Universitária espaço privilegiado. Mais

Tabela V. Instituições de Pesquisa Não Integrantes da UFRJ sediadas na CIDUNI

INSTITUIÇÃO	ÁREA (M ²)	TÉRMINO DA CESSÃO
IEN - Instituto de Engenharia Nuclear, CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear	145.825	Dez 2012
Cenpes, Petrobrás	304.605	Nov 2054
CEPEL	81.928	Nov 2022
Cetem, Ministério da Ciência e Tecnologia	60.036	Jul 2023
Bio-Rio	116.000	
Embratel	27.000	Jun 2027
Parque Tecnológico	320.000	(*)
GOTA - Grupamento Operacional para Tecnologias Avançadas, Corpo de Bombeiros	5.000	

33 – No processo de discussão da Proposta Preliminar do PDUFRJ 2020, foram muitas as reuniões realizadas com as demais instituições sediadas na CidUni. Nestas reuniões foi possível estabelecer uma pauta de temas relevantes a serem equacionados e enfrentados conjuntamente, como, por exemplo: transporte, segurança pública, hotel de trânsito, meio ambiente.



Foto Aérea: Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), Marco Fernandes, 2010.

além de ser apenas lugar da criação, a CIDUNI deve tornar-se *locus* da experimentação das inovações. Espelho e mostruário do que nossa Universidade cria nos mais diferentes campos – das artes às engenharias –, a CIDUNI se transformará, progressivamente, num catálogo vivo e num exemplo de cidade inovadora e criativa.

Na mesma direção, a CIDUNI deve acolher e oferecer espaço e oportunidades a inovações e experimentações que sejam oriundas de outras universidades e centros de pesquisa de nossa cidade.

13.4. Hoje, cerca de 1 milhão de metros quadrados da Cidade Universitária estão ocupados por instituições de pesquisa não integrantes da UFRJ, como mostra a Tabela V.

É indispensável que as concessões de terra que permitiram o estabelecimento

dessas empresas e centros de pesquisa tenham como contrapartida, além dos pagamentos pecuniários, efetiva e permanente interação com a pesquisa e o ensino universitários. É igualmente indispensável que se consolide o fórum permanente com a presença de todos os nossos “vizinhos”, para que sejam discutidos projetos e políticas comuns na área do desenvolvimento da CIDUNI³³.

13.5. Em diferentes contextos, processos virtuosos de inovação e desenvolvimento local e regional têm estado associados a universidades com expressiva capacidade de pesquisa e difusão. Esse é um vetor não desprezível que conecta a pesquisa e a inovação à diretriz geral do PD UFRJ-2020 da dupla integração.

Essa perspectiva esteve presente na criação, por decisão unânime do Consuni, em 1997, do

Objetivo do Parque Tecnológico do Rio

De acordo com o Regulamento aprovado pelo Conselho Universitário da UFRJ, de 8 de maio de 1997, constituem objetivos do Parque:

- a) atrair para a Cidade Universitária novas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços inovadores;
- b) incentivar a criação de novas empresas de base tecnológica na cidade do Rio de Janeiro;
- c) estimular a transferência de tecnologias da UFRJ para entidades e empresas integrantes do Parque, conforme acordo conveniado entre as partes;
- d) estimular a visão empreendedora dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ;
- e) proporcionar oportunidades de estágios aos alunos da UFRJ, bem como facilitar sua inserção no mercado de trabalho;
- f) aproximar a comunidade acadêmica da UFRJ das empresas de base tecnológica de alta qualificação, criando oportunidades para novos projetos de pesquisa de ponta;
- g) proporcionar uma nova fonte de receitas para a UFRJ, através do aluguel de áreas disponíveis na ilha da Cidade Universitária.

Parque Tecnológico do Rio. A fundamental tal decisão, a convicção de que, na era do conhecimento, o poder público e, especialmente, a Universidade Pública têm um importante papel a cumprir no desenvolvimento econômico nacional e regional.

13.6. A afirmação da Cidade Universitária como Cidade da Inovação e Experimentação encontra no Parque Tecnológico do Rio uma importante base, tanto conceitual quanto operacional, uma vez que suas atividades, sejam elas de pesquisa, desenvolvimento ou até mesmo de produção de bens e serviços, devem atender ao requisito básico que reflitam real possibilidade e efetivo interesse de interação com as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no campus da UFRJ.

13.7. O Plano Diretor do Parque Tecnológico do Rio deve ser integrado e compatibilizado com o PD UFRJ-2020, preservadas as orientações já consideradas, a saber:

- Garantir a preservação da área de manguezal;

- Buscar densidade de ocupação de forma a fazer com que o projeto obtenha a condição de ser autosustentável;

- Buscar alto padrão de urbanização e qualidade de infraestrutura nas áreas de redes de dados, telecomunicações, segurança, iluminação pública, transporte interno;

- Estimular a interação e cooperação dos ocupantes do Parque com a UFRJ;

- Manutenção das abundantes áreas verdes e do projeto paisagístico, com atenção especial para a escolha das espécies vegetais.

13.8. **Espaço Alexandria.** A fim de polarizar e estimular os processos de inovação, experimentação e difusão, na interação e cooperação entre nossos laboratórios dos diferentes campos do saber, assim como entre estes e os das instituições instaladas na CIDUNI e outros centros de pesquisa, deveremos oferecer um espaço cuja concepção e desenho favoreçam e propiciem encontros e diálogos que, como é sabido, constituem o

Parque Tecnológico do Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro estão sediadas várias das mais importantes universidades e centros de pesquisa do país. No estado do Rio concentram-se mais de 10% do total de estudantes universitários de todo o Brasil. Consciente de seu papel no desenvolvimento científico e tecnológico nacional, a UFRJ criou e instalou, na Cidade Universitária, o Parque Tecnológico do Rio de Janeiro. O objetivo da UFRJ, com essa iniciativa, é estimular a interação entre a instituição e empresas que fazem da Inovação o seu cotidiano.

Voltado para a Inovação, o Parque Tecnológico do Rio abrigará em seus 350 mil metros quadrados empresas com forte atuação em pesquisa, desenvolvimento e/ou produção de bens e serviços intensivos em conhecimento. A interação com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRJ constituem outra marca do Parque. Essa combinação consolida a natural vocação do Rio de Janeiro como polo de desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação. Além de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, com fortes efeitos dinamizadores da vida social e econômica da cidade e de estado do Rio de Janeiro, o ambiente gerado pela interação Universidade-Parque Tecnológico oferecerá a professores, pesquisadores e estudantes um rico espaço para o aprendizado e para a pesquisa.

ambiente em que se fundam todas as dinâmicas realmente inovadoras.

O **Espaço Alexandria** terá os objetivos seguintes:

- propiciar o encontro e o diálogo de saberes;
- constituir uma plataforma de redes de novos desafios e conhecimentos;
- oferecer um espaço acadêmico experimental, aberto, livre, não departamental e, por assim dizer, “descurricularizado”, em que programas, cursos, encontros decorram da potencialização de sinergias.

A edificação do Espaço Alexandria, na área central, deverá ser modular, construída em torno de um núcleo central de gestão, a ser compartilhado por todos os módulos ali instalados. O núcleo central funcionará igualmente como um *locus* de reflexão sobre temas inovadores, promovendo cursos, debates e encontros de discussão sobre avanços do

conhecimento para alunos de graduação e pós-graduação. Também vai identificar e estimular linhas de pesquisa e projetos transdisciplinares e propor ações necessárias para a concretização desses projetos.

O núcleo central contará, igualmente, com uma antena da Agência UFRJ de Inovação para que os conhecimentos gerados possam ser difundidos para a sociedade e, quando for o caso, ter seus resultados protegidos e licenciados.

Em estreita interação com a PR-5, o núcleo central também se dedicará a manter um canal constante de percepção das demandas sociais, econômicas e políticas da sociedade civil e das diversas esferas públicas, buscando com isso conciliação e harmonização permanente entre o avanço na fronteira do conhecimento e a solução criativa, inovadora e adequada às demandas da sociedade brasileira.

13.9. Na área da pesquisa de fronteira



Foto Aérea: Parque Tecnológico do Rio, Marco Fernandes, 2010.

34 – Experiências deste tipo já vêm sendo implementadas com grande sucesso, a partir da articulação de vários laboratórios em projetos Pró-Infra.

e da inovação, há que considerar ainda a demanda crescente de equipamentos sofisticados e de grande porte. Para atender tal demanda, impõem-se concepção, desenho e implementação de laboratórios multiusuários, dotados de estrutura de gestão capazes de atender a vários grupos de pesquisa. Além de propiciar encontros de saberes distintos, mas complementares, tal política permitirá otimizar investimentos³⁴.

As demandas já apontam para o seguintes projetos:

- um centro de micro e nano fabricação;
- um centro de caracterização de materiais, incluindo microscopia eletrônica de alta resolução;
- um centro de biotecnologia e terapia gênica, incluindo banco de células e tecidos e produção

de biomoléculas para usos terapêuticos diversos;

- um centro de estudos ecossistêmicos, integrando os avanços dos conhecimentos das ciências ambientais, dos processos de manejo e exploração sustentável e suas interfaces com a saúde pública;

- oficinas de apoio (mecânica fina, eletrônica avançada, vidraria, criogenia etc.);

- plataforma de desenvolvimento de biofármacos (com núcleos de desenvolvimento, biotérios e unidades piloto);

- oficina de recuperação do patrimônio histórico e cultural, aliando conhecimentos das áreas de tecnologia e arte.

Algumas dessas implantações, pela natureza de suas atividades, exigirão localização e padrões construtivos específicos; outras poderão operar em edificações compartilhadas.

14 Política de Segurança Pública

14.1. A Cidade Universitária conheceu, nos últimos anos, uma expressiva melhoria das condições gerais de segurança pública, tanto no que concerne à segurança patrimonial como à segurança das pessoas. Medidas preventivas bastante eficientes foram adotadas e ainda estão em curso de adoção. E o que parece mais importante: isso foi alcançado sem que se aderisse a estratégias que apontavam, em determinado momento, para a transformação de nossa Cidade Universitária num “campus de segurança máxima”, cercado de muros e ocupado por vigilantes armados. A recusa da estratégia do pânico e do terror mostrou-se acertada e deve ser mantida.

14.2. Por outro lado, o expressivo crescimento projetado da população, residente e não

residente, alterará as condições gerais da vida na CIDUNI e, em consequência, das condições gerais de segurança. Em primeiro lugar, reafirmamos a opção por uma Política de Segurança clara e firme, mas que rejeita processos que conduziram à transformação da Cidade Universitária em algo que pudesse ser assimilado a um condomínio fechado.

A Política de Segurança escora-se no princípio fundamental de que níveis mais elevados de densidade e uso constituem, em si mesmos, elementos que aumentam o nível geral de segurança. Grandes espaços vazios, áreas ermas e pouco frequentadas são o lugar da insegurança urbana por excelência. Assim, apostamos que, tanto nas atividades diurnas como noturnas, o aumento das densidades, a multiplicidade de usos e usuários, a ocupação mais intensa e permanente dos espaços e a implantação dos Centros de Convergência colaborem para gerar um ambiente mais seguro.

14.3. Por outro lado, o aumento expressivo da população residente e dos fluxos, a criação de novos espaços de afluência (centro comercial, ginásio poliesportivo, museus) e a expressiva atração de visitantes exigirão a redefinição de alguns elementos da Política de Segurança.

Será necessário estabelecer, desde já, uma discussão com os órgãos responsáveis pela Segurança Pública e pelo patrimônio federal, para desenvolver estratégias e sistemas de segurança que venham a atender às novas realidades.

Foto: Carros do DISEG - Vigilância Universitária
Acervo SGCOMS - Gabriela D'Araújo.



15 Política de Infraestrutura Geral

15.1. As redes de infraestrutura constituem espinha dorsal de que depende o adequado funcionamento de nossas atividades-fim, bem como das que se desdobram em apoio e em paralelo àquelas. A rigor, o êxito e a estabilidade do conjunto de propostas apresentadas pelo **PD UFRJ-2020** dependem, em larga medida, da qualidade e eficácia dos vários serviços e sistemas que compõem a infraestrutura geral da UFRJ: transportes e sistema viário; energia elétrica; telefonia; rede de transmissão de dados e serviços de informática, água e esgoto, redes pluviais, iluminação pública, manutenção predial e de equipamentos, conservação e limpeza; entre outros.

Energia Elétrica

15.2. As despesas atuais referentes ao consumo de energia elétrica representam isoladamente a maior rubrica do orçamento de outros custeios (excluindo-se a folha de pessoal), alcançando cerca de 20% do valor total (R\$ 25.000.000,00). Visto o crescimento projetado das atividades da UFRJ nos próximos anos, será inevitável o aumento do consumo de energia elétrica, tanto mais que está prevista expansão proporcional de atividades de ensino à noite, período em que a tarifa é significativamente mais alta.

Esse cenário estimula e justifica redobrado empenho visando à implementação de iniciativas que promovam uso mais racional e eficiente da energia elétrica, sem excluir a identificação de alternativas mais econômicas de autogeração e/

ou fornecimento que possam agregar conteúdos inovadores acoplados à possibilidade de redução de despesas.

15.3. O leque de ações necessárias, algumas delas já em curso, é amplo e variado. Em particular, será possível adotar normas de edificação e instalações prediais adequadas e ambientalmente adaptadas, bem como regras de padronização de equipamentos referenciados com garantia de maior eficiência.

Por outro lado, sem prejuízo daquelas eventuais iniciativas de impacto mais localizado (por exemplo: uso de baterias solares, aproveitamento de energia eólica, utilização de biocombustíveis, entre outras inovações ora em processo de investigação e desenvolvimento), já se encontram atualmente em fase avançada de desenvolvimento importantes projetos que pretendem incorporar significativas reduções nas despesas da energia elétrica consumida pela UFRJ:

■ **Projeto Subestação Elétrica UFRJ:** Construção de subestação elétrica própria que permitirá a UFRJ beneficiar-se da tarifa mais econômica correspondente ao fornecimento de energia elétrica em alta tensão (138 kV).

■ **Projeto Usina de Lixo:** Construção de usina de incineração de resíduo sólido urbano, a partir de tecnologia patenteada por pesquisador da UFRJ, com garantia de atendimento às exigências ambientais, alta eficiência térmica e viabilidade econômica para a geração acoplada de energia elétrica, com economia de 40% em relação ao custo atual.

Telefonia

15.4. As tecnologias atualmente disponíveis e o elevado grau de competitividade do mercado de serviços de telefonia permitiram a formulação de um projeto bastante abrangente para a modernização, expansão e aumento da eficiência do sistema de telefonia da UFRJ. Esse projeto foi organizado de forma a permitir implantação em etapas sucessivas, de modo que já ao final do 2º módulo, o novo sistema de telefonia da UFRJ permitirá a expansão de até 100% do número atual de ramais atendidos combinada a uma redução dos custos operacionais de, no mínimo, 40% em relação ao valor atual.

- Projeto Modernização da Central Telefônica CCMN/CT/Letras/FAU: Aquisição e Instalação de Equipamentos e Softwares de Gerenciamento;
- Projeto Modernização da Central Telefônica CCS/HU/Alojamento/Praia Vermelha e Unidades Isoladas: Aquisição e Instalação de Equipamentos e Softwares de Gerenciamento.

Tecnologias de Informação e Comunicação

15.5. No terreno das tecnologias de informação e comunicação, embora tenham sido identificados exemplos de iniciativas compatíveis com as atuais e futuras possibilidades e necessidades da UFRJ, elegeu-se, como prioridade inadiável para atender aos interesses gerais da UFRJ, a implantação de um novo modelo institucional capaz de garantir uma gestão unificada, integradora e sustentada dos sistemas e serviços da área de TIC da UFRJ. O novo modelo de gestão inclui uma Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, vinculada à Pro-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Indispensável, igualmente, o planejamento e implantação de um espaço de conexão sem fio em toda a CIDUNI.

Redes de infraestrutura urbana – água-esgoto-drenagem

15.6. Os redes de drenagem da Ilha da Cidade Universitária apresentam graves problemas de deterioração e saturação, que demandam amplo conjunto de ações corretivas. Trechos assoreados, caixas de captação e interligação bloqueadas e trechos de tubulação afetados pelo recalque do solo nas áreas de aterro provocam alagamentos superficiais e encharcamento do terreno que acabam produzindo perdas de trechos de pavimentação, além dos riscos e incômodos causados aos pedestres e motoristas. Algumas iniciativas impõem-se, a saber:

- Levantamento completo da posição da rede e seus elementos;
- Desobstrução das caixas de acesso e trechos de tubulação operacional;
- Diagnóstico detalhado da situação da rede através de técnicas invasivas como sondas com imagem;
- Reconstituição dos trechos destruídos, reforma ou reforço dos trechos em risco, redimensionamento dos trechos com geometria, ocupação ou topografia modificados;

15.7 A expansão prevista para a Ilha Universitária requer um redimensionamento urgente de todas as redes de infraestrutura, que devem ser pensadas à luz de novos conceitos de eficiência energética e conforto ambiental. Nesse sentido, o projeto de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana deverá ser pensado privilegiando soluções inovadoras desenvolvidas no âmbito da UFRJ.

15.8 As práticas atuais de elevado consumo hídrico devem ser substituídas por outras que procurem minimizar o consumo de água, estimulando a reutilização de águas cinzas, bem como a drenagem pluvial por absorção direta. Esses projetos devem contar com o engajamento direto das diversas unidades disciplinarmente envolvidas com a matéria. ■



Vista geral da expansão acadêmica da Escola de Belas Artes

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor



*Vista aérea do campus da Praia Vermelha - 2005
Foto Gabriela D'Araujo - Acervo SGCOMS/UFRJ*



Plano de Ocupação: Uso da Praia Vermelha e Unidades Isoladas

Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha

1 Diagnóstico

1.1. As Diretrizes Gerais do Plano Diretor estabelecem a necessidade de “planejar os usos do Palácio Universitário e seu entorno imediato de modo a incluir, além das atividades de extensão e de divulgação artística, científica e cultural que hoje já são desenvolvidas na área, outras destinações que

contribuam para o desenvolvimento científico e cultural da Cidade e do Estado”.

Trata-se, pois, de assegurar ao Palácio Universitário e ao conjunto da Praia Vermelha ocupações e usos que atendam, simultânea e combinadamente, aos seguintes objetivos:

DIRETRIZES GERAIS PARA A PRAIA VERMELHA

“1. São notórias a insuficiência e a precariedade das instalações existentes no atual Campus da Praia Vermelha, incapazes de atender às exigências de uma universidade dinâmica, comprometida com a expansão das vagas e com melhorias das condições de trabalho e estudo para docentes, estudantes e técnicos-administrativos. <...>

2. <...> Conforme avançarmos na melhoria das condições de acesso (novas vias de acesso rodoviário, metrô, barcas) à Cidade Universitária, na oferta de instalações adequadas para o ensino e a pesquisa, assim como na integração intrauniversitária, muitos colegas e unidades poderão rever sua tendência atual de preferirem permanecer nas precárias instalações atuais. É essencial difundir o entendimento de que não se trata de penalizar com insegurança e engarrafamentos aqueles que disso hoje estão livres, mas gerar condições de acesso, segurança, trabalho, lazer e cultura ao conjunto da comunidade universitária, da qual são integrantes essenciais todas as unidades, assim como todos os professores, estudantes e técnicos-

administrativos que hoje desenvolvem atividades na Cidade Universitária, na Praia Vermelha e em outros espaços isolados.

3. Assim, longe de propor uma política de deslocamento compulsório para as unidades da Praia Vermelha, o Plano Diretor UFRJ 2020 estará comprometido com a discussão, negociação e implementação das condições de incorporação deste segmento da comunidade universitária a um novo espaço universitário, espaço que deverá expressar uma nova concepção de integração intrauniversitária e de integração universidade-cidade. Reafirma-se que estão descartadas transferências que não tenham sido discutidas e deliberadas pelas unidades interessadas.

4. A discussão sobre os destinos da Praia Vermelha, no entanto, deverá incluir igualmente o uso dos espaços que, eventualmente, seriam progressivamente liberados pela transferência de atividades para a nova cidade universitária.”

(Resolução 10/2008)

- Preservação do Palácio Universitário enquanto patrimônio cultural de altíssimo valor e significado, sob guarda e responsabilidade da UFRJ;

- Destinação do Palácio Universitário e de seu entorno às atividades-fim da UFRJ compatíveis com suas características particulares e restrições decorrentes.

1.2. Dessa forma, impõe-se:

- Reconhecer a impropriedade da utilização do Palácio Universitário para atividades regulares de ensino e pesquisa, bem como retirar desse reconhecimento as consequências práticas cabíveis;

- Adequar o uso do Palácio Universitário e de seu entorno às determinações do IPHAN sobre as intervenções inadequadas no prédio, o que envolve, entre outras coisas: esvaziamento dos corredores, eliminação de divisões e instalações não autorizadas;

- Destinar o Palácio Universitário, suas instalações e entorno para atividades universitárias de difusão cultural, artística e científica, promovendo cada vez mais a interação da UFRJ e da Praia Vermelha com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

1.3. Assim, progressivamente, o Palácio Universitário deverá ser destinado a novos usos e atividades, adequadas a suas dimensões e características físicas. Não são inviáveis adequações que modernizem instalações especiais que viabilizem o funcionamento de atividades contemporâneas. Deverão, entretanto, ser submetidas à análise e aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e manter coerência com suas limitações e potenciais.

1.4. Atualmente, várias tecnologias permitem a adaptação de áreas preservada às demandas modernas, sem agressão às estruturas, acabamentos e ambientações originais. Isso certamente explica que o IPHAN tenha passado a reagir com maior

atenção às intervenções espúrias impostas ao edifício. Trata-se, pois, de perseverar numa linha de atuação que tem favorecido que IPHAN e UFRJ trabalhem conjuntamente na recuperação das características arquitetônicas do Palácio.

1.5. Já está mais que comprovado que o uso continuado e estressante do Palácio Universitário para atividades didáticas regulares e outros usos indiferentes, ou em clara agressão, à sua história e importância como Patrimônio Arquitetônico, acaba por descaracterizar ambientes. Rever, rejeitar e redefinir os usos atuais é, pois, passo essencial, e inadiável, para que possamos recuperar a integridade e a dignidade de um dos melhores exemplos de expressão da arquitetura neoclássica brasileira.

1.6. Com esse objetivo, o Palácio Universitário deverá ser progressivamente esvaziado de atividades de ensino e pesquisa regulares e rotineiras, que serão substituídas por usos mais adequados à qualidade de instalações e estruturas e que permitam o respeito à memória arquitetônica.

1.7. Inseparável dessa decisão é a necessidade de respeitar restrições estabelecidas pelo IPHAN no que concerne ao uso dos arredores do Palácio, com respeito à observação do *waterfront* da Enseada de Botafogo, das Avenidas Pasteur e Venceslau Brás. Da mesma maneira, sua observação desde o interior do campus da Praia Vermelha precisa ser cuidadosamente garantida através da eliminação de barreiras visuais.

Coerentemente, deverão ser respeitados os limites mínimos de distância entre aquele conjunto e qualquer outra construção, com uma faixa livre de 50 metros. Um exemplo do cuidado necessário nos vem da manifestação do IPHAN sobre a necessidade de eliminação das vagas de veículos do perímetro mínimo de preservação do Palácio Universitário. Entre os objetivos destacam-se

a eliminação de riscos químicos (emissão de poluentes), riscos físicos (colisões, vibrações e deformações do solo perimétrico) e a possibilidade de observação plena das fachadas. É desejável,

portanto, a retirada de barreiras visuais ao Palácio Universitário, estando nesse contexto a piscina e as construções sem valor arquitetônico que estejam na faixa delimitada pelo IPHAN.

2 Ocupação e uso do Palácio Universitário e Usos Associados

2.1. O Palácio Universitário deverá ser elemento central de um complexo contemplando Centro Cultural e Centro de Convenções, sob a responsabilidade do Fórum de Ciência e Cultura, cuja vocação é exatamente promover o diálogo permanente entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ com entidades e movimentos representativos da sociedade, servindo como elemento provocador de troca de experiências e partilha do conhecimento produzido no interior da universidade, com saberes diversos que circulam na cidade do Rio de Janeiro. Cabe ainda ao Fórum facilitar o intercâmbio de conhecimento produzido na UFRJ com associações e organizações científicas nacionais e internacionais através dos seminários e congressos que abriga.

Localizado no Palácio Universitário da Praia Vermelha, o Fórum reúne todas as condições para exercer o papel de vitrine do melhor que a UFRJ produz e, ao mesmo tempo, receber o conhecimento e saberes diversos que circulam fora dela.

2.2. Centro Cultural. Criação de condições físicas e tecnológicas para que o Palácio possa receber eventos artísticos – música, cinema e teatro – de importância para a Universidade e para a cidade. Com caráter permanente e a serem inclu-

ídas no calendário artístico da cidade, tais atividades exigiriam:

- Teatro modulável, com palco à italiana e arena, equipado com telas e projetores de cinema; salas de ensaio (teatro e dança); oficina de cenografia e ateliê de costura de pequeno porte, em apoio às produções que terão lugar na Praia Vermelha; guarda-roupas e depósito cenográfico para a guarda adequada do material utilizado nas produções locais; sala para exibição de vídeos;
- Reabilitação do uso artístico do Anfiteatro da Praia Vermelha, que deverá ser devidamente equipado;
- Conclusão da adequação da Capela São Pedro de Alcântara à realização de programação de música erudita de forma permanente;
- Criação de espaços dedicados à Cultura Digital e a consultas a acervos digitais.

2.3. Centro de Convenções. Em associação com o Centro Cultural, deverá ser implantado um Centro de Convenções. Esta proposta parte de um diagnóstico que identifica carência da Universidade e da cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito a esse tipo de espaço. Com efeito, a Zona Sul da cidade não dispõe de centro de convenções propriamente ditos, sendo usual

a utilização de hotéis para tal fim, sempre com resultados precários e custo elevado³⁵.

O cenário da UFRJ registra crescente número de eventos, principalmente de maior porte, existindo clara preferência em sua realização na Praia Vermelha, em decorrência da proximidade com a infraestrutura hoteleira e turística da cidade. Ademais, as instalações presentes atualmente no campus da Praia Vermelha são insuficientes, não tendo sido preparadas para tal finalidade. As instalações próximas (auditórios do Instituto Militar de Engenharia (IME), da Escola de Guerra Naval (EGN), da Unirio e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) nem sempre estão disponíveis, são modestas e não estão preparadas para portadores de necessidades especiais, uma vez que não há, nos espaços citados, projetos específicos que visem à acessibilidade.

A construção de um espaço para convenções apresenta uma série de vantagens para a Universidade. Em primeiro lugar, aumenta a capacidade de utilização organizada dos eventos para atividades-fim da Universidade. Deve-se ressaltar, nesse caso, a possibilidade de geração de estágios e o desenvolvimento de competências e habilidades para alunos de Comunicação, Informática, Tecnologia Aplicada à Educação, entre outras áreas. Ao mesmo tempo, pode contribuir para a geração de material fértil para a transmissão em rede, ampliando o alcance das iniciativas.

O projeto do Complexo Centro Cultural – Centro de Convenções, por sua dimensão e impacto, deverá ser objeto de diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa, a fim de explorar as possibilidades de se conceber e implantar um equipamento de grande porte sob a forma de consórcio entre universidades públicas do Rio de Janeiro.

2.4. Ao longo dos anos, tem sido mantida na Praia Vermelha a tradição de atividades espor-

tivas para a comunidade universitária e extrauniversitária, existentes desde o tempo em que a Escola de Educação Física e Desporto ainda não se havia transferido para a CIDUNI. Estas atividades, pela sua relevância social, devem ser mantidas e, mesmo, expandidas.

Impõe-se, em consequência, no redesenho da Praia Vermelha, assegurar um complexo esportivo que deverá contemplar:

- construção de nova piscina, em substituição à piscina hoje existente, que compromete o entorno do Palácio Universitário e deverá ser eliminada;
- implantação de área e equipamentos para ações esportivas para a comunidade, em particular aquelas que se desenvolvem no âmbito do Projeto Projeto de Atividades Físicas para Idosos, da EEFD³⁶.

2.5. Assim, em complemento ao Centro Cultural, um novo Complexo Esportivo da Praia Vermelha, de pequeno porte, deverá oferecer as seguintes instalações:

- nova piscina;
- sala para ginástica, dança, atividades aeróbicas controladas e musculação;
- quadra coberta;
- pista para caminhadas;
- banheiros e vestiários;
- sala de aula, sala para laboratório de pesquisa, recepção;
- duas quadras poliesportivas e dois campos de futebol, para uso da comunidade da UFRJ e das comunidades vizinhas.

2.6. **Hotel Escola.** Em complemento ao Centro de Convenções, deverá ser instalado um Hotel Universitário, apto a acolher professores visitantes e participantes dos eventos científicos. Além de servir ao público universitário. O caráter singular do hotel está na caracterização como Hotel Escola.

2.7. **Estacionamento subterrâneo.** Em con-

35 - A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 sugere um expressivo aumento da demanda por espaços como os que oferecerá o complexo Centro Cultural – Centro de Convenções – Hotel Escola na Zona Sul da cidade.

36 - Este projeto abrange ações de ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de atuar na prevenção de quedas e na prevenção e tratamento de idosos com depressão, Alzheimer e Parkinson atendidos pelo Instituto de Psiquiatria.

sonância com as orientações do IPHAN e de modo a recuperar a majestade e beleza do espaço, será necessário interditar o ingresso, circulação e estacionamento no campus. A fim de atender às

necessidades dos usuários do Complexo Centro Cultural – Centro de Convenções, devem-se desenvolver estudos para a implantação de um estacionamento subterrâneo³⁷.

37 - Eventualmente, e dependendo dos resultados de estudos mais aprofundados, este tipo de equipamento urbano poderá, também, gerar alguma receita para a UFRJ.

3 Outras Ocupações e Usos na Praia Vermelha

3.1. As Diretrizes Gerais do Plano Diretor propõem “avaliar a hipótese de eliminação de prédios com baixos índices de utilização do terreno (área construída/área ocupada), baixa qualidade arquitetônica e precária funcionalidade, de modo a liberar área para ocupações com uso mais intenso e qualificado do terreno”, como seriam o Complexo Centro Cultural-Centro de Convenções-Hotel Universitário.

3.2. **O Pólo de Saúde.** Os Hospitais Universitários (Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC e Instituto de Psiquiatria – IPUB) deverão permanecer no campus da

Praia Vermelha, por sua integração ao SUS no atendimento de serviços básicos, procedimentos de alta complexidade e serviços complementares. Há que ressaltar igualmente a proximidade com o Pinel, que conforma, naquele espaço, polo de referência para a saúde mental no Rio de Janeiro.

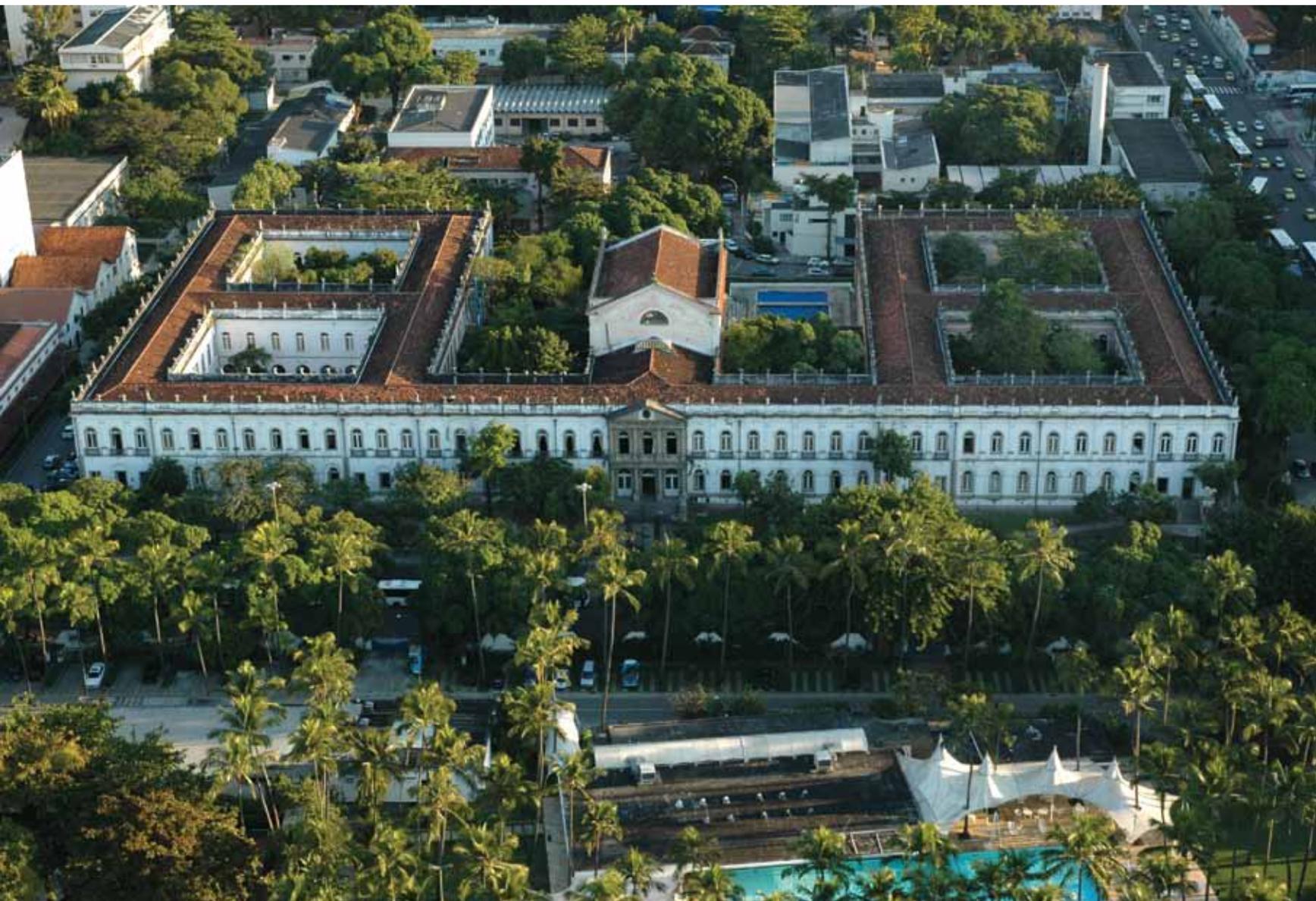
Assim, a menos que haja claras indicações contrárias do Conselho de Administração do Complexo Hospitalar da UFRJ, o IPUB e o INDC deverão permanecer na Praia Vermelha, devendo ser desenvolvidos estudos mais cuidadosos acerca de suas necessidades no horizonte 2020.

4 Acessibilidade

Apesar de bem servido em termos de linhas de ônibus, o campus da Praia Vermelha poderá ter melhoria expressiva em termos de acessibilidade com a criação da estação de metrô da Álvaro Ramos, para cuja implantação a Universidade

deverá envidar todos os esforços e dialogar com as autoridades competentes.

Também cabe mencionar a importância que terá para maior integração Praia Vermelha – CIDUNI a ligação hidroviária prevista no PDCIDUNI. ■



Vista aérea do campus da Praia Vermelha - 2005
Foto Gabriela D'Araujo - Acervo SGCOMS/UFRJ

Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas

1 Situação atual e usos futuros

1.1. A Tabela VI apresenta a realidade atual de nossos espaços e edificações isoladas.

Tabela VI. Espaços e Edificações Isoladas

LOCALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA
Arraial do Cabo	Terreno	A estudar
Av. Mem de Sá, 78	Terreno	A estudar
Av. Rui Barbosa, 762	Em obras de restauração	Colégio Brasileiro de Altos Estudos
Av. República do Chile, 300	Salas comerciais	Idem
Av. Presidente Vargas, 2.863	Hospital São Francisco Assis	Complexo Hospitalar
Estrada dos Bandeirantes	Terreno	A estudar
Itaguaí	Loteamento	A estudar
Ladeira Pedro Antônio, 49	Observatório Valongo	Idem
Largo de São Francisco	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Universidade Livre / NIAC
Macaé	Nupem	Idem
Praça da República, 22	Prédio Desocupado	A estudar
Quinta da Boa Vista	Museu Nacional	Idem
Rua das Laranjeiras, 180	Maternidade Escola	Complexo Hospitalar
Rua Moncorvo Filho, 88	Faculdade de Direito	Universidade Livre / NIAC
Rua Afonso Cavalcanti, 275	Escola Enfermagem Ana Nery	Complexo Hospitalar
Rua do Passeio, 98	Escola de Música	Idem
Rua Luiz de Camões, 68	Cedido Município/RJ	Idem
Santa Teresa - ES	Reserva Biológica	A estudar
Pólo de Xerém, Duque de Caxias	Prédios acadêmicos (a serem construídos)	Idem

Fonte: PR3/UFRJ

1.2. Um importante número de unidades isoladas é constituído de unidades do CCS que, além de atividades de ensino, têm importante papel na

prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar, estando integrados ao Complexo Hospitalar da UFRJ e aos serviços públicos do SUS.

O destino destas unidades e de seus espaços e edificações devem ser objeto de discussão no âmbito do Complexo Hospitalar, que considerará a inserção das unidades no sistema público de saúde.

1.3. Há certo número de prédios em péssimas condições de conservação e caberá à Universidade, isoladamente ou em associação com outras instituições, encontrar meios e modos de restaurar e preservar todos aqueles que constituem patrimônio histórico e artístico.

1.4. Finalmente, há que considerar os dois grandes prédios que hoje abrigam a Faculdade Nacional de Direito e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Em ambos os casos, trata-se de edificações tombadas, em condições precárias e com evidente inadequação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade moderna e, ainda menos, de uma universidade que

projeta se expandir.

Por outro lado, sua localização central aponta para uma rica possibilidade de oferta de serviços e atividades de ensino e extensão, que poderão atrair parcelas expressivas de trabalhadores que circulam pelo centro da cidade e demandam os entroncamentos de transporte público de massa que são a Central do Brasil e a Praça Tiradentes.

1.5. Nesse sentido, a destinação dessas edificações para atividades voltadas para esse público potencial afirmaria ainda mais a inserção e compromisso da UFRJ com a democratização do conhecimento científico, da arte e da cultura. A ideia de uma espécie de Universidade Livre, acoplada a um centro cultural, operando de forma associada equipamentos, cursos e serviços de atendimento à população nos edifícios hoje ocupados pelo IFCS e pela FND, parece atender tanto à natureza dos prédios quanto à sua localização³⁸. ■

.....

38 - O CTPD recebeu proposta para que o edifício do Largo de São Francisco fosse destinado aos seguintes usos: Centro de Cursos e Convenções, Centro de Memória da Tecnologia e Engenharia Brasileira, bibliotecas, salas para exposições, livrarias e restaurantes, sede da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica.

Vista aérea do Museu Nacional - 2005
Foto Gabriela D'Araujo - Acervo SGCOMS/UFRJ

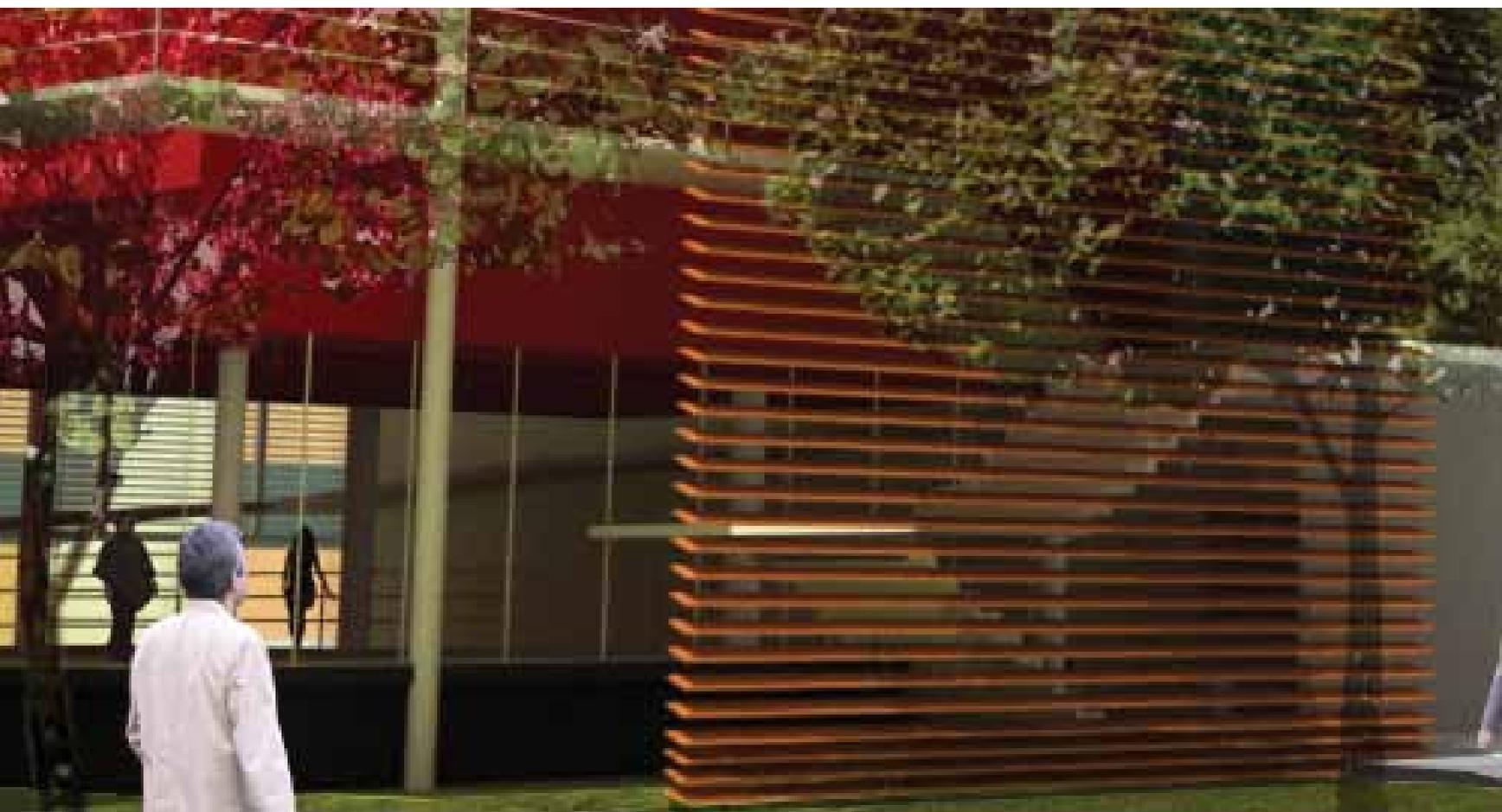


Mecanismo Institucionais de Monitoramento Gestão Revisão do Plano Diretor UFRJ 2020

1. A vida não para enquanto estamos concebendo e implementando planos. Ao contrário e de maneira cada vez mais acelerada, novos conhecimentos são gerados nos diversos campos da ciência, novas dinâmicas econômicas aparecem, novas formas de manifestação artística emergem, novas necessidades surgem dos conflitos políticos e processos culturais que se desenrolam contraditoriamente na vida

social. O processo de planejamento, ainda mais quando se trata de um Plano de Médio e Longo Prazos, não pode, pois, esgotar-se na concepção, elaboração e aprovação do plano.

Assim, o planejamento deve ser visto como processo permanente, que envolve incessante monitoramento e avaliação. Isso significa que deveremos ter permanentemente mecanismos e processos de acompanhamento, correção de



rumos, introdução de novas políticas e diretrizes.

Numa universidade como a UFRJ, que apenas recentemente começa a adotar a prática do planejamento, ainda teremos que nos qualificar e habituar a esse novo e relevante instrumento de ação política institucional e acadêmica. Em primeiro lugar, trata-se de afirmar claramente que planejar-se, projetar-se no futuro, segundo concepções geradas endogenamente, embora em relação com o mundo extramuros, constitui

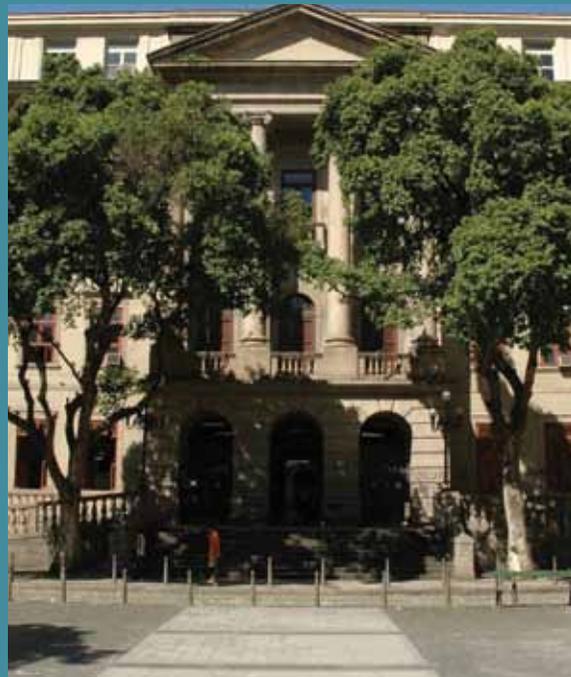
elemento fundamental de qualquer projeto de universidade autônoma.

Além de uma Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, deveremos conceber e criar mecanismos permanentes, e participativos, que assegurem, de um lado, a continuidade do Plano de Diretor, e, de outro, sua permanente correção e atualização.

2. A institucionalização do PD UFRJ-2020 deverá ocorrer através da criação de um **Comitê Técnico do Plano Diretor** permanente. ■

Imagem: Atelier Universitário da FAU.





*Prédios Tombados e Preservados da UFRJ
Fotos Gabriela D'Araujo, Marco Fernandes
e Clara Grivicich - Acervo SGCOMS/
UFRJ*

Prédios tombados e preservados da UFRJ



COLÉGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS

Avenida Rui Barbosa, 762 – Flamengo – Rio de Janeiro – RJ



Situado na avenida Rui Barbosa, no bairro do Flamengo, Zona Sul da cidade, construído pelo Governo Federal, em colaboração com a Prefeitura, o prédio foi inaugurado em 1922 para abrigar um hotel e um restaurante, com a função de apoiar o banho de mar na Baía de Guanabara. Em 1926, tornou-se residência das estudantes da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da UFRJ, funcionando como internato. A partir de agosto de 1973 tornou-se Casa do Estudante Universitário (CEU), hospedando estudantes universitários da cidade. Em junho de 1989, o conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), que reconhecia sua importância no estilo eclético preservado e a beleza de suas escadarias. Em agosto de 1995, devido ao estado de degradação avançada, a UFRJ efetuou a retomada de posse do imóvel, iniciando um longo processo de restauração do patrimônio.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

CENTRO DE ARTE HÉLIO OITICICA

Rua Luis de Camões, 68 – Centro – Rio de Janeiro



O prédio, em estilo neoclássico, foi construído no século XIX para sediar o Conservatório de Música, também acolheu o Conservatório Dramático Brasileiro. O Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica está instalado em uma área de 1.950m², abrigando, preservando e divulgando a obra do artista plástico Hélio Oiticica. O prédio é preservado pelo Corredor Cultural, programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para quem foi cedido.

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

Rua Afonso Cavalcanti, 275 – Cidade Nova – Rio de Janeiro



O Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery, inaugurada em 31 de dezembro de 1923, constitui importante exemplar da arquitetura neocolonial carioca.

A Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da UFRJ foi incorporada à Universidade do Brasil em dezembro de 1945. O tombamento do prédio ocorreu no dia 14 de agosto de 1986, pelo IPHAN.

ESCOLA DE MÚSICA

Rua do Passeio, 98 – Centro – Rio de Janeiro



A atual sede da Escola de Música (EM) da UFRJ ocupa o local do prédio comprado em 1853 para abrigar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1910, após a mudança da Biblioteca para a avenida Central, hoje avenida Rio Branco, o prédio atual foi construído e, junto com a rua do Passeio, é considerado Patrimônio Histórico Municipal, tombado em 1994.

FACULDADE DE DIREITO

Rua Moncorvo Filho, 28 – Centro – Rio de Janeiro



A casa do último vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos, localizava-se no Campo de Santana, esquina da atual rua Moncorvo Filho. Foi comprada em 1825 pelo governo imperial para a instalação do Senado, sendo então reformada.

Com a República, o prédio sofreu novas obras para ampliação, continuando a sediar o Senado Federal até 1925, quando este se transferiu para o Palácio Monroe, na Cinelândia. Depois de vários outros ocupantes, em 1938 mudou-se para lá a Faculdade Nacional de Direito. O Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac) tombou o prédio em 1988.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO

Avenida Pasteur, 280 – Urca – Rio de Janeiro



O atual pavilhão Frota Moreira, que antes abrigou uma gráfica, começou a ser construído em 1842. Tombado pelo Inepac em 1990, abriga a Fundação Universitária José Bonifácio (Fujb) desde 1975.

HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Avenida Presidente Vargas, 2863 – Centro – Rio de Janeiro



O prédio no qual funciona o Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa) da UFRJ, referência no tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida/Aids) e em programas de reabilitação motora, começou a ser construído em 1876 quando, na presença da princesa Isabel, foi colocada a pedra fundamental da hospedaria para mendigos, objetivo para o qual foi criado. Em 1896, a hospedaria foi renomeada como Asilo São Francisco de Assis e, em 1922, começou a funcionar como unidade escolar, recebendo então o nome de Hospital Escola São Francisco de Assis.

Seu conjunto arquitetônico, de estilo neoclássico, foi tombado em 1983 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1937 o Hesfa foi incorporado ao patrimônio da União e transferido para a então Universidade do Brasil, hoje, UFRJ.

OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Ladeira Pedro Antônio, 43 – Saúde - Rio de Janeiro



A criação, no morro de Santo Antônio, do Observatório da Escola Politécnica, em 1881, impulsionou o estudo da Astronomia no Brasil. Com a derrubada do morro de Santo Antônio, em 1921, todos os equipamentos existentes no Observatório foram levados para sua atual localização, na Chácara do Valongo, no morro da Conceição. Os prédios do Conjunto Paisagístico do Observatório do Valongo, no Jardim Morro do Valongo, foram tombados pelo IPHAN.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Largo de São Francisco de Paula, s/nº - Centro – Rio de Janeiro



Projetado inicialmente como Sé do Rio de Janeiro, o prédio, que começou a ser construído em meados do século XVIII, foi adaptado para receber a Academia Real Militar, em 1812, onde teve início o ensino da Engenharia no Brasil.

Recebeu o nome de Escola Militar, em 1839; de Escola Central, em 1858; de Escola Politécnica, em 1874. Após a transferência da Escola Politécnica para a Cidade Universitária, a edificação do Largo de São Francisco passou a abrigar, em 1969, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs), criado em 1967.

O prédio, originalmente construído com dois pavimentos, teve acrescentado mais um andar em 1905 e ainda outro em 1955. Na ocasião da construção do terceiro andar, o pórtico central da fachada foi alterado, tendo, no entanto, sido mantido o aspecto clássico de sua composição. Foi tombado pelo IPHAN em 11 de abril de 1962.

MUSEU NACIONAL

Quinta da Boa Vista – São Cristóvão – Rio de Janeiro



O casarão original data do século XVII, sede da fazenda jesuítica de São Cristóvão para criação de gado. Com a extinção da Ordem no Brasil (1759), a propriedade foi segmentada em várias fazendas e leiloadas. A área originária da Quinta da Boa Vista foi arrematada, para plantação de cana de açúcar, por Manuel Pinheiro.

Em 1803, já propriedade de Elias Antônio Lopes, a casa sofreu a primeira reforma e foi doada pelo rico comerciante ao príncipe Regente Dom João, quando de sua chegada ao Brasil em 1808. A casa passou por sucessivas reformas de acordo com as necessidades da realeza, sendo a ela acrescentados cômodos, pavilhões, capelas, pátios etc.

Com a República, foi adaptado para as reuniões do Congresso Constituinte e em 25 de junho de 1892, passou a abrigar o Museu Nacional. O ano de 1910 trouxe obras de embelezamento, remodelação e saneamento do parque, além de algumas alterações no corpo físico do casarão. Tombado pelo Iphan em 11 de maio de 1938, o prédio atual, em estilo neoclássico, plantado em um parque ao gosto romântico do final do século, representa um dos mais significativos exemplares da Arquitetura brasileira.

Foi incorporado à Universidade do Brasil (UFRJ) em janeiro de 1946. Considerado o maior Museu de História Natural da América Latina, possui um acervo de cerca de 4 milhões de peças, sendo que cerca de 10 mil em exposição, em dois andares de circuito, ocupados com as áreas de Zoologia, Arqueologia, Etnografia, Antiguidades Clássicas, Geologia e Paleontologia.



*Centros de Convergência propostos
Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor*



Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária

Centros de Convergência

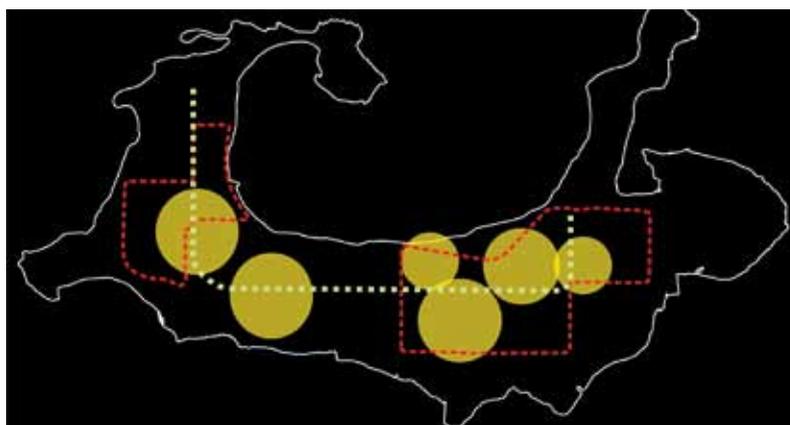
A transformação da avenida Horácio Macedo numa avenida urbana permitirá a criação de Centros de Convergência que reunirão várias atividades em pontos concentrados do espaço urbano, o que resultará na vitalidade desses locais.

Esses Centros de Convergência colocam no mesmo espaço salas de aula, equipamentos comuns – auditórios, restaurantes e residências universitárias de vários tipos, bibliotecas unificadas, comércio e, sobretudo, espaços ao ar livre adequados para a reunião de professores, alunos e técnicos-administrativos.

Os Centros de Convergência foram pensados distribuídos ao longo da Ilha, com acesso pelo eixo central, o que contribui

para criar vitalidade urbana em toda sua extensão. Por outro lado, incorporam os locais existentes que demonstram maior vitalidade urbana e condições para a reunião dos novos equipamentos, como é o caso do eixo CCMN-CT.

Preliminarmente, identificamos seis Centros de Convergência: no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no futuro Canal da Reitoria, No eixo Centro de Tecnologia-Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CT-CCMN), nas novas expansões, na quadra da Faculdade de Letras-Humanidades e na quadra da Faculdade de Arquitetura-Escola de Belas Artes-Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (FAU-EBA-IPPUR).



Esquemas do partido urbanístico proposto

— Anel viário — Eixo de transporte coletivo/ativo ● Centros de Convergência/Centralidades



Conceito Centro de Convergência

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor

Etapas do Plano de Desenvolvimento

Estão previstas três etapas para o Plano de Desenvolvimento: 2012, 2016 e 2020.

Atualmente



Vista aérea – Cidade Universitária. Foto: Marco Fernandes, 2010.

O conceito de implantação prevê que o Plano esteja completo em cada etapa. Isso se traduz – nas obras até 2012 e nas etapas seguintes – na edificação de todos os usos que conferem diversidade ao espaço urbano, tais como unidades acadêmicas, restaurantes universitários, bibliotecas e residências universitárias.

2012

Nesse primeiro momento de expansão, as novas edificações são prolongamentos ou complementos de edificações existentes, evitando-se a opção por prédios muito distantes ou isolados.

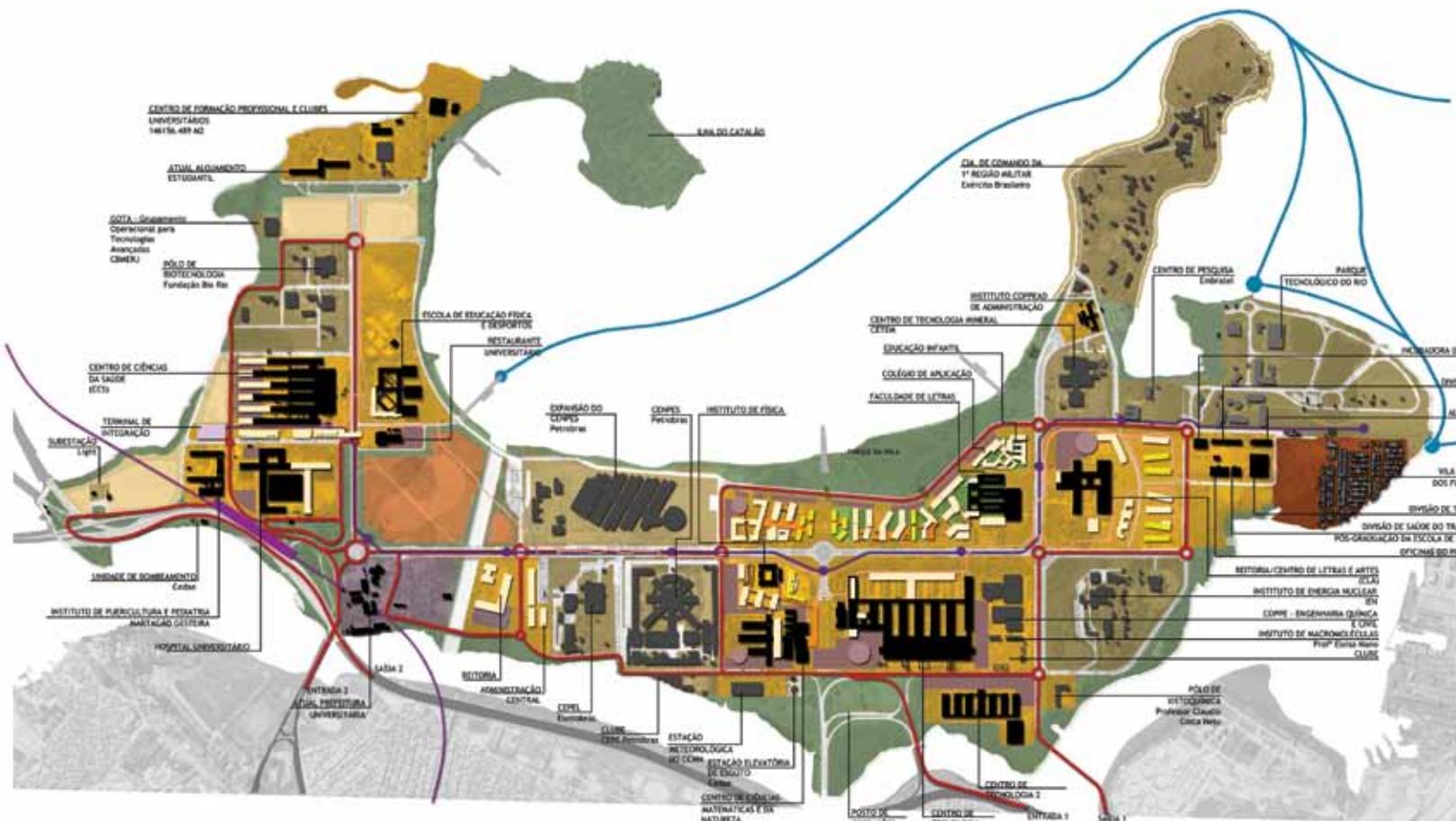


2016 e 2020



Para 2016, estão previstas a implantação do Maglev, da linha de trem da SUPERVIA e o transporte hidroviário, bem como a instalação de novas unidades residenciais, comerciais e acadêmicas. Em 2020, a ocupação será completada com a instalação do Parque da Orla, de Centro Co-

mercial-Cultural e de Serviços, da nova Reitoria, da abertura do novo canal da Reitoria, do clube universitário e do resto das edificações acadêmicas, habitacionais e comerciais que completam o plano.



VIÁRIOS

- Supervia
- Anel viário
- Maglev
- Ciclovia
- Barcas
- Estacionamento

EDIFICAÇÕES

- Expansões Acadêmicas
- Residências Universitárias
- Área comercial
- Edifícios Acadêmicos existentes
- Edifícios existentes
- Futuro edifício garagem

- ÁREAS DE RESERVA PARA EXPANSÕES UNIVERSITÁRIAS
- ÁREAS PARA EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE SERVIÇOS
- ÁREAS PARA EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER

- ÁREAS CONCEDIDAS
- ÁREAS ACADÊMICAS
- VILA RESIDENCIAL

*Plano Geral de Desenvolvimento
Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor*

PLANO GERAL - A CIDADE UNIVERSITÁRIA

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA parte do princípio da dupla integração: com a cidade do Rio de Janeiro e entre as Unidades da UFRJ.

Para alcançar esses objetos, propõe a instalação de equipamentos e atividades de uso compartilhado universidade-cidade, bem como a criação de locais apropriados para a reunião de professores, alunos e técnicos-administrativos de diversas áreas acadêmicas.

Isso significa mudar radicalmente o modelo de desenvolvimento atual, que prioriza o transporte individual, o isolamento entre Unidades, a baixa densidade e a separação de usos.

Em contraposição, propomos um modelo de desenvolvimento que combine o acesso por transporte coletivo, o estímulo ao transporte ativo (pedestre-ciclovias), a humanização de espaços, o aumento da densidade e da diversidade e a mistura de usos.

O novo modelo de ocupação da Ilha da Cidade Universitária tem, portanto, como pressuposto uma nova possibilidade de relação entre as suas áreas disciplinares, bem como novas formas de cooperação que contribuam para a superação do isolamento e da fragmentação atuais.

Parte da noção de compartilhamento de espaços contraria radicalmente a cultura do lote exclusivo, que duplica inutilmente equipamentos de uso coletivo, desagrega, reafirma a baixa densidade, isola os alunos em locais distantes e resulta numa fraca vitalidade urbana de seus espaços.

No sentido oposto, nossa opção é pela reunião de conjuntos urbanos de intensa vitalidade, onde seja possível encontrar serviços de qualidade, que reúnam a oferta de residência universitária junto com as opções de alimentação coletiva (restaurantes universitários) e equipamentos e serviços comuns a várias áreas disciplinares, como bibliotecas e auditórios.

Do ponto de vista ambiental, o uso de densidade maiores permitirá a liberação de espaços destinados a lazer e cultura (parque da orla) e a preservação das reservas ambientais existentes.

UFRJ 2020

Relação de projetos e obras

SUMÁRIO

UFRJ 2020 - Relação de Projetos e Obras	99
Obra Concluída	100
Expansões acadêmica - CT - Bloco A	
Bicicampus	
Terminal de Integração	
Obra em Andamento	103
Restaurante Universitário Satélite Uni2 - CT	
Centro de Referência da Mulher	
Iluminação Pública do Campus	
Faculdade Nacional de Direito	
Restaurante Universitário Fase2	
Expansão Acadêmica - CCMN - Bloco F	
Expansão Acadêmica - EBA	
Expansão Acadêmica - Matemática	
Biblioteca Unificada EBA - FAU - IPPUR	
Expansão Acadêmica - Bloco J	
Palácio Universitário	
Licitação em Andamento	109
HESFA - Recuperação cobertura e fachadas	
Biblioteca Unificada do CT	
Complexo Estudantil - Residências e Restaurantes Universitários CT - CCMN	
Expansões Acadêmicas FE - FACC - NEI	
Projeto em Andamento	113
Residências Universitárias CCJE - CFCH - CLA	
Expansão Acadêmica de Xerém	
Expansão Acadêmica - Instituto de Nutrição - Gastronomia	
Expansão Acadêmica - Escola de Dança	
HESFA - Restauração dos Prédios	

UFRJ 2020 - Relação de Projetos e Obras¹

Obra Concluída	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Expansões acadêmica - CT - Bloco A	601,00	1.060.726,92	Março - 2009	Junho - 2010
Bicicampus	4,2 km	788.126,67	Março - 2009	Agosto - 2010
Terminal de Integração	13.742,87	1.706.529,00	Maior - 2009	Agosto - 2010

.....
1 - Dados (novembro de 2010).

Obra em Andamento	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Restaurante Universitário Satélite Uni2 - CT	446,00	955.461,07	Novembro - 2009	Outubro - 2010
Centro de Referência da Mulher	2.068,38	3.187.702,63	Janeiro - 2010	Outubro - 2010
Iluminação Pública do Campus		2.348.633,26	Janeiro - 2010	Novembro - 2010
Faculdade Nacional de Direito	5.570,59	1.849.991,06	Janeiro - 2010	Novembro - 2010
Restaurante Universitário Fase2	3.000,00	5.680.000,00	Março - 2009	Dezembro - 2010
Expansão Acadêmica - CCMN - Bloco F	2.970,00	5.512.000,00	Fevereiro - 2010	Janeiro - 2011
Expansão Acadêmica - EBA	3.742,00	9.768.984,16	Abril - 2010	Outubro - 2011
Expansão Acadêmica - Matemática	4.300,00	7.960.354,55	Março - 2010	Setembro - 2011
Biblioteca Unificada EBA - FAU - IPPUR	2.600,00	1.453.759,50	Outubro - 2010	Outubro - 2011
Expansão Acadêmica - Bloco J	8.140,40	9.700.000,00	Dezembro - 2009	Janeiro - 2012
Palácio Universitário		1.368.126,86	Fevereiro - 2010	Janeiro - 2011

Licitação	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
HESFA - Recuperação cobertura e fachadas		578.963,88	Novembro - 2010	Abril - 2011
Biblioteca Unificada do CT	4.802,00	13.226.738,18	Dezembro - 2010	Outubro - 2012
Complexo Estudantil - Residências e Restaurantes Universitários	13.649,09	26.196.058,69	Janeiro - 2011	Outubro - 2012
Expansões Acadêmicas (FE, FACC, NEI)	42.805,60	37.812.500,00	Outubro - 2010	Janeiro - 2012

Projeto em Andamento	Área (m ²)	Recursos (R\$)	Previsão de Início	Previsão de Inauguração
Residências Universitárias (CCJE, CFCH, CLA)	9.932,72	18.750.000,00	Dezembro - 2010	Dezembro - 2012
Expansão Acadêmica de Xerém	3.510,00	7.371,00	Dezembro - 2010	Maior - 2012
Expansão Acadêmica - Instituto de Nutrição - Gastronomia	2.750,00	6.875.000,00	Abril - 2011	Dezembro - 2012
Expansão Acadêmica - Escola de Dança				
HESFA - Restauração dos Prédios				

Expansão de salas de aula no Bloco A do Centro de Tecnologia (CT)

Recursos:
R\$ 1.060.726,92
Área:
601,00 m²
Início das Obras:
Mar. 2009
Inauguração:
Jun. 2010
Projeto:
Equipe Técnica do
Plano Diretor

Trata-se da construção de seis salas de aula em local já consolidado de uso universitário, no pilotis de serviços do Bloco A do Centro de Tecnologia (CT). Destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012.

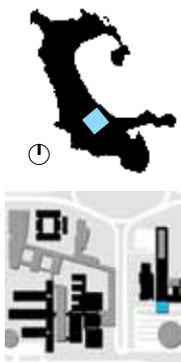


Foto: Marco Fernandes, 2010.



Salas de aula Bloco A do Centro de Tecnologia.

Foto: Marco Fernandes, 2010.



Vista interior do Bloco A do Centro de Tecnologia.

Bicicampus (ciclovía)

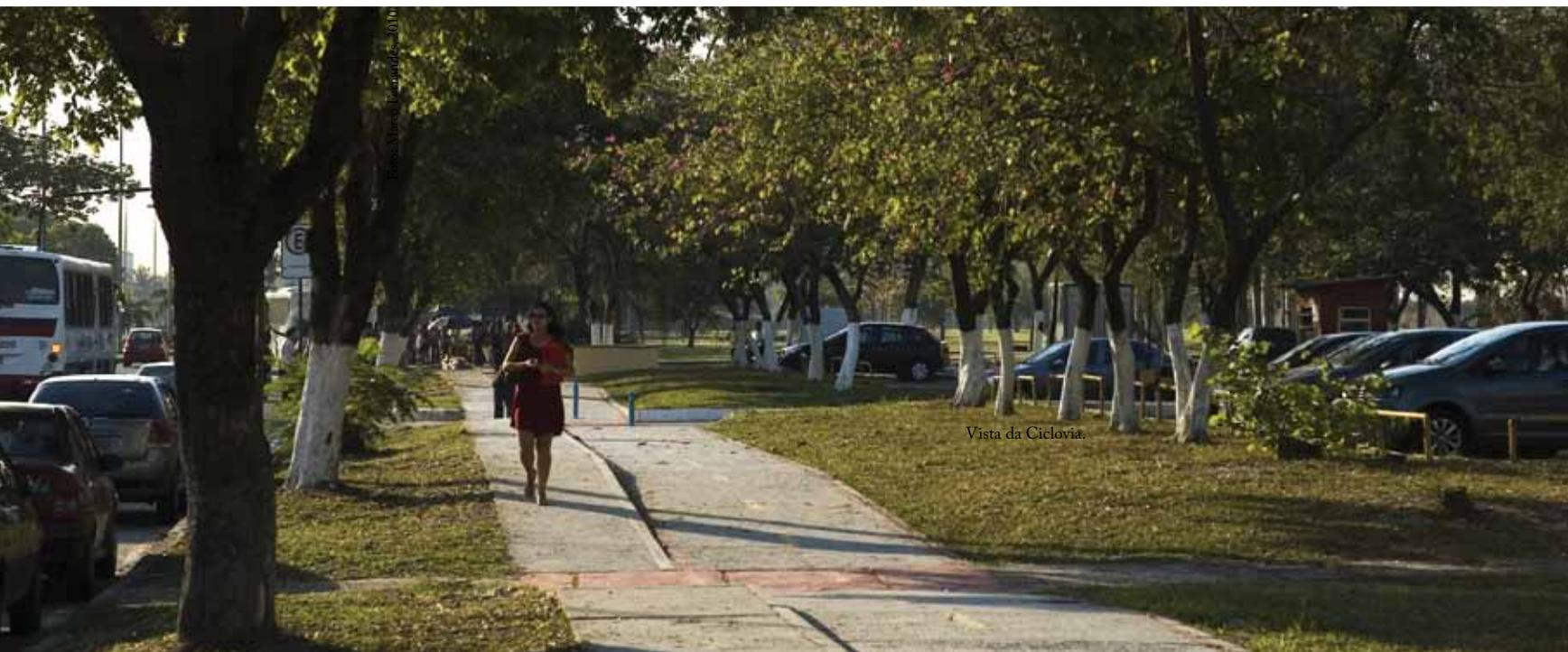
A ciclovía marca o início de uma nova política de mobilidade interna que privilegia o transporte ativo e as modalidades de baixo consumo de energia. Depois de implantada, servirá como base de um sistema de uso de bicicleta a serem emprestadas aos usuários, com possibilidade de devolução em vários pontos da Ilha da Cidade Universitária.

Recursos:
R\$ 788.126,67
Provisão:
4,2 km
Início das Obras:
Mar. 2009
Inauguração:
Ago. 2010
Projeto:
Prefeitura da Cidade
Universitária

Imagem: Equipe Técnica do plano Diretor.



Traçado da ciclovía proposta.



Vista da Ciclovía.

Terminal de integração

Recursos:
R\$ 1.706.529,00
Área:
13.742,87 m²
Início das obras:
Mai. 2009
Inauguração:
Ago. 2010
Projeto:
Prefeitura da Cidade
Universitária

O Terminal de Integração é parte da nova política de mobilidade da UFRJ. Ele representará um importante elo entre o campus e a cidade, servindo como um ponto de articulação intermodal. Previsto para ser instalado junto ao Hospital Universitário (HU), o Terminal terá como função primordial regular o fluxo do transporte coletivo interno, o que facilitará o acesso ao HU. Uma de suas utilidades imediatas será a solução das retenções e conflitos ocasionados pelo ponto de ônibus localizados na saída da Ilha, próximo à Linha Vermelha.

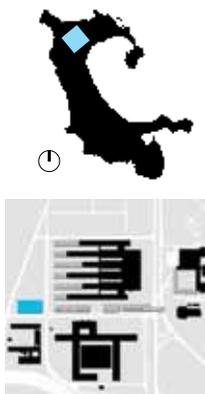


Imagem: Equipe Técnica do plano Diretor.



Vista geral da localização.

Vista da Estação Integração UFRJ.



Foto: Marco Fernandes, 2010.

Restaurante Satélite: Unidade 2 Bloco A do Centro de Tecnologia (CT)

O Restaurante do CT, localizado no térreo do bloco A do Centro, está dimensionado para fornecer 1.000 refeições/dia em um espaço de conformidade com as normas sanitárias vigentes. Sua área interna está diretamente ligada ao pátio vizinho, onde poderá ser instalado um café/bar. Por sua proximidade com a biblioteca do Centro, o restaurante contribui para configurar um importante ponto de convívio e de trocas sociais.

Recursos:
R\$ 955.461,07
Área:
446,00 m²
Provisão:
1.000 refeições/dia
Início das Obras:
Nov. 2009
Previsão de Inauguração:
Out. 2010
Projeto:
Equipe Técnica do
Plano Diretor



Imagem: Equipe Técnica do plano Diretor.

Vista do Salão.

Foto: Gabriel Sperandio, 2011.



Restaurante Universitário fase 2

Recursos:
R\$ 5.680.000,00

Área:
3.000,00 m²

Provisão:
4.000 refeições/dia

Início das Obras:
Mar. 2009

Previsão de Inauguração:
Dez. 2010

Projeto:
Escritório Técnico
da Universidade - ETU



O Restaurante Universitário fornecerá 4.000 refeições por dia e será âncora de um novo sistema de alimentação em implantação na UFRJ. Conterá com outras unidades de distribuição, denominadas unidades-satélite. Seu modelo de gestão e sua concepção espacial foram idealizados de forma a ultrapassar o caráter assistencialista (espaço de mera provisão de alimentação) para se estabelecer como ambiente com vocações acadêmicas.



Foto: Escritório Técnico da Universidade - ETU.

Foto: Marco Fernandes, 2010.



Expansão do Bloco F do CCMN

A expansão acadêmica no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) acontecerá em local consolidado de uso universitário, acrescentando um andar ao Bloco F do CCMN. Destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e tem como finalidade adicional melhorar as condições de habitabilidade das edificações existentes, em conformidade com as normas de conforto ambiental e eficiência energética.

Recursos:
R\$ 5.512.000,00
Área:
2.970,00 m²
Início das Obras:
Fev. 2010
Previsão de Inauguração:
Jan. 2011
Projeto:
Equipe Técnica do Plano Diretor

Foto: Marco Fernandes, 2011.

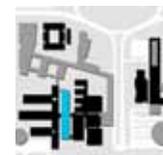


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Expansão acadêmica EBA

Recursos:
R\$ 9.768.984,16
Área:
3.742,00 m²
Início das Obras:
Abr. 2010
Previsão de Inauguração:
Out. 2011
Projeto:
Equipe Técnica do Plano Diretor



A expansão acadêmica da Escola de Belas Artes (EBA) visa a oferecer condições adequadas para o ensino de Arte em ateliês com áreas internas e externas de dimensões generosas e condições de iluminação adequadas. Trata-se de um módulo inicial destinado a atender a oferta emergencial de vagas pactuada até 2012 que permite a ampliação futura com a criação de novos cursos.

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Vista Geral.

Perspectiva dos espaços internos de circulação.



Foto: Marco Fernandes, 2011.

Expansão Acadêmica Instituto da Matemática

A expansão acadêmica do Instituto de Matemática é vizinha e complementar à expansão do Bloco F do CCMN, que acontece em local consolidado de uso universitário. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.

Recursos:
R\$ 7.960.354,55

Área:
4.300,00 m²

Início das Obras:
Mar. 2010

Previsão de Inauguração:
Set. 2011

Projeto:
Equipe Técnica do Plano
Diretor



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.

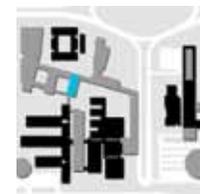


Foto: Marco Fernandes, 2011.



Expansão de salas de aula no Bloco J do Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Recursos:
R\$ 9.700.000,00

Área:
8.140,40 m²

Início das Obras:
Dez. 2009

Previsão de Inauguração:
Jan. 2012

Projeto:
Atelier

Universitário da FAU



No Centro de Ciências da Saúde (CCS), a expansão acadêmica ocupará local consolidado de uso universitário. A expansão, do mesmo modo, destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e tem como finalidade adicional melhorar as condições de habitabilidade das edificações existentes, em conformidade com as normas de conforto ambiental e eficiência energética.

Foto: Marco Fernandes, 2011.



Imagem: Atelier Universitário da FAU.



Biblioteca Unificada do Centro de Tecnologia (CT)

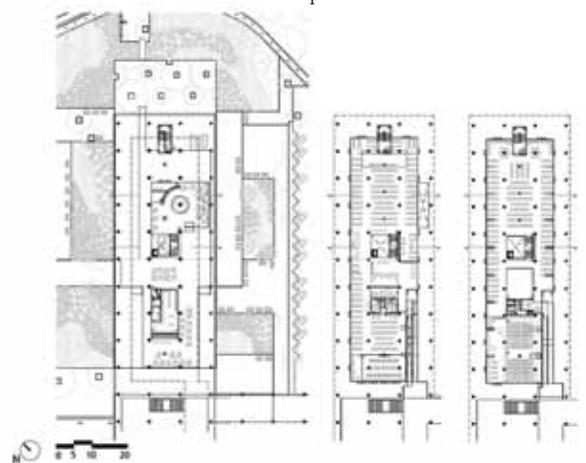
Localizada na entrada do CT, imediatamente visível ao público externo e com a capacidade de tornar o pavimento dos pilotis um local de encontro, conagraçamento, estudo ao ar livre e reunião de estudantes, professores e técnico-administrativos, a Biblioteca Unificada reunirá os acervos da atual biblioteca do Centro; de obras raras ou antigas do CT; de Eletro e eletrônica; e do Núcleo de Documentação e Informação em Energia. Sua instalação liberará espaços para salas de aula destinadas à expansão de vagas prevista pelo Centro.

Recursos:
R\$ 13.226.738,18
Área:
4.802,00 m²
Previsão de Início das Obras:
Jan. 2011
Previsão de Inauguração:
Out. 2012
Projeto:
Equipe Técnica do Plano Diretor

Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Vista a partir do acesso ao bloco A do Centro de Tecnologia.



Planta nível térreo

Planta 1º PAV

Planta 2º PAV

Complexo Estudantil CT - CCMN Residência Universitária

Recursos:
R\$ 26.196.058,69

Área:
13.649,09 m²

Provisão:
260 moradores
2.400 refeições/dia

Previsão de Início das Obras:
Jan. 2011

Previsão de Inauguração:
Out. 2012

Projeto:
Equipe Técnica
do Plano Diretor

A Residência Universitária – no Centro de Convergência CT-CCMN está inserida na nova política habitacional da UFRJ, que pretende atender docentes, alunos e técnico-administrativos. É parte dessa política a proposta de multiplicidade de uso e usuários. O projeto das residências propõe a concentração de diversos usuários no mesmo edifício, os quais cumprirão papel fundamental na dinamização dos Centros de Convergência. As novas unidades habitacionais estão localizadas junto aos setores acadêmicos, bibliotecas e auditórios.

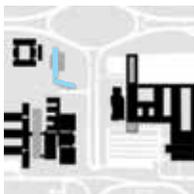


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Vista a partir da rótula do CT.

Vista aérea.



Restaurante Satélite Unidade 3 - CCMN

O Restaurante-satélite Unidade 3 foi concebido para fornecer 2.400 refeições por dia. Esse equipamento, junto com as residências universitárias e a biblioteca unificada do CT, configura e dinamiza um dos Centros de Convergência (CT-CCMN) previstos no Plano.

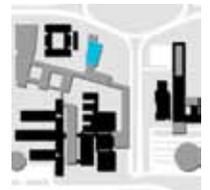
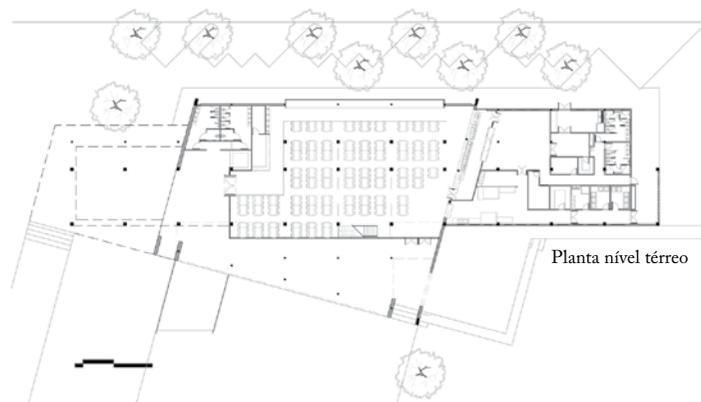


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Fachada sudeste



Planta nível térreo

Expansões acadêmicas

Recursos:

R\$ 37.812.500,00

Área:

Expansões Acadêmicas -
42.805,60 m²

Previsão de Início das Obras:

Out. 2010

Previsão de Inauguração:

Jan. 2012

Projeto:

Equipe Técnica do Plano
Diretor

As expansões acadêmicas acontecem em locais consolidados de uso universitário. Farão parte desta primeira etapa de expansão – a ser executada até 2012 – a Faculdade de Educação, a Decania do CCJE, o Núcleo de Estudos Internacionais, o curso de Relações Internacionais, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e conjunto de residências universitárias. Completam o projeto deste Centro de Convergência equipamentos de uso coletivo: teatro, biblioteca e ampliação do restaurante satélite existente.

Esse conjunto de obras pretende compor o primeiro centro de convergência consolidado nos moldes propostos pelo Plano Diretor 2020.



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.

Legenda usos

- Expansão acadêmica
- Restaurante Universitário
- Residência Universitária
- Biblioteca e Auditórios
- Comércio
- Estacionamento



Faculdade de Educação

A expansão acadêmica da Faculdade de Educação pertence ao Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA. Esta edificação faz parte da construção do polo de educação integrando o futuro CAP (Colégio de Aplicação) e Unidade de Educação Infantil. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.

Perspectiva dos espaços internos de circulação.



Faculdades de Administração Ciências Contábeis e Núcleo de Relações Internacionais e Decania do CCJE

A expansão acadêmica da Faculdade de Ciências Contábeis, do Núcleo de Relações Internacionais e da Decania do CCJE é vizinha e complementar à Faculdade de Educação que se configura como local consolidado de uso universitário. A edificação destina-se a atender a oferta de vagas pactuada até 2012 e respeita às normas de conforto ambiental e eficiência energética.



Perspectiva dos espaços internos de circulação.



Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.

Residência Universitária

A Residência Universitária no Centro de Convergência CCJE-CFCH-CLA está inserida na nova política habitacional da UFRJ, que pretende atender docentes, alunos e técnico-administrativos. É parte dessa política a proposta de multiplicidade de uso e usuários. O projeto das residências propõe a concentração de diversos usuários no mesmo edifício, os quais cumprirão papel fundamental na dinamização dos Centros de Convergência. Essas novas unidades habitacionais estão localizadas junto aos setores acadêmicos, bibliotecas e auditórios.

Recursos:
R\$ 18.750.000,00
Área:
9.932,72 m²
Provisão:
260 usuários
Previsão de Início das Obras:
Dez. 2010
Previsão de Inauguração:
Dez. 2012
Projeto:
Equipe Técnica do Plano Diretor

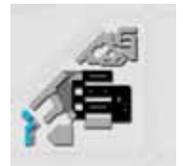
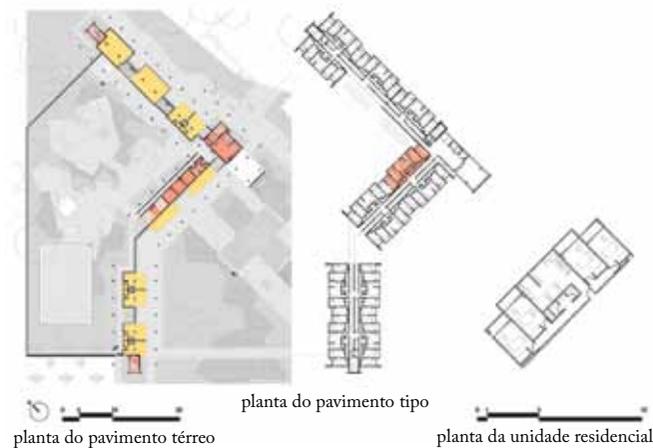
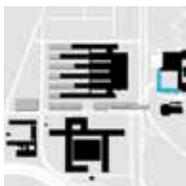


Imagem: Equipe Técnica do Plano Diretor.



Escola de Dança

Recursos:
Em fase de captação
Projeto:
Atelier
Universitário da FAU



Implantada entorno da área de piscina da EEFD, a Escola de Dança configura-se como uma nova frente da Escola de Educação Física e Desporto, vindo assim a recompor o conjunto edificado pré-existente e melhorar a articulação deste com o restante do campus universitário, dando apoio ao percurso de pedestres que faz a ligação com o Restaurante Universitário e o restante do Centro de Convergência do qual ele faz parte.

O projeto prevê a criação de salas de aula, auditórios, laboratórios, espaços administrativos e de convívio dispostos num edifício de alto desempenho ambiental que aproveita os fatores climáticos e associa à aplicação de materiais inovadores oriundos de pesquisa desenvolvidas na própria UFRJ.



Imagem: Atelier Universitário da FAU.



Expansão Acadêmica de Xerém

Este projeto trata da construção do edifício que atuará como Pavilhão de aulas teóricas e práticas no terreno da UFRJ em Xerém. No momento o Pólo já conta com mais de 300 alunos matriculados (ingressos em 2008, 2009 e 2010), que estão frequentando aulas em espaço provisório cedido pela Prefeitura de Duque de Caxias. Este predio é o módulo inicial destinado a atender a oferta emergencial de vagas pactuada até 2012 que permite a ampliação futura com a criação de novos cursos.

Recursos:

R\$ 7.371,00

Área:

3.510,00 m²

Início das Obras:

Dez. 2010

Inauguração:

Mai. 2012

Projeto:

Equipe Técnica do Plano
Diretor

